



UFPE

Universidade Federal de Pernambuco

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FÁBULAS DA MODERNIDADE NO ACRE: A UTOPIA
MODERNISTA DE HUGO CARNEIRO NA DÉCADA DE 1920.**

SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

RECIFE – 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH

SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

**FÁBULAS DA MODERNIDADE NO ACRE: A UTOPIA
MODERNISTA DE HUGO CARNEIRO NA DÉCADA DE
1920**

**RECIFE
PERNAMBUCO
2002**

Souza, Sérgio Roberto Gomes de

Fábulas da modernidade no Acre : A utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920 / Sérgio Roberto Gomes de Souza . – Recife: O Autor, 2002.

124 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2002.

Inclui: bibliografia.

1. História. 2. Urbanismo. 3. Espaço urbano. 4. Governo – Hugo Carneiro(1927-1930). 5. Rio Branco(Acre). I Título.

**981.34
981**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/74**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

**FÁBULAS DA MODERNIDADE NO ACRE: A UTOPIA
MODERNISTA DE HUGO CARNEIRO NA DÉCADA DE
1920**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção
do Grau de Mestre em História, sob a
orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria
Barbosa dos Santos

RECIFE – PE

2002

SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA
SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

**FÁBULAS DA MODERNIDADE NO ACRE: A UTOPIA MODERNISTA DE
HUGO CARNEIRO NAS DÉCADAS DE 1920.**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Pernambuco como
requisito parcial para obtenção do Grau de
Mestre em História do Brasil, área de
concentração: História do Norte e Nordeste do
Brasil, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Maria
Barbosa dos Santos.*

BANCA EXAMINADORA

ANA MARIA BARBOSA DOS SANTOS

MEMBRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS

CARLOS ALBERTO CUNHA MIRANDA

MEMBRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROF. DR. LUIZ ANASTÁCIO MOMESSO

MEMBRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

PROF. DRA. MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA (SUPLENTE)

MEMBRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Sérgio Roberto Gomes de Souza e aprovada pela Banca Examinadora em 21 de março de 2002.

RECIFE – PE
2002

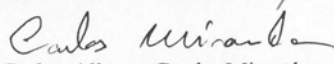



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

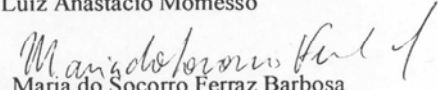
Às 9:00 do dia 21 (vinte e um) de março de 2002 (dois mil e dois), no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno *Sérgio Roberto Gomes de Souza* intitulada: “*Fábulas da Modernidade no Acre: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 20*” em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO COM DISTINÇÃO**” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: *Ana Maria Barros dos Santos (Orientadora)*, *Carlos Alberto Cunha Miranda* e *Luiz Anastácio Momesso*. Assinam também a presente ata a Coordenadora, Profª Maria do Socorro Ferraz Barbosa e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.


Recife, 21 de março de 2002


Profª Dra. Ana Maria Barros dos Santos


Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda


Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso


Profª Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa


Luciane Costa Borba

Dedico aos meus pais, João Moreira de Souza (in memoriam) e Nadir Nazaré Gomes de Souza, pais e parceiros em todos os momentos de minha vida, ao meu irmão José Márcio, aos tios, tias, primos e sobrinhos, ao grande amigo Gerson Albuquerque e aos meus filhos João Pedro e o Leandro que me fizeram compreender a plenitude desse estranho sentimento chamado amor.

“... O tempo e o espaço concorrem para a produção da vida social, para o que podemos chamar de ‘enraizamento dinâmico (...)’ É aí que deve ser buscado o fundamento do apego afetivo ou passional que liga o indivíduo ou o grupo ao território...”

Mafesoli

Agradecimentos

Às universidades federais do Acre - UFAC e de Pernambuco – UFPE, pela oportunidade desta pós-graduação e à Coordenação do mestrado interinstitucional;

Ao amigo e professor Gerson Rodrigues Albuquerque, parceiro de devaneios intelectuais, que teve importante contribuição para a elaboração deste trabalho, estando, no entanto, isento dos erros aqui contidos;

Ao parceiro Chico Bento que, seja em Recife ou em Rio Branco, sempre demonstrou disposição e paciência para me auxiliar nas minhas intermináveis dúvidas;

A minha orientadora, professora Ana Maria Barros, com quem tive oportunidade de conviver e dialogar quando da fase presencial realizada na UFPE e que muito contribuiu para que revisse diversos conceitos que havia canonizado;

Aos meus colegas de trabalho na Secretaria de Educação, em especial aos membros do “bicho de sete cabeças”: Jean Mauro, Luís Reis, Francisco Viana, Paulo Sales, Conceição Cabral e Andréia Mendonça com quem divido alegrias, trabalho e mau humor;

A Elza Cristina, pessoa que muito estimo e tenta dar um mínimo de organização a minha vida desregrada;

Aos professores Mark Clark e Vicente Cerqueira pelas boas parcerias no trabalho;

Ao Arnóbio Marques, Maria Luiza e Maria José pela compreensão com que me permitiram conciliar meu trabalho na Secretaria de Educação com a elaboração desta dissertação;

A amiga Ana Regina, ao Pedro, vascaíno de primeira linha, a Juliana e a Jaqueline pessoas que fazem parte da minha vida cotidiana;

Ao Meu dileto amigo e compadre Oswaldo de Albuquerque, a Susi, Ian Odin e Suki família que me acolheu como amigo e por quem tenho profunda consideração e apreço;

Ao meu amigo Ronaldo (poquemon), professor da UFAC e parceiro de muitas lutas;

Ao Léo Rosas, a Carmela e o Felipe;

E a todos os colegas do curso de mestrado, em especial aos que convivi durante minha estadia em Recife.

Sumário

RESUMO.....	11
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO I: DÉCADA DE 20: SOPROS DE MODERNIDADE NO ACRE	34
1.1 — A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO COMO FATO SOCIAL.	34
1.2 — PARIS E RIO DE JANEIRO: PARADIGMAS PARA HUGO CARNEIRO.	38
1.3 — A UTOPIA DE UM ACRE MODERNO.	45
1.4 — AÇÕES INTERVENCIONISTAS DO PODER PÚBLICO NA CIDADE DE RIO BRANCO.	48
1.5 — REPRESENTAÇÕES DA “MODERNIDADE”: MERCADO MUNICIPAL, QUARTEL DA FORÇA POLICIAL E PALÁCIO DO GOVERNO.	59
CAPÍTULO II: ASSEPSIA DA CIDADE DE RIO BRANCO: O DISCURSO HIGIENISTA E A EUGENIA DA RAÇA	70
2.1 — HIGIENE E PROGRESSO.	70
2.2 — EXCLUSÃO, BOLOS, DOCES E CIGARROS.	86
2.3 — OLHARES QUE VIGIAM.	90
CAPÍTULO III: A RESISTÊNCIA À MODERNIDADE	99
3.1 — ATALHOS E SUBVERSÕES.	99
3.2 — FEITICEIROS, CURANDEIROS E MÉDICOS.	107
3.3 — DEFLORAMENTOS E PROCESSO JUDICIAIS	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
ABSTRACT.....	132
BIBLIOGRAFIA.....	133

Resumo

Procuramos neste trabalho intitulado *Fábulas da modernidade no Acre: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 20*, dialogarmos com as inúmeras tentativas do poder público, durante a administração do governador Hugo Ribeiro Carneiro (1927 – 1930), em transformar o Território do Acre e, em especial, a cidade de Rio Branco, sua capital, em espaços “modernos” bem como as diversas formas de resistência desenvolvidas pela população às ações impositivas e truculentas que visavam mudar hábitos, valores e modos de vida. Os principais referenciais do novo governo eram, fundamentalmente, os preceitos desenvolvidos por urbanistas europeus a partir do século XIX que objetivavam “racionalizar” o espaço das cidades estabelecendo uma “lógica” na sua forma de organização. Os ambientes deveriam ser devidamente distribuídos de acordo com as atividades desenvolvidas e as relações sócio-econômicas estabelecidas. Assim, centros de comércio e indústrias não deveriam misturar-se com locais de moradia e era impensável a convivência, em um mesmo espaço, entre pobres e ricos. Os fundamentos para o desenvolvimento desses novos olhares para a cidade calcava-se nos saberes técnicos/científicos de médicos e engenheiros que tornam-se “especialistas” do espaço urbano ditando, com bases em seus “conhecimentos científicos”, como a cidade deveria se organizar e a população se comportar. Esses preceitos deveriam ser naturalizados e transformados em inquestionáveis “verdades”, devendo ser devidamente punido ou excluído do convívio social todos os atores e práticas que não se adequassem a esta nova concepção de “urbano”. Estas concepções foram importantes referências para Hugo Carneiro, que tinha como principal objetivo, fazer soprar no Acre os “ventos da modernidade”. À utopia modernista do governado, no entanto, ocorreram inúmeras formas de resistência. Algumas, na forma de manifestações ou protestos de grande envergadura, outras, ocorrendo na forma de uma resistência “surda”, tão sutil, que somente quando chegava ao nível institucional, seja na forma de denúncias em delegacias de polícia, internações em hospitais e processos judiciais, poderiam ser detectadas.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo, Acre, Rio Branco, médicos, engenheiros, saberes técnico/científico, Hugo Carneiro, resistência.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“O mérito do historiador não é se passar por profundo, mas saber em que simples nível funciona a história; não é ter uma visão elevada ou mesmo realista, mas julgar bem as coisas medíocres”.

Paul Veyne.

Procurando dar conta das abrangentes questões apontadas em meu tema procurei, desde o início das minhas pesquisas, dialogar com um referencial teórico-metodológico que, ao invés de fechar meu objeto em categorias de análises “fixas”, “abstratas”, colocasse questões em aberto, problematizando com as fontes, dialogando com a documentação, direcionando o trabalho para uma postura onde a história se insere como “*um campo de possibilidades*”.

Essa perspectiva contrapõe-se ao que Foucault denomina como projeto de uma história global que, segundo o autor:

*“Procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão – o que se chama metaforicamente de o ‘rosto’ de uma época”.*¹

Não foi essa minha intenção, não objetivei com minhas pesquisas a busca de verdades monolíticas, o estabelecimento de verdades científicas definitivas, construídas através de conceitos pré-estabelecidos, mas, sim, buscar a

¹ Foucault, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2000. P. 11.

multiplicidade, encontrar diversidades, sem a pretensão de explicá-las em suas totalidades. Onde antes era visto homogeneidade, tentei enxergar pluralidades.

Como meu trabalho busca discutir a constituição do espaço urbano de Rio Branco intencionei compreender a cidade não apenas como “o espaço torturante de reproduções do capital e de sua lógica inexorável, mas, sobretudo, como espaços da contradição, de luta, da criação de novos desejos, da negação da unilinearidade da História”.²

Essa possibilidade me fez propor a incorporação do ponto de vista de sujeitos sociais que se constituem juntamente com a cidade. Pensei, então, ser importante perceber suas falas e ver como se articulam com as de outros sujeitos (pessoas ou instituições), em outros momentos e em outras condições. Nessa perspectiva, os sujeitos com quem dialoguei não são sujeitos prontos, o que torna necessário tentar perceber suas constituições.

Assim, ganha força a necessidade de recuperar a multiplicidade de modos de vida e a criatividade dos diversos atores sociais, pois, quando se trabalha as diferenças, abre-se espaço para o enriquecimento da pesquisa.

Não procuro buscar um sentido para a História e tão pouco obter uma pluralidade de histórias justapostas e independentes. O problema que se apresenta, novamente recorrendo a Foucault:

“É determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical pode formar, qual é, de uma às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeitos podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas

² Rezende, Antônio Paulo. Desencantos da Modernidade: histórias da cidade do Recife na década de XX, Recife, FUNDARPE, 1997.

permanências, em que conjuntos distintos, certos elementos podem figurar simultaneamente".³

Essa possibilidade vem propiciando-me um olhar para a Amazônia com outras perspectivas, inclusive, de temporalidade. Não é mais meu objetivo a análise do passado como forma de explicar o presente, mas, sim, compreender que os tempos se perpassam, ou seja, passado e presente não são divididos por um grande fosso. Tampouco posso pensar o presente somente como resultante da concepção causa/efeito. No meu olhar para o passado, carrego as imagens do presente em que vivo, minhas dúvidas, inquietações.

Penso ser importante ressaltar as reflexões desenvolvidas a partir dos trabalhos de Raymond Willians. Chama atenção o livro *"O Campo e a Cidade"* onde o autor, trabalhando com diversas fontes, aborda o campo e a cidade como locais de realizações das experiências humanas. Pensando dessa maneira, é possível visualizar o campo e a cidade para além da velha dicotomia do rural versus o urbano, do bucólico versus o agitado. O elemento central é a experiência humana, a cultura, os modos de vida: *"A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões"*.⁴

Para Willians, o importante é não ficar refletindo sobre campo e cidade a partir de comparações superficiais. Tendo como referência a Inglaterra, o que o autor propõe é uma análise do modo como as pessoas vivem em sociedade, as suas experiências humanas e ele o faz, pensando suas estruturas de sentimentos. Estas, embora não apareçam explicitamente na obra, surgem no

³ Foucault (2000), op. cit. pp. 11/12

⁴ Williams, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*, 1989, p. 11.

conjunto da abordagem. O exemplo inicial está quando afirma que “campo” e “cidade” são “palavras muito poderosas”. É nas imagens que o autor vai buscar essas estruturas de sentimentos.

Dialogando com uma ampla gama de fontes documentais, entre as quais prevalecem as não convencionais, Willians consegue, de forma magnífica, trabalhar com os conceitos teóricos enquanto construções históricas, ao longo de todo o trabalho.

O que me propus a fazer, foi um amplo trabalho de investigação e análise das fontes. Trabalho esse, que não deve ser entendido como formular uma produção acadêmica baseada, exclusivamente, em documentos escritos, à maneira positivista que transforma a lógica formal de perguntas e respostas, de causa e consequência, na sua lógica. Em meu ponto de vista, isto deve significar, sim, uma tomada de posição para um tipo de história que desconstrói o fato para problematizá-lo. O que se pretende não é um reconstruir da história tal qual ocorreu, mas uma história como possibilidade, baseada no trabalho com as fontes e, também, com a teoria.

Existem diferenciadas perspectivas para se fazer um trabalho de pesquisa e é preciso evidenciar isso para que fique claro o tipo de história que se pretende construir. Ao enfatizar a postura a ser adotada na elaboração dessa dissertação, desejo deixar claro que pretendo distanciar-me dos determinismos econômicos, geográficos, sociais, religiosos e tantos outros *ismos* que tem prevalecido no âmbito da história regional.

Além dos autores aqui já citados, destaco o conjunto de outras leituras/autores que abordam questões como cultura popular, formas de dominação/resistência, experiências, modos de vida, trabalho, identidade, cultura

e cidade, entre outras temáticas importantes, que vem servindo de estímulo e inspiração para que compreenda importantes dimensões da minha temática. Dentre esses autores, destaco Walter Benjamin, Natalie Zemon Daves, Antônio Torres Montenegro, Marilena Chaui, Michelle Perrot, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Carlo Ginzburg, Mikhail Baktim, Françoise Choay, Paul Weine, Jacques Le Goff e Michel de Certeau.

Por fim, ressalto que, observando um grande número de pesquisas sobre a Amazônia, constata-se o predomínio de abordagens economicistas, onde nunca, ou quase nunca, aparecem às vivências do cotidiano das populações. Por isso, ganha relevância a necessidade de problematizarmos a partir de novos conceitos ou categorias de análise.

Nesse sentido, expressões como sociedade, cultura, economia e outras, vão ganhando novos significados. Diante disso, é que me propus a trabalhar com ampla e variada gama de fontes que vão desde notícias de jornais de circulação diária/eventual em Rio Branco; ocorrências policiais, na proporção que as delegacias estão repletas de “questões” envolvendo os habitantes da cidade, fotografias; cartas, modinhas e literatura de cordel.

Ao desenvolver um trabalho dessa natureza, a partir de variadas fontes, o que pretendo, ao contrário de estabelecer uma visão complementar ou de buscar “verdades”, é o cruzamento de diferentes maneiras de encarar e representar a experiência vivida, procurando perceber as diferenças, contradições e a dinâmica da vida cotidiana.

Fontes diferentes, elaboradas por diferentes sujeitos sociais, apresentam discursos carregados de linguagens também diferenciadas. Cresce nesse sentido a necessidade de compreendermos que os vários significados da

linguagem correspondem a algo que nasce da ação/interpretação de vários sujeitos. A linguagem é uma construção/representação do real e não o real em si. Essa construção ocorre a partir do projeto do sujeito que a elabora, de conformidade com o lugar em que vive, sua formação, gostos, preferências, modos de vida, lutas e contradições com outros projetos.

Desse modo, é necessário encarar o espaço da cidade, como o espaço da diversidade de várias culturas, um espaço repleto de experiências e relações sociais onde a população como um todo, no seu viver, constrói e reconstrói, modificando e alterando constantemente esse espaço de vivência.

Confesso que passei a me interessar pela temática *espaço e cidade* a partir do momento em que comecei, em conjunto com um grupo de amigos, a freqüentar a Praça da Bandeira, centro comercial situado na rua Marechal Deodoro, área central da cidade de Rio Branco, no ano de 1996.

A princípio, minhas idas e vindas à Praça tinham objetivos muito mais boêmios do que acadêmicos. Nos botequins de madeira situados às margens do Rio Acre, passávamos boa parte das tardes de folga jogando sinuca, em meio a conversas com diversas pessoas que freqüentavam, habitavam, ou apenas circulavam efemeramente pelo local.

Quando das nossas visitas ao “velho” Mercado, sempre falávamos sobre a sensação de que, já no momento em que começávamos a caminhar pelos inúmeros corredores que compõem o cenário do lugar, sentíamos como se estivéssemos entrando em um mundo novo, até certo ponto desconhecido, apesar de estar situado a poucos metros de uma das áreas mais movimentadas da cidade.

Nosso apego ao espaço, no entanto, foi crescendo a cada dia e quando nos percebemos já comprávamos *fiado* na pensão da saudosa dona Dulce e exigíamos um melhor atendimento no bar do seu Levi, um senhor de aproximadamente 55 anos que não se cansava de afirmar sua maestria no jogo de bilhar.

Isso nos fazia questionar as causas do preconceito e descaso dos muitos que passavam a poucos metros do local em freqüenta-lo, seja por não considera-lo asséptico, por temer os que o habitam ou freqüentam ou, simplesmente, por não se sentirem atraídos por aquele aglomerado de pequenos cubículos de madeira onde funcionam inúmeros estabelecimentos comerciais.

Aos poucos, vários personagens que conviviam no espaço foram se tornando conhecidos do nosso grupo. Já sabíamos muito bem quem era o *Cupuaçu*, um estivador que ganha a vida fazendo “carretos” de botijas de gás e grades de cerveja, ou a *Loira*, pseudônimo de uma prostituta que ganha a vida na Praça, realizando programas que custam, em média, dez reais. Não éramos mais de todo estranho e já podíamos até nos dar o luxo de puxarmos conversas com os mais antigos no lugar para tentarmos saber um pouco mais sobre o espaço.

Nos relatos cheios de saudade, descobrimos como o Mercado teve sua fase áurea. Já havia sido, como todo mercado, lugar de burburinho, de compra e venda, de conversas, encontros e boêmia. Ninguém, no entanto sabia dizer ao certo quando o poder público o havia abandonado e nem mesmo porque. Pouco a pouco, fomos nos interessando cada vez mais pelo espaço e os atores sociais que o compunham.

Convidados a elaborarmos um texto sobre “educação” para revista N’ativa, editada pela Fundação Garibaldi Brasil, decidimos por realizar um diálogo com os diversos atores sociais que, com suas práticas e representações, constituíam/constituem diversos territórios dentro do espaço da Praça da Bandeira.

Ao mergulharmos no mundo dos moradores e freqüentadores de “*guetos noturnos*”, fomos aos poucos conhecendo desejos, temores, anseios e fragmentos do modo de vida de sujeitos sociais tidos, principalmente pelas elites, como “*indesejáveis*” ao espaço e imaginário do mundo urbano e que constituíam seus olhares para a cidade, indiferente aos signos da modernidade. O resultado desse nosso “passeio” foi à publicação do texto “*De bêbados e putas a escola faltou ao encontro*”.⁵

Pensar então na possibilidade de discutir a constituição do discurso da modernidade no Acre e as diversas rupturas que ocorreram em oposição à perspectiva de negação/exclusão da diversidade sócio-cultural aqui existente, pareceu-me ser uma proposta ambiciosa, mas ao mesmo tempo inovadora na historiografia regional.

O diálogo com esses atores sociais possibilitou-me pensar a perspectiva de como seus saberes/fazerem se constituíram em importantes contrapontos ao discurso da modernidade que se intensifica no Acre a partir do final da década de 20, em especial durante a administração de Hugo Ribeiro Carneiro, que governou o Território de 1927 a 1930 e por quem passei a me interessar quando fui apresentado por um amigo arquiteto, com cópias de vários relatórios produzidos durante seu governo.

⁵ Albuquerque [et all]. De Bêbados e putas a escola faltou ao encontro. in Souza, Carlos Alberto Alves (org.). 15 textos de História da Amazônia. 1988. p. 22.

Os conteúdos dos documentos que passei a folhear davam a noção do projeto político e administrativo que o novo governador imaginava implementar no Acre, merecendo destaque, no entanto, a caracterização de que tudo que aqui existia era descrito como representação do atraso e primitivismo que permeava na região, o que levava grande parte dos habitantes a ignorarem os “novos” e “modernos” hábitos e costumes ditados pelo “civilizado” mundo europeu.

Pensar uma relação entre o espaço da Praça da Bandeira, seus habitantes, freqüentadores e o discurso da modernidade pareceu-me, em um primeiro momento, algo dispare e sem nenhuma “lógica”.

Impregnado por uma concepção linear de história, não fazia qualquer relação entre a velha Praça que, com seus botequins de madeira escondiam o velho Mercado Municipal construído em 1928 e as perspectivas “modernizadoras” presentes nas falas de Hugo Carneiro.

Desconstruir “verdades” que havia sacralizado durante toda minha vida acadêmica como aluno do curso de História na Universidade Federal do Acre, ou como militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi fundamental para poder pensar tempo e espaço como algo em constante mobilidade.

Importante referencial para dialogar com essa nova perspectiva encontrei em David Harvey. Em suas falas, este autor demonstra suas concepções a cerca de construções sociais múltiplas de espacialidades e temporalidades:

“Considero importante contestar a idéia de um sentido único e objetivo de tempo e espaço com base no qual possamos medir a diversidade de concepções e percepções humanas. Não defendo uma dissolução total da distinção objetivo-subjetivo, mas insisto em que reconheçamos a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção”.⁶

Pensando dessa forma, foi possível dialogar com a idéia de que a ocupação “desordenada” do espaço onde foi construído o antigo mercado poderia ser vista como uma importante ruptura com a tentativa de construção da cidade de forma linear e progressiva, estabelecendo um distanciamento entre os tempos, o que contribui para a construção de uma concepção de que o presente e o futuro tendem a ser meras etapas de uma evolução do passado.

Essa possibilidade despertou-me para pensar a história da constituição do espaço urbano de Rio Branco a partir do final da década de 20 e as inúmeras rupturas que foram construídas, em contraposição a utopia modernista do poder público e, principalmente, das elites acreanas.

Pensando dessa forma, me aproximei dos trabalhos de Foucault, para quem é importante *“fazer uma história dos espaços que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat da arquitetura institucional, passando pelas implantações econômico/político”.⁷*

⁶ Harvey, David. A condição pós-moderna. São Paulo. Edições Loyola. 2000. p.

⁷ Foucault, Michel. O olho do poder, *in* Microfísica do poder. Rio de Janeiro. Graal. 1978. p. 212.

Folheando as páginas dos documentos enviados pelo governador Hugo Carneiro ao Ministro de Justiça e Negócios Interiores Augusto Vianna de Castello, percebi a tentativa de constituição de um Território “moderno” e “asséptico”, em contraponto ao “*deplorável estado material do Território*”.⁸

A caracterização dos espaços urbanos como representações do “atraso” e “primitivismo” em que se encontrava a região parece-me gerar, por parte do poder público, a expectativa de inventar/reinventar as cidades, a partir de intervenções no meio e no cotidiano da população.

Foi em Rio Branco, capital do Território, onde o poder público realizou as mais impactantes políticas de intervenção. A perspectiva, era de transformar a cidade em um referencial para o restante do Território. Rio Branco deveria constituir-se em uma “vitrine” da modernidade no Acre, em um importante referencial para anunciar a chegada da “modernidade”.

A prioridade dada por Hugo Carneiro para Rio Branco, em sua proposta “modernista”, fez com que tenha, durante toda a elaboração desta dissertação, dialogando com projetos de reordenamento do espaço urbano, reformulações do Código de Posturas, políticas de isolamento de doentes e a resistência a essa utopia modernista, desenvolvidas nesta cidade.

Interessou-me, então, desenvolver uma relação dialógica com os discursos e práticas sociais estabelecidas a partir da chegada de Hugo Carneiro ao Acre, visando a constituição da “cidade ideal” e as inúmeras rupturas desenvolvidas em contraponto ao discurso da modernidade, construídas através de práticas que resistiam à perspectiva de uma construção linear e progressiva do espaço urbano.

⁸ Governo do Território do Acre. Relatório de Governo elaborado por Hugo Ribeiro Carneiro (1982/1929) e enviado ao ministro de Justiça e Negócios Interiores Augusto Vianna de Castello. 1930. p. 53. mimeo

A tentativa de canonizar um modelo de cidade, valores e hábitos modernos no Acre confrontaram-se com a dinamicidade do espaço urbano, com rupturas na idéia de construção da “cidade ideal”, o que é característico de um espaço constituído por múltiplos territórios sociais.

Essa diversidade nos remete a perspectiva de discutir a constituição do espaço urbano de Rio Branco, ancorado em muitos olhares, descontruindo assim o discurso que leva a generalizações grosseiras e reducionistas, que criam a perspectiva de uma concepção única de cidade. O que pretendi, ao longo de toda a minha pesquisa e elaboração desta dissertação de mestrado, foi dialogar com o projeto modernista que aqui se tentou implantar e dar voz e vez a atores sociais que, de diversas formas, resistiram à perspectiva hegemônica do projeto de governo de Hugo Carneiro.

Para isso, busquei através de pesquisas em processos judiciais, jornais e ocorrências policiais, buscar atos “ilegítimos”, desenvolvidos pelos que rompiam como as “verdades” da modernidade. Essa busca, pareceu-me ser imprescindível para a recuperação daquilo que Eric Hobsbawm qualifica de *“história e pensamento de pessoas comuns, como campo especial de estudos”*.⁹

Interessou-me então, não apenas narrar as “fábulas da modernidade no Acre” mas, fundamentalmente, dialogar com as práticas sociais que se opuseram a esse projeto. Para Foucault, pensar as rupturas, não como anomalias ou “incidentes históricos, passa a ser o grande objeto do pesquisador”: *“(...) o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte, e*

⁹ Hobsbawm, Eric. “A Outra História”, *In* KRANTZ, Frederick (org.), *A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*, 1990.

o limite não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.”¹⁰

Dessa forma, pude perceber como estas rupturas transformaram espaços construídos na década de 20 como representações do espaço “moderno” e “asséptico”, em ambientes “insalubres” que provocavam “nojo” e descaso do poder público.

Exemplo disso parece-me ser o Mercado Municipal de Rio Branco. Construído por Hugo Carneiro para ser o maior símbolo dos novos conceitos de higiene e sanitização do território, transformou-se em um espaço caracterizado exatamente pela *“falta de asseio”*. O prédio, inaugurado em 15 de julho de 1929, ainda existe. No entanto, hoje é impossível vê-lo, já que a seu redor, centenas de pequenos barracos de madeira foram instalados. Nesses locais, funcionam diuturnamente pequenos restaurantes, botequins onde o cheiro de bebida e perfumes baratos misturam-se a um forte odor de urina e estabelecimentos comerciais onde sapatos, roupas e outros tipos de confecções misturam-se a ervas medicinais e artefatos para candomblé.

Dessa maneira, foi possível perceber a cidade em sua formação/construção, não apenas como uma imagem do poder institucional. Em Rio Branco, assim como em todo o Acre e significativa parte da Amazônia, trabalhadores/seringueiros e as cidades formaram-se junto com os seringais e outras áreas extrativas, evidenciando dimensões que apontam para a cidade como sendo constituída pelas forças sociais presentes em uma constante invenção/reinvenção do espaço.

¹⁰ Foucault (2000), op. Cit. p. 06.

É importante ressaltar que o “*fazer-se*” de uma vida urbana ou de uma cidade, não está condenado pelos limites físicos dos contornos que, “*no plano ideal*”, a limitam, este tem relações muito mais amplas e é minha intenção recuperá-los.

Penso, no entanto, que é necessário tentarmos vislumbrar um pouco, tendo como referencial Rio Branco, o modelo de cidade que Hugo Carneiro tentou implementar no Acre no final da década de 20.

Sempre esteve presente nas falas do governador uma forte representação do cenário das cidades do Território do Acre como espaços onde o “atraso” insistia em se fazer presente, seja nas construções em madeira que compunham a paisagem urbana, ou nos hábitos da população, caracterizados pelo governador como “condenáveis”.Essa perspectiva vai ser importante na constituição de um discurso que vai opor o “atraso” ao “moderno” criando um antagonismo entre a cidade “real” e a imaginária.

Durante todo o seu governo, Hugo Carneiro vislumbrou a perspectiva de construção de cidades dentro dos padrões da modernidade. A cidade moderna, na concepção do governador, deveria ter como principal referencial às transformações que ocorriam na Europa, basicamente a partir do século XIX e que, no Brasil, passaram a estar presente nas falas de políticos e “especialistas” dos espaços urbanos, basicamente a partir da instalação do regime republicano no final do século XIX.

A concepção de que era necessário promover reformas nos espaços urbanos, surge no século XIX, momento em que as cidades são transformadas em objetos de estudo, ou seja, são problematizadas. Um dos

fatores fundamentais para essa problematização, foi o reaparecimento da cólera, que varreu boa parte da Europa “civilizada”.

O ressurgimento da “peste” provoca intensas preocupações com o presente e o futuro das cidades que passam a conviver com as transformações trazidas pelo estabelecimento do mundo industrial, que necessitava avidamente do crescimento do contingente de mão-de-obra.

O crescimento populacional nos espaços das cidades termina por gerar um “quadro caótico”, caracterizado pela propagação de doenças, miséria e mercadoria circulando por todas as partes, em um mundo onde sua principal força propulsora passa a ser o dinheiro. Este quadro “sinistro” era, para os urbanistas, um importante sinal de que as cidades deveriam ser enquadradas nos pressupostos “racionais”, tão em voga no século XIX.

A evolução do saber técnico/científico gerava a perspectiva de transformar as cidades de um espaço naturalmente corruptor, para um espaço positivo, principalmente através de intervenções do poder público capazes de transformar os espaços urbanos em locais propícios para o desenvolvimento de pessoas saudáveis e laboriosas.

O discurso que prega a racionalização dos espaços urbanos está intrinsecamente ligado as transformações que ocorreram na Europa, em particular a partir da Revolução Francesa no século XVIII. As mudanças de ordem econômica, política e social, proporcionaram a expansão de direitos políticos de atores sociais até então excluídos construindo o ideal da cidadania plena proposta na Declaração Universal dos Direitos dos Homens. De acordo com Topalov, a novidade, ao mesmo tempo em que assustava as elites, gerava um desafio: *“como transformar os ‘bárbaros’ que vagavam às portas da cidade*

em cidadãos conscientes de seus deveres e direitos?”¹¹ A resposta parecia partir do pressuposto de que é impossível existir uma geração espontânea de cidadãos, o que parecia legitimar a efetivação de políticas intervencionistas, principalmente nos espaços ocupados pelos miseráveis, modificando suas formas de moradia, hábitos e até mesmo suas sensibilidades.

Com essa perspectiva o uso das novas técnicas que alcançavam consideráveis progressos no século XIX não seriam apenas instrumentos de transformação dos espaços físicos, mas objetivavam, também, modificar o comportamento das pessoas. Essa, pelo menos, parece-me ser a impressão de Bresciane.¹²

É nesse contexto, que sobre os saberes de médicos e engenheiros estrutura-se o sanitarismo. O discurso e as práticas sanitaristas tinham como principal fundamento à necessidade de se promover uma assepsia nos espaços urbanos, promovendo uma limpeza no meio físico e uma espécie de eugenia da raça. Vale ressaltar a preocupação dos sanitaristas com as questões filantrópicas e com a moralidade da população.

É possível que essa preocupação tenha se originado a partir da concentração cada vez maior de trabalhadores nas cidades, nem sempre se comportando de forma passiva mediante as diferenças sócio-econômicas e as imposições dos projetos modernizadores. Este quadro contribui para a construção do que Bresciane classificou como “*imagem da devastação*”.¹³ Cenas da Revolução Francesa com as multidões destruindo as estruturas de poder do *ancien regime* criavam na população representações contraditórias.

¹¹ Topalov, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise. In *Espaços & Debates*. Nº 34. 1991. p. 11.

¹² Bresciane, Maria. As sete portas da cidade. In *Espaços & Debates*. nº 34, 1991.

¹³ idem

As cidades deveriam então ser reordenadas. Deveria haver uma “lógica” em suas construções com os ambientes sendo divididos de acordo com as atividades desenvolvidas e as relações sociais estabelecidas. Centros de comércio e indústrias não deveriam misturar-se a locais de moradia e a distribuição, dentro do espaço urbano, deveria obedecer à situação sócio-econômica de seus habitantes.

Uma das principais representações do discurso da modernidade parece-me ter sido a cidade de Paris, quando da administração do prefeito Eugène-Geroges Haussmann (1809-1891), que se tornou célebre pelas transformações que promoveu na capital francesa. A Haussmanização, terminologia que caracterizava a tentativa de racionalização do espaço urbano parisiense, objetivava transformar a capital francesa em uma referência no tocante a valores, culturas, modo de vida e padrões estéticos para o restante do mundo. Paris deveria ser transformada em uma “vitrine da Modernidade”.

É importante ressaltar, que a Haussmanização não nasce do nada. De acordo com Marcel Roncayolo, *“práticas e experiências anteriores devem ser consideradas”*.¹⁴ Neste contexto, merece destaque a contribuição de pintores impressionistas ou neo-impressionistas. Ainda na primeira metade do século XIX, Baudelaire¹⁵ havia apaixonadamente exigido *“la vie moderne”* como temática de pintura. Os impressionistas parecem ter atendido seus apelos, suas obras caracterizadas segundo Fritz Baumgart, *“pela dissolução de fenômenos coloridos*

¹⁴ Roncayolo, Marcel. *Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da paris haussmaniana*. Projeto História, PUC – São Paulo. 1994. p. 92.

¹⁵ Charles Baudelaire foi crítico de arte e poeta modernista no século XIX. Fez a defesa intransigente da modernidade fundamentado na concepção de que a evolução técnica e material provocaria uma evolução do espírito humano. No final da vida, principalmente nas obras publicadas a partir de 1965, caracterizadas como “anti-pastorais”, expressou toda sua decepção com o projeto modernista.

de luz”,¹⁶ formam uma imagem de Paris que parece influenciar os protagonistas do urbanismo parisiense. Neste contexto, as obras de arte dos impressionistas atuaram como *“máquinas de produção de sentidos e significados, que funcionam proliferando o real, ultrapassando sua naturalização”*.¹⁷ Assim, é possível ver a pintura impressionista como “produtora de uma dada realidade e instauradora de uma dada forma de ver e dizer a realidade”,¹⁸ uma importante forma de discurso.

No Brasil, a ação dos urbanistas expressou-se, principalmente, a partir do final do século XIX, na tentativa de racionalização do espaço urbano do Rio de Janeiro. Um dos principais fatores que contribuíram para “legitimar” a proposta de reordenamento da cidade foi o discurso que estereotipou os pobres como perigosos e seus locais de moradia como centros irradiadores de epidemias. Esse tema será abordado no primeiro capítulo desta dissertação.

Uma a uma, as habitações populares situadas na região central da Capital da República foram sendo derrubadas, dando lugar a novas construções e largas avenidas, capazes de propiciar uma melhor circulação do ar, pressuposto fundamental para os sanitaristas. A perspectiva, era de que, com a eliminação dos focos proliferadores de doenças diminuíssem os constantes surtos de varíola, febre amarela e cólera, que assolavam a capital da república que assustavam o europeu e contribuíam cada vez mais, para o crescimento da população negra, algo visto pelas elites como uma das principais causas do nosso “atraso cultural”.

É inegável a influência de pressupostos da modernidade nas falas, nos olhares e atos do governador Hugo Carneiro. A obsessão em construir, em meio à selva amazônica, uma cidade que tivesse como referencial Paris e o Rio

¹⁶ Baumgart, Fritz. Breve história da arte. São Paulo. Martins Fontes. 1999. p. 319

¹⁷ Albuquerque, Jr. Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. Cortez. São Paulo. 1999. p. 30.

¹⁸ Idem, p. 30.

de Janeiro, levou o governador do Acre a propor uma total transformação dos espaços urbanos.

As primeiras ações do novo governador ocorreram justamente na Capital. Logo após sua chegada, ordenou que todos os hansenianos fossem notificados e isolados em suas residências. O objetivo da medida, segundo o próprio governador, era de evitar a propagação da doença, salvando com isso a população do risco do contágio. O isolamento dos hansenianos foi realizado em uma ação conjunta da Diretoria de Higiene e a força policial e constituiu-se em uma importante representação do projeto modernista que se desenhava para o Território.

Após isolar os hansenianos em suas residências, Hugo Carneiro procurou agir conjuntamente com os setores que classificou como “representativos” da cidade de Rio Branco, buscando, junto à iniciativa particular, recursos para a construção do novo leprosário. As ações filantrópicas ganharam corpo com a criação da Liga de Defesa Sanitária que angariou quantidade considerável de recursos e conseguiu estrutura suficiente para isolar os hansenianos a, pelo menos, 6 km da cidade.

Iniciada a eugenia da raça, o governador centrou esforços na tentativa de construir novos espaços que se constituíssem em importantes representações da palavra “moderno”. As ações foram então voltadas para a construção de novos prédios públicos, que deveriam servir como vitrines do “novo”. Seriam referenciais para a população de como deveria ser a nova estética da cidade de Rio Branco.

Merecem destaque então, a construção do novo Mercado Municipal, importante representação do espaço asséptico em que Rio Branco

deveria ser transformado; O Quartel da Força Policial, referencial da força de um Estado intervencionista e, finalmente, o Palácio Rio Branco.

O prédio onde funcionaria a sede do Executivo foi construído em alvenaria e substituiu a antiga sede do governo feita em madeira. O termo “palácio” reflete a simbologia do novo espaço. Das suas paredes e colunas, que destoavam por completo do cenário da cidade composto, majoritariamente, por casas de madeira cobertas com telhas de barro ou palha, exalava o poder de um governador que levou ao extremo idéia de centralizar todas as ações em suas mãos e submeter a seus caprichos o Judiciário e o Legislativo.

Essa perspectiva demonstra como Hugo Carneiro procurou normatizar o território e sua população, estabelecendo normas e regras rígidas que deveriam ser seguidas, sob pena de severas punições e da exclusão social. Em Rio Branco, essas normas apareciam, principalmente no Código de Posturas de 1928.

A tentativa de canonizar um modelo de cidade, valores e hábitos modernos no Acre, confronta-se com a dinamicidade e pluralidade de territórios sociais existentes. Espaços construídos no final da década de 1920 como representações da modernidade que passava a soprar no território, com o passar dos anos ganharam novos contornos e passam a ser vistos com outros olhares. O mercado municipal, construído como maior símbolo dos novos conceitos de higiene transformou-se em um espaço ocupado por dezenas de pequenos barracos de madeira onde funcionam, diuturnamente, pequenos restaurantes, lojas onde se encontra produto barato e de qualidade questionável e diversos botequins onde o cheiro de bebida e perfume barato misturam-se a um forte odor de urina. Habitando e freqüentando esse espaço, convivem homens e mulheres

que atravessam dias e noites “*indiferentes aos signos da modernização, construindo regras de convívio social mediatizadas pela forma como concebem seu ver e viver a cidade*”.¹⁹ Essa diversidade, nos remete a perspectiva de discutir a constituição do espaço urbano de Rio Branco ancorado em muitas experiências humanas, desconstruindo assim o discurso que leva a generalizações grosseiras e reducionistas e cria a perspectiva de uma concepção única de cidade: a constituída a partir dos pressupostos da modernidade.

Assim, este trabalho está organizado e dividido em três capítulos, a saber:

- *Capítulo II - Assepsia da cidade de Rio Branco: o discurso higienista e a eugenia da raça* – Procuramos neste tópico dialogar com as políticas implementadas pelo poder público, na perspectiva de resolver o “problema da higiene” no Território. Na concepção dos administradores do Acre no final da década de 1920, uma importante alternativa para tirar o território da crise econômica em que estava, em detrimento da queda do preço da borracha natural, passava pela realização de políticas públicas capazes de propiciar uma sanitização do espaço e mudar os hábitos da população. Essas medidas poderiam dar como retorno, a constituição de “braços saudáveis e laboriosos”, conforme costumava afirmar Hugo Carneiro.

- *Capítulo III - Resistência à modernidade* – neste tópico, a perspectiva é de dialogar com as diversas formas de resistência que se desenvolveram, em oposição ao projeto modernista de Hugo Carneiro. O autoritarismo das medidas disciplinadoras implementadas pelo poder público, na

¹⁹ Albuquerque [et all]. De bêbados e putas a escola faltou ao encontro. in Souza, Carlos Alberto Alves (org.). 15 textos de História da Amazônia. 1988. p. 272.

sua utopia de ruptura com a “barbárie” termina por provocar inúmeras formas de resistência, constituídas nos múltiplos territórios sociais existentes no espaço da cidade de Rio Branco. As formas de romper com as normas e regras, apareciam das mais diversas formas, seja através de movimentos contestatórios de grandes proporções, seja através de uma resistência surda construída no cotidiano dos moradores da cidade.

Capítulo I - Década de 20: sopros de modernidade no Acre

1.1 – A constituição do território como fato social e político

O primeiro capítulo desta Dissertação tratará da constituição do espaço urbano da cidade de Rio Branco entre os anos de 1927 a 1930, quando o advogado e engenheiro Hugo Ribeiro Carneiro assumiu o governo do Território do Acre.

No período, o cenário da cidade era composto por aproximadamente 80 casas de madeira com cobertura de telha de barro ou palha construídas, predominantemente, de forma conjugada. A área comercial da cidade situava-se na região denominada de 2º Distrito²⁰ onde sírios, libaneses e portugueses exerciam certa hegemonia no controle das atividades comerciais.

No 1º Distrito da cidade funcionava a parte administrativa. Lá, estavam situados os dois prédios mais importantes da capital: a Sede do Governo e a Residência Oficial do governador.

No espaço em que se constituía a área urbana da cidade de Rio Branco, múltiplos territórios sociais confrontavam-se/conviviam possibilitando ao observador mais atento perceber a heterogeneidade de etnias, costumes, tradições e modos de vida existentes na capital do Território. Assim, portugueses, sírios, libaneses, nordestinos e índios, para exemplificar a multiplicidade de atores sociais que aqui habitavam construíam, através de seus saberes/fazer, a cidade de Rio Branco.

O desafio que se põem, é de dialogarmos com o projeto modernista do governador Hugo Carneiro, pensando como este visava anular os diferentes territórios sociais existentes e constituir uma concepção homogênea de espaço e comportamento. Dessa forma, percebemos como o que se propõem a fazer o

²⁰ A cidade de Rio Branco é dividida em dois distritos, delimitados pelo rio Acre. Na margem direita fica o Segundo Distrito, que se constitui no espaço onde se originou a cidade, a partir do antigo seringal Empresa de propriedade do seringalista Neutel Maia. O Primeiro Distrito, originário da antiga Vila Penápolis, constitui-se como o espaço onde se concentrou o setor administrativo da cidade.

novo governador é reinventar o Acre e, em especial, a cidade de Rio Branco, sua capital.

É importante, porém, que estabeleçamos um referencial para dialogarmos com a terminologia “território social”, que aparecerá de forma bastante presente nesta dissertação. A perspectiva é de pensar a terminologia como uma prática política, *“um espaço construído por um ator individual ou coletivo em função de certos objetivos e a partir de uma representação do espaço terrestre”*.²¹ Assim, podemos pensar o território como uma projeção cultural sobre o espaço, estabelecendo *“um tipo de relação afetiva e cultural entre os indivíduos e a terra”*.²²

Esse olhar, permite-nos pensar a existência de uma oposição entre a terra como fator natural e o “território”, constituído a partir da ação humana e tendo caráter social e político, pois, segundo Rodrigo Vidal: *“Considerado como fator social e político, a concepção do território depende do objetivo que se busca alcançar com sua representação”*.²³

Seria errôneo, no entanto, pensarmos a representação coletiva do território como uma soma das representações individuais, como resultante da unidade de uma diversidade de territórios culturais. Para este autor, é comum que se estabeleçam os pressupostos dos setores dominantes ou majoritários, em detrimento da multiplicidade de saberes/fazeres que coabitam/constituem um certo espaço. Assim, apropriar-se do território torna-se uma importante representação de poder.

A idéia de reordenamento do território torna-se fator fundamental para as pretensões dos que dele desejam apropriar-se sendo que, na modernidade, as intervenções desenvolvidas pelo poder público visando a modificação dos espaços são “referendadas” por saberes técnicos/científicos, que têm como principal objetivo “legitimar” as ações políticas que excluem do mundo e do imaginário urbano sujeitos sociais e modos de vida tidos como indesejáveis.

A idéia de um reordenamento/reinvenção dos espaços urbanos pode então ser pensada como *“uma organização da base territorial sobre a qual se*

²¹ Vidal, Rodrigo. PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de estudos Pós-Graduandos em História do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, fev. de 1997, p. 184.

²² Idem, p. 184.

²³ Idem, p. 184.

desenvolverão as diferentes atividades e se estruturará o habitat humano".²⁴ Projeta-se sobre o território uma representação social e busca-se impregnar a população com essas características. A perspectiva é a constituição de discursos que busquem estabelecer conceitos homogêneos, onde as diversidades são relegadas/excluídas, em nome da necessidade de uma unicidade na construção do espaço e no comportamento da população.

De acordo com Maria Stella Bresciane²⁵, os debates sobre a necessidade de se realizar o reordenamento dos espaços urbanos é um fenômeno que ocorre na Europa a partir do século XIX, como consequência do reaparecimento da peste.

No olhar das elites, os aglomerados de pessoas nos espaços urbanos forçavam a convivência da parte mais abastada da população com pobres e miseráveis que, distribuídos dentro da cidade de forma "irracional" e sem nenhuma "lógica" propiciavam, com seus hábitos higiênicos e morais, a proliferação de doenças e de valores contestáveis, assustando a burguesia que temia pelo contágio, por insubordinações e pela carência de mão de obra que as epidemias e endemias ocasionavam, em um momento de expansão da produção.

A perspectiva, passa a ser de enquadrar em "pressupostos racionais" o que se apresentava como a representação do "caos". As cidades deveriam seguir uma lógica na sua construção e na distribuição da população, os ambientes deveriam ser divididos de acordo com as atividades econômicas e as condições sociais dos habitantes. Assim, centros comerciais e industriais não deveriam misturar-se a locais de moradia e seria impensável a convivência, em áreas próximas, entre ricos e pobres.

Topalov destaca as falas do inglês Thomas Adams, um dos fundadores do movimento *Garden City*, acerca da organização de Londres, onde se constrói a visão da cidade como um espaço em que predomina a "irracionalidade" e aparece a defesa do estabelecimento de uma "nova ordem":

"Para o observador superficial, a destinação do solo e seus diferentes usos parece ter sido feita pelo Chapeleiro Maluco do chá da Alice. Alguns entre os mais pobres

²⁴ Op. cit, p. 186.

²⁵ Bresciane (1991), op. Cit. p. 11.

*vivem em cortiços em terrenos bem localizados e de grande valor (...) a dois passos da Bolsa de Valores, o ar está impregnado pelo aroma das torrefações de café, a cem metros do Time Square há o mau cheiro dos matadouros. Tal situação é um ultraje a ordem. Tudo parece estar no lugar errado. Temos de arrumar esta colcha de retalhos e de colocar as coisas em seus devidos lugares”.*²⁶

O novo cenário das cidades caracterizado pela aglomeração de pessoas, miséria, peste, mercadorias circulando para todos os lados e o dinheiro como novo comburente da vida traziam para a burguesia as imagens das multidões sublevadas na Revolução Francesa, criando um cenário novo e assustador.

O conceito de racionalizar os espaços urbanos estava vinculado a perspectiva de transformar as cidades de um espaço do “caos”, para um ambiente de racionalidade. Nessa perspectiva, os médicos tiveram papel de destaque, constituindo-se, de acordo com Foucault²⁷, nos primeiros sociólogos do espaço urbano.

A representação dos saberes/poderes dos médicos aparece na constituição do discurso higienista. O conceito de higienizar estava vinculado ao estabelecimento de novos padrões arquitetônicos, novos traçados de ruas e avenidas, novos hábitos e uma nova moral. O termo adquire uma grande amplitude e passa a ser o referencial de como as cidades deveriam se organizar e sua população se comportar.

É importante ressaltar que, o termo *discurso* aqui empregado, deve ser entendido como construtor de práticas e representações sociais. Remetendo-nos a Paul Marie Veyne²⁸ nos damos conta que o discurso não é nem semântico nem implícito, pois não podemos julgar as coisas a partir da palavra, pelo contrário, as palavras nos enganam, nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais.

²⁶ Topalov, Christian. Os saberes da Cidade: tempos de crise? *In* Revista Espaço e Debate. São Paulo. Núcleo de Estudos regionais e Urbanos, ano XI, nº 34, 1991. p. 29.

²⁷ Foucault, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

²⁸ Wayne, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília. EDUNB. 1998.

Essa perspectiva nos possibilita pensar que os discursos e práticas de sanitização dos espaços urbanos não foram meras imposições do poder público, de médicos ou engenheiros. A lógica de impregnar o discurso higienista na população foi uma constante, pois esta deveria atuar como propagandeadora dos novos hábitos. Para isso, no entanto, deveria enxergar nas novas práticas, objetos naturais, verdades e referências que deveriam ser seguidas e exercer um intenso sistema de vigilância para que não fossem rompidos. Isso não significa dizer, que não ocorreram rupturas frente à utopia modernista estabelecida a partir do século XIX.

A cidade passa a ser vista como objeto global, como organismo e como sistema, cabendo então aos detentores do saber técnico/científico diagnosticar os males que a afligem e propor soluções que seriam implementadas pelo poder público, no exercício da sua função de um *“governo da população”*.

Para médicos e engenheiros, a modificação do ambiente influenciava a transformação do corpo e do comportamento das pessoas. Essa possibilidade poderia proporcionar à *“ciência das cidades”* tornar os espaços urbanos de um *“problema”* para um objeto de intervenção, o que possibilitaria a supressão das tensões sociais e a instauração da *“razão”*. Seria encontrado o que Topalov classifica *“como uma ordem escondida sob a desordem”*.²⁹

Estes parecem se constituírem nos principais paradigmas da nascente *“ciência das cidades”* no século XIX, criando, conforme Bresciane: *“(…) Essa rede de questões denominadas 'questões urbanas' que permanecem até hoje, em seus delineamentos básicos, orientando os estudos e as práticas de intervenções das cidades”*.³⁰

1.2 - Paris e Rio de Janeiro: paradigmas para Hugo Carneiro

A principal representação do discurso de constituição da cidade moderna e de novas práticas de intervenção do poder público nos espaços

²⁹ Topalov, p. 09.

³⁰ Bresciane, p. 10.

urbanos ocorreu na cidade de Paris do prefeito Haussmann ³¹, no período que vai de 1850 a 1872.

A “Haussmanização”, processo como ficou conhecida a tentativa de “racionalização” do espaço urbano da cidade de Paris nos anos de 1853 a 1870, está intrinsecamente ligada a perspectiva de transformar a capital francesa em uma referência de valores, cultura, modos de vida e padrões estéticos para o restante do mundo. Estudioso dos espaços urbanos, Marcel Roncayolo enfatiza:

“A cidade da idade industrial que ali se quer realizar não é qualquer uma (...) o espaço a se criar não é o da fábrica, o da grande indústria, mas do espaço internacional. Da exposição dos produtos, dos “invisíveis” do espírito e das finanças; trata-se de realizar uma vitrine da modernização.”³²

Desse modo Paris se constituiria, durante a administração do prefeito Haussmann, na principal representação do espaço urbano moderno. O alargamento das avenidas propiciando uma maior circulação do ar, das tropas repressoras e dos homens de negócios; a destruição de moradias populares situadas na região central da cidade, estabelecendo um novo conceito de reordenamento do espaço urbano e intensificando o surgimento de áreas de exclusão onde deveriam estabelecer-se os mais pobres; as construções dos Bulevares, como os novos espaços de convivência da burguesia, representam as intervenções realizadas pelo poder público com o objetivo de transformar o meio e, conseqüentemente, os habitantes da cidade. Talvez por motivos como estes Paris tenha se transformado na cidade paradigma da modernidade.

É importante ressaltar que, em Paris, o reaparecimento das pestes, provocando pânico na população, a multidão aglomerada explicitando cada vez mais a dicotomia sócio-econômica da sociedade burguesa, o medo de contágios e de motins, parece justificar os golpes de picaretas que derrubavam moradias e outras construções caracterizadas como insalubres e, gradativamente, após a

³¹ Eugène-Georges Haussmann (1809-1891). Administrador francês, célebre pelas obras de embelezamento que realizou na cidade de Paris.

³² Roncayolo, p. 92.

retirada dos entulhos, davam lugar a largas avenidas, bulevares, bem como a novas e “assépticas construções”.

Tais transformações *“incitam a uma mudança que concerne também às práticas da cidade e que implica um novo uso, uma nova valorização do espaço urbano: condutas sociais e econômicas encontram-se assim felizmente ligadas e justificam as mudanças da paisagem”*.³³

Como referencial para suas falas, Roncayolo recorre a Edmond About, no *Paris Guide* em 1867, que revela:

“Quando se terá tirado os entulhos, arrasado esse monte, tomado um quarto do terreno para as ruas largas e retas, o resto se venderá mais caro do que se pagou pelo todo: os três quartos de solo limpo vão ter mais preço do que a totalidade construída. Por que? Porque as grandes cidades no atual estado de civilização são apenas aglomerações de homens apressados (...) uma rua reta, larga e bem circulante, aproxima e, por assim dizer, coloca em contato dois pontos que nos pareciam distantes em uma légua”.³⁴

No Brasil foi o Rio de Janeiro, capital da República, o principal referencial de constituição de uma “cidade moderna”. Para Sidney Chalhoub³⁵, O Rio viveu a partir do final do século XIX e início do século XX, a perspectiva de transformar-se em uma cidade dentro dos padrões modernos ditados pelo mundo europeu, buscando com isso romper com um passado caracterizado pela presença de cortiços, epidemias, negros e pobres convivendo em áreas da cidade consideradas “nobres”.

De acordo com Mônica Pimenta Velloso, o período da *belle époque* carioca, que se estende desde o início do século até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), caracteriza um momento onde *“começa a ser posto em curso o processo de modernização da sociedade brasileira, calcado em um*

³³ *Apud* Roncayolo, pp. 93/94.

³⁴ Roncayolo, 93.

³⁵ Chalhoub, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo. Cia. das Letras. 1996.

cosmopolitanismo profundamente agressivo".³⁶ Nesse momento, a sacralização do referencial parisiense "ocorreu concomitante ao desprestígio das nossas tradições".³⁷

Dessa forma, toda e qualquer representação cultural que não estivesse compatível com os novos referenciais que ecoavam de Paris, era vista como atrasada e resultante de territórios sociais constituídos por pessoas "ignorantes" e sem perspectiva de "futuro".

O ato simbólico da tentativa de ruptura do Rio de Janeiro com o conceito de cidade "atrasada", provavelmente ocorre em 1893, quando o prefeito Barata Ribeiro coordenou pessoalmente a demolição do "Cabeça de Porco", o mais célebre cortiço carioca.

Tratava-se de uma estalagem situada na rua Barão do São Félix, n.º 154 que nos tempos áureos chegou a ser ocupado por mais de quatro mil pessoas. O veredicto para a demolição do cortiço foi dado por médicos higienistas que viam no local um perigo eminente para a população, por ser um "espaço insalubre", ocupado pelas chamadas "classes perigosas".

A demolição do Cabeça de Porco ocorreu em meio a um cenário cercado por grandes pompas. Comandando um grande grupo de bombeiros e operários o prefeito, pessoalmente, coordenava a demolição e demonstrava-se intransigente frente aos apelos dos moradores que ainda teimavam em permanecer no local. Barata Ribeiro permaneceu nas proximidades até a estalagem ser posta abaixo e seus moradores ficarem desabrigados. Queria ter certeza de que nada sobraria do espaço que, simbolicamente, havia escolhido para o início da "regeneração"³⁸ da cidade do Rio de Janeiro.

Pelo seu gesto, Barata Ribeiro foi saudado entusiasticamente pela imprensa carioca, em especial pela *Revista Illustrada*, que, com alguns versinhos, destacou a "coragem" do governante e saudou o início de uma nova era para a cidade:

*Era de Ferro a cabeça,
De tal poder infinito*

³⁶ Velloso, Mônica Pimenta. As tradições populares na *belle époque* carioca. Rio de Janeiro. Funarte. P.08.

³⁷ Idem, pp. 08/09.

³⁸ O termo regeneração da cidade, usado no Rio de Janeiro no início do século XX, significa racionalizar. Sobre o tema, ver Velloso, Pimenta, Mônica. p.09.

*Que, se bem nos pareça,
Deveria ser de granito.*

*No seu bojo secular,
De forças devastadoras,
Viviam sempre a bailar
Punhos e metralhadoras*

*Por isso viveu tranqüila
Dos poderes temerosos,
Como um louco cão de fila
Humilhando poderosos.*

*Mais eis que um dia o Barata,
Deu-lhe na telha almoça-la'
E assim foi, sem patarata,
Roendo até devorá-la!³⁹*

Esse episódio demonstra o caráter autoritário e dramático da modernidade no Brasil, projeto que foi mitificado pelas elites, que não hesitaram em marginalizar todos aqueles que não compactuassem com os novos valores, em especial, os setores mais pobres da população.

Essa perspectiva termina por criar uma espécie de simbiose entre pobreza e perigo, passando os pobres a serem identificados como causadores de todos os males existentes na sociedade. Para as elites, eram eles os responsáveis pela proliferação das doenças do corpo e da alma, o que legitimaria as medidas excludentes que o poder público passa a tomar.

A vinculação entre *pobreza e perigo* começa a consubstanciar-se, a partir do momento que as elites buscam alternativas de como reorganizar as novas cidades da era industrial. Desse modo, segundo Foucault:

³⁹ Chalhoub, p. 18

“(...) Na Segunda metade do século XVIII, se colocou o problema da unificação do poder urbano. Sentiu-se a necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um único poder e bem regulamentado”.⁴⁰

Essa possibilidade, no entanto, apresenta contradições, a partir da naturalização do discurso de que pobres e ricos não poderiam coabitar no mesmo espaço. Nesse momento, *“se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerado um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a formação de bairros pobres e ricos, de habitações pobres e ricas.”⁴¹*

No Brasil, a vinculação entre pobreza e perigo, rearticula-se nos relatos de M. A. Frégier⁴², policial francês que, no século XIX, propõem-se a traçar um perfil dos criminosos parisienses. À medida que Frégier estabelece as características que lhes são comuns, aproxima-se de um minucioso relato das condições de vida dos pobres que habitavam na cidade.

Os dados levantados por Frégier influenciarão, decisivamente, os debates realizados no Congresso Nacional, no final do Século XIX. Com a abolição da escravidão e a Proclamação da república, os parlamentares brasileiros discutiam como evitar que as principais cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro, continuassem sendo espaços de proliferação de epidemias, o que assustava o “civilizado” europeu, sempre relutante em para cá se dirigir. Este cenário aterrorizava as elites brasileiras que temiam o crescimento no país do que denominavam de “africanização”.

Para evitar que o Rio de Janeiro se transformasse em uma “*pequena África*”,⁴³ seria necessário o desenvolvimento de medidas que contivessem ou, pelo menos, minimizassem o surgimento e a propagação das pestes. Era

⁴⁰ Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo. Graal. 1978, p.86.

⁴¹ Foucault (1978), p.94.

⁴² *In* Chalhoub (1996).

⁴³ O termo “pequena África” é utilizado por Mônica Pimenta Velloso quando trata da vinda maciça de escravos negros da Bahia para o Rio de Janeiro e suas formas de organização, hábitos e tradições no espaço da capital da República, na obra *As Tias Baianas Tomam Conta do Pedço*. Estudos históricos. Rio de Janeiro. VI. III, nº 06, 1990.

necessário diagnosticar as origens dos “males” da cidade para que o poder público agisse, na tentativa de “saná-los”. Os pobres são transformados na principal representação do perigo, o que seria utilizado pelo poder público para tentar legitimar suas ações intervencionistas, por mais violentas e excludentes que fossem.

O estabelecimento de territórios de exclusão no espaço da cidade possibilita, de acordo com Durval Muniz, a constituição de um discurso estereotipado. Esse discurso é assertivo, arrogante e repetitivo. Nesse contexto, constrói-se uma linguagem que leva à estabilidade acrítica. A voz segura e auto-suficiente, parece dar o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. Assim, para Muniz, o estereotipo *“nasce de uma caracterização do grupo estranho em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas em nome de semelhanças individuais”*.⁴⁴

Na modernidade, esse discurso assertivo da esteriotipização, naturalizou e “tornou verdadeira” a vinculação entre a miséria e o perigo, como forma de legitimar as políticas de exclusão.

Atentando a todas essas questões é possível caracterizarmos Paris e Rio de Janeiro como importantes referenciais para as transformações que o governador Hugo Carneiro pretendia realizar no espaço urbano do território do Acre, a partir de 1927. No entanto, as medidas de urbanização desenvolvidas no Território do Acre foram apenas arremedos maus acabados, e não sei se poderia ser diferente, das transformações que ocorreram nas capitais francesa e brasileira. O que aproxima as três perspectivas, penso ser o pressuposto de ruptura com o denominado de “velho” e o estabelecimento, em contrapartida, do “moderno”, termo esse, vinculado à idéia de “novo” e de “progresso”. As três cidades teriam em comum, o fato de terem sido mergulhadas, dentro das devidas proporções, no “turbilhão da modernidade”.

A modernidade é definida por Marshal Berman como *“uma experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e dos perigos da vida que é compartilhada por homens e mulheres em todo mundo”*⁴⁵. Esse ambiente caracteriza-se pela constituição de um meio repleto de

⁴⁴ Albuquerque Júnior, Durval Muniz. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo. Cortez. 1990. p.20.

⁴⁵ Berman, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Cia. das Letras. 1987. p.

promessas, de aventura, novidade, alegria, transformação e autotransformação. Esse turbilhão, no entanto, constitui-se em uma ameaça que, constantemente, leva a desconstrução/negação de territórios, tradições, do que temos e do que somos. A possibilidade de um mergulhar nesse turbilhão é o que Hugo Carneiro quer oferecer à população do Acre na década de 1920.

A utopia de pensar a possibilidade de construção no meio da selva amazônica, de uma cidade que tenha como referencial Paris e Rio de Janeiro, parece ser resultante de uma característica que, segundo Bermam, constitui-se na experiência ambiental da modernidade:

*“A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx: ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”.*⁴⁶

1.3 – A utopia de um Acre moderno

O cenário das cidades acreanas no final da década de 1920 não era de todo desconhecido para o advogado Hugo Ribeiro Carneiro, um paraense que aos dois anos de idade mudou-se com os pais para o Rio de Janeiro, formou-se em direito e engenharia e, logo após conseguir as titulações, transferiu-se para o município de Tarauacá, no Território do Acre, onde exerceu as funções de Juiz Municipal e Juiz de Direito. Da cidade de Tarauacá, Hugo Carneiro mudou-se para o Ceará, onde se tornou deputado federal. Antes de ser nomeado governador do

⁴⁶ Idem, p.15

Acre em 1927, exercia a função de prefeito interventor de Manaus, capital do Amazonas.

Ao desembarcar na cidade de Rio Branco em junho de 1927, após 45 dias de viagem, proveniente do Rio de Janeiro, constituía-se na principal autoridade do Território: fora nomeado governador pelo presidente da República, Washington Luís, através de decreto datado de 13 de abril de 1927.

O primeiro olhar do novo governador para a cidade de Rio Branco foi, em certo sentido, aterrador. Em correspondência enviada ao presidente da República fez questão de não esconder seu sentimento de frustração com o aspecto da capital do Território que iria administrar e descreveu Rio Branco, grotescamente, como um espaço formado por toscas construções em madeira, órgãos públicos abandonados e ruas mal preservadas. Para representar o cenário que descrevia, usou como referencia o prédio onde funcionava a sede do governo, um barracão de madeira coberto com telhas de barro, situado na região central da cidade:

“O chamado Palacio do Governo, que é um dos melhores proprios nacionais do Territorio, é um velho barracão de madeira em lastimavel estado de conservação, uma ruina apenas mal sustida, sob ameaça de proximo desabamento”.⁴⁷

Em falas como estas, a impressão que Hugo Carneiro nos passa é de que o Acre havia parado no tempo, que aqui não havia chegado, sequer, o eco das vozes que propunham uma nova estética para as cidades e novos e modernos hábitos para seus habitantes, em voga na Europa desde o final do século XVIII e em diversas cidades brasileiras, caso de Belém, Manaus, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, desde o final do século XIX. Os recursos enviados ao Acre, desde sua anexação ao território brasileiro em 1903, não tinham mudado em nada o cenário “primitivo” da região, pelo menos, essa era a impressão do governador:

⁴⁷ Governo do Território do Acre. Relatório de governo elaborado por Hugo Ribeiro Carneiro (1928/1929) e enviado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores Augusto Vianna do Castello. 1930, p. 24. mimeo

*“Aqui, Exmo. Sr. Presidente, tudo está por fazer, nada absolutamente nada, de vulto ou de segura permanencia se fez ate agora com os milhares de contos que o Governo Federal, depois da anexação do Acre ao Brasil tem dispendido com sua administração. Basta dizer a V.EX. que na sede do governo inexistente só um edificio em alvenaria. Todas as obras deste genero constam apenas em pomposos relatorios”.*⁴⁸

Além do péssimo estado de conservação dos prédios públicos, o novo governador fez questão de ressaltar o que classificou como *“condenáveis hábitos de higiene que grassavam em boa parte da população”* atestando o completo estado de abandono em que encontrou os serviços públicos de higiene:

*“Fiquei desagradavelmente impressionado com o quasi absoluto abandono em que encontrei os serviços de hygiene, a principiar por esse injusto esquecimento do Departamento Nacional de Saúde Publica, seguido da condemnavel indiferença dos poderes locais”.*⁴⁹

As impressões descritas nos relatórios de governo de Hugo Carneiro estavam impregnadas de simbolismos e representações de um olhar carregado de preconceitos e repleto de uma visão com valores universalistas e cientificistas, em voga desde o final do século XIX, coroando o discurso da *“Belle Époque”*. Como novo chefe do Executivo acreano, caberia ao governador a responsabilidade por ordenar o *“caos”* e promover mudanças em um cenário caracterizado, de acordo com suas falas, pelo *“atraso e ausência da modernidade”*.⁵⁰

Dialogando com as falas oficiais, é possível pontuar que, a ideia de transformar o Acre e, especialmente Rio Branco, em espaços *“modernos”*, tenha sido o grande projeto de Hugo Carneiro quando esteve à frente do governo do Território do Acre, no período de 1927 a 1930. É interessante ressaltar que, a

⁴⁸ Governo do Território do Acre, p. 53.

⁴⁹ Idem, p. 53.

⁵⁰ Idem, p. 68.

concepção de modernidade do novo governador, estava vinculada a perspectiva de desenvolvimento e avanço tecnológico, o que caracterizaria o domínio da natureza pela racionalidade, proposição predominante do mundo industrial e característica das concepções iluministas ou da visão de mundo iluminista.

No entanto, o principal paradoxo do governo de Hugo Carneiro ocorre com a resistência que será desenvolvida à sua utopia modernista. As rupturas e fendas que surgirão, demarcam o conflito da multiplicidade de territórios culturais existentes, com a proposta de constituição de um território homogêneo proposto pelo poder público e as elites.

Desde sua efetiva posse como novo governador, no dia 15 de junho de 1927, intensifica-se No Acre um discurso que vai opor a “*tradição*” e o “*moderno*” em uma perspectiva de passado/ultrapassado e futuro. As cidades acreanas com seus barracões de madeira, a maioria coberta por palhas, o convívio em um mesmo ambiente de pessoas “doentes” e “saudáveis”, as águas servidas e os excrementos sendo atiradas, aleatoriamente, em meio às ruas, quintais ou terrenos baldios, passam a caracterizar-se como a representação do “atraso” e da “ignorância” dos habitantes do Território.

Como contraposição a estas práticas, a proposição que se tenta impregnar na população, era da necessidade de deixar o passado e suas ruínas para trás, e pensar na construção de um futuro a partir de uma visão progressista da sociedade, ou seja, tudo deveria “iniciar pelo começo”. De acordo com o governador, o Acre deveria ser reinventado: “*A visão desconsoladora desse montão de ruínas, estava a traçar o programma radical a ser observado pelo administrador, que aqui teria de principiar pelo principio a sua obra*”.⁵¹

O discurso da modernidade constituído no governo de Hugo Carneiro termina por criar um antagonismo característico do mundo moderno: a cidade plural confronta-se com “*uma prática planificadora tradicional, segundo a qual o futuro da cidade era definido ao redor de uma mesa de negociações e se concretizava sobre a mesa de desenho*”.⁵²

1.4 – Ações intervencionistas do poder público na cidade de Rio Branco

⁵¹ idem, p. 67

⁵² Idem, p. 186

Desde sua posse, o novo governante deixou claro que a cidade de Rio Branco, pelo status de capital, seria priorizada no estabelecimento de políticas públicas. Rio Branco deveria servir como uma espécie de “vitrine da modernidade”, tornando-se um referencial para estabelecer uma divisão imaginária entre o passado e o futuro, o “atraso” e o “desenvolvimento”. A capital seria o espaço onde se iniciaria o que o governador classificou como “*grande obra de soerguimento do Acre*”:

*“Logicamente estava indicada a nova capital do território, onde existiam apenas duas modestas e inacabadas construções em alvenaria, a cadeia pública e o pavilhão do hospital Augusto Monteiro para a centralização da maior atividade na obra de soerguimento do Acre”.*⁵³

Nas falas do governador, podemos perceber a obsessão pela alvenaria e a recusa em conviver com as construções em madeira, especialmente com o barracão, termo que usa sempre de forma pejorativa para referir-se à maioria das construções existentes no Acre.

Esta postura pode ser entendida como uma recusa em conviver com símbolos que representavam o espaço da floresta, já que as casas construídas em madeira, constituíam-se no principal padrão arquitetônico dos seringais⁵⁴. Em momentos de intensos devaneios, chega a afirmar em seu que teria barrado, através de incentivos para a instalação de olarias e outros tipos de ofício, as construções em madeira no Território, rompendo assim, de vez por todas, com a “incômoda” presença do mundo rural no espaço da cidade:

“(…) Acabei com o processo rotineiro das construções de madeira, de má aparência e pouca duração, pondo em movimento, subvencionando ou custeando

⁵³ Idem, p. 67.

⁵⁴ Unidades extrativas de látex e produtoras de borracha características da região amazônica, que na época passavam por forte crise econômica em decorrência da perda de mercado para os seringais de cultivo da Ásia.

*administrativamente, olarias, serrarias e oficinas mecânicas, mantidas para effectivo levantamento de obras permanentes de alvenaria”.*⁵⁵

Tal perspectiva nos possibilita desenvolver algumas reflexões no sentido de percebermos, com Raymond Williams, o quanto à imagem do campo, passa a se configurar como uma “*imagem do passado, e a imagem comum da cidade uma imagem do futuro*”.⁵⁶

No projeto de Hugo Carneiro, a representação da cidade aparece como um espaço de realizações e a floresta como o lugar da ignorância e da limitação, apesar de considerar necessário o auxílio do poder público “*ao agricultor pobre e ao seringueiro pauperrimo*”⁵⁷. A necessidade de prestar auxílio, no entanto, não significava que os habitantes da floresta fossem bem-vindos, com seus hábitos, costumes e tradições, dentro do mundo urbano. Nessa direção, o governador do Acre estabeleceu uma fronteira imaginária separando a floresta da cidade, não levando em consideração as trocas de experiências que se perpassam cotidianamente e que inviabilizam o estabelecimento de uma dicotomia entre esses espaços.

Transformar Rio Branco em uma cidade com um novo padrão arquitetônico em alvenaria surge como meta sempre presente nas falas de Hugo Carneiro. Ao referir-se ao que chamava de “*estado de progresso material do Território*”, o governador costumava a utilizar como referencia para demonstrar o “atraso” em que se encontrava o Acre, algum prédio público construído em madeira e em estado precário de conservação. Em seu discurso de posse, em 15 de junho de 1927, o parâmetro utilizado, mais uma vez, foi o local onde funcionava a sede do governo:

“Ninguém, ao de longe, poderia fazer ideia exacta do descabro em que definhava a opulenta terra acreana, fallida a principiar pela propria instalação de sua casa de governo (...) Os velhos barracões de madeira que

⁵⁵ Idem, p. 30

⁵⁶ Williams, Raymond. O Campo e a Cidade na História e na Literatura. São Paulo. Cia. das Letras, 1990.

⁵⁷ Governo do Território do Acre, p. 53.

*constituíam o patrimônio nacional no Acre, estavam retratados desalentadoramente naquelle symbolo terrivelmente expressivo da desordem que se alastrava pela administração toda (...) efectivamente, o velho barracão de madeira, o desconfortável pardieiro, ameaçadora ruína, desguarnecido de forro, com telheiro mal seguro, cumieira carcomida pela acção do tempo e do abandono, portas remendadas, vidraças partidas, parede interna e externa de taboas apodrecidas e desalinhas, soalho sem fixidez, tudo a abalar na iminência de desabamento; imprestável pardieiro, bancos quebrados, cadeiras furadas, estantes partidas, machinas de escrever inutilizadas, quadros sem molduras e já quase sem cores, tudo isso espelhava ao vivo, realmente, a situação material de todo o Territorio".*⁵⁸

É possível perceber nas falas de Hugo Carneiro a sua principal meta administrativa: trazer para o meio da floresta amazônica um conceito europeizante de progresso e desenvolvimento, estabelecendo uma ruptura com as tradições e costumes constituídos no território acreano.

Essa perspectiva exigia a organização de um poder político centralizador, capaz de intervir no cotidiano da cidade e de seus habitantes o que possibilitaria a constituição/invenção de uma nova Rio Branco, que serviria como uma espécie de vitrine para as transformações que intencionava estabelecer no Acre.

É possível, a partir das questões ressaltadas, estabelecermos um diálogo com novos olhares acerca do problema do espaço. Para Foucault, no final do século XVIII a arquitetura começa a se articular com os problemas da população. Trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômicos/políticos.

No caso específico do Acre, a constituição de uma nova cidade teria uma importante simbologia, pois representava o fortalecimento do poder de Hugo

⁵⁸ Idem, p. 65.

Carneiro que buscava, incessantemente, ser identificado com a idéia de um administrador com referenciais modernos, capaz de trazer o progresso mesmo para uma região tão distante dos “centros mais civilizados do país”.

Por esse motivo, as intervenções do poder público deveriam ser impactantes, os novos espaços que o governador pretendia construir, constituiriam-se em importantes formas de linguagens para marcar a ruptura com um “passado nada promissor” e estabelecer o início da construção da “cidade do futuro”.

Tal perspectiva possibilita pensar o espaço como um problema histórico/político. O espaço é inventado/reinventado constantemente, de acordo com a constituição de novas morais, novos padrões de comportamento, alternâncias de poder, experiências sociais múltiplas. Em *Microfísica do Poder*, Foucault pontua:

*“Seria necessário fazer uma história dos espaços, que fosse ao mesmo tempo uma história de poderes – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula, ou da organização hospitalar passando pelas implantações econômicas e políticas”.*⁵⁹

Desse modo, é possível pensar o espaço não como algo inerte, sem história, mas constituído socialmente. O espaço é inventado/reinventado, a partir da ação de sujeitos que, ao mesmo tempo em que o constituem, se constituem socialmente. Essa perspectiva amplia o campo de trabalho do historiador que, dialogando com outras disciplinas, pode construir a história dos espaços. Estes deixam de ser meros palcos onde os sujeitos sociais vivem seus dramas e tramas, para inserirem-se nesta multiplicidade de dramas e tramas.

Para iniciar as “transformações” que o poder público propunha-se a realizar no Acre, a primeira medida foi atacar o hábito das construções em madeira, caracterizando-as como insalubres e de estética censurável. Assim, termos como “pardieiro” e outras expressões pejorativas, classificavam o tipo de

⁵⁹ Foucault (1978), p. 29.

construção que predominava no Território: *“A população do Território vive, ou melhor, vegeta em barracas, que outro nome não se pode dar as rudes moradias que abrigam quase a totalidade da população acreana”*.⁶⁰

O olhar preconceituoso para as construções em madeira, impulsiona diversas tentativas desenvolvidas pelo poder público, a partir de 1927, visando impedir ou dificultar a propagação das “barracas”, tendo até se tentado impor restrições a partir de ações de ordem jurídicas, principalmente a partir da reformulação do Código de Posturas da cidade de Rio Branco, durante a administração do prefeito Humberto Leão Martin⁶¹.

O novo Código de Posturas⁶² representava a preocupação de seus elaboradores em estabelecer, através de um instrumento jurídico, a “racionalização” do espaço da cidade de Rio Branco. Nesse sentido, intensificou o controle do poder público sobre a população, estabelecendo uma constante vigilância na tentativa de evitar que as normas, fossem rompidas. Isso se evidencia em um dos capítulos daquele Código, quando estabelece:

“Nenhuma construção, reconstrução, concertos, accrescimos ou modificações de prédios, muros, gradis e cercas, se fará na zona urbana da cidade sem previa licença da Intendencia e sem o competente aruamente e nivelamento dados pelos empregados municipaes”.⁶³

Ao lado de seu discurso estético, estavam colocadas questões que “encurralavam” significativas parcelas de trabalhadores e setores da população de Rio Branco, sob a tônica reguladora da “higiene” e “asepsia”. A mudança do meio deveria propiciar um maior controle dos corpos e das pessoas. Assim, tanto as construções como as reformas internas deveriam ser constantemente fiscalizadas, para se ter à garantia que as alterações não trariam danos à nova proposta de

⁶⁰ Governo do Território do Acre, p.45.

⁶¹ O médico higienista Humberto Leão Martin exerceu a função de prefeito de Rio Branco de 1928 a 1930. Foi indicado para o cargo por Hugo Carneiro de quem era aliado político e se tornou um dos principais elaboradores das políticas de saúde pública do Território.

⁶² Código de Posturas Municipaes. Instituído através da Lei nº 159 de 24 de outubro de 1928. Jornal Folha do Acre 20 de janeiro de 1929, nº 680, p. 04.

⁶³ Código de Posturas Municipaes, artigo 12.

conformação da cidade, não interfeririam nas condições de higiene e não prejudicariam a circulação do ar.

Eram vetadas construções em terrenos alagadiços, sem que fossem realizados serviços de aterramento ou desvio da água. Mas isso não era ainda suficiente. Mesmo após as exigências serem cumpridas, a obra só poderia iniciar após parecer favorável dado pela Diretoria de Higiene e por um engenheiro do quadro, ou nomeado pela Intendência.

Os prédios construídos na região central da cidade deveriam obedecer a critérios de tamanho, espessura e comprimento. Nenhum deles poderia ter altura inferior à 4m entre a soleira e a linha de base da cornija, altura mínima de três metros para as portas e de 2m para as janelas, sobre 1m de largura. A altura máxima das soleiras das portas seria de, no máximo, 20cm acima das calçadas ou passeio. O assentamento das linhas madres, obrigatoriamente deveria ser feito sobre alicerces de tijolo e cimento e a cobertura de palha deveria ser substituída pela de telha de barro.

Percebemos nas exigências contidas no Código de Postura, a tentativa de se estabelecer um padrão arquitetônico uniforme na região central da cidade, impedir que “ambientes insalubres” fossem ocupados para a construção de residências e, fundamentalmente, propiciar a circulação do ar, fator esse tido como muito importante pelos higienistas para evitar a “proliferação de doenças”.

Vale ressaltar, com relação à preocupação com a circulação do ar, a exigência de uma distância mínima entre as casas. Essa norma visava impedir a construções de casas conjugadas, objetivando com isso, modificar um padrão arquitetônico característico da cidade de Rio Branco até os anos 20: *“Uma das fachadas lateraes dos prédios deve ficar separadas das casas visinhas, por uma distancia de 1,80m no minimo”*.⁶⁴.

Regulamentado o local e a forma como deveriam ser construídas as novas edificações, o poder público passa a invadir o interior das residências e prédios comerciais, ditando os procedimentos básicos de higiene que deveriam ser adotados, sob pena de multa, caso o proprietário não cumprisse o que estava normatizado por Lei.

⁶⁴ Idem, art. 34.

Para as casas situadas na região central, era obrigatório que todas possuísem latrinas, afinal não era nada “moderno” conviver com águas servidas e excrementos sendo atirados no quintal ou no meio da rua corriqueiramente. Essa lógica reguladora e disciplinadora tornara-se exigência pública pelo artigo 47 do Código de Posturas: *“Todo predio devera ser provido de latrina, conforme as prescrições hygienicas dadas pela Diretoria do Serviço Sanitário Municipal, que marcará praso para esse fim”*.⁶⁵

Em nome da “higiene” e “asepsia”, o poder público estabeleceu um sistema de fiscalização e coerção dos habitantes da cidade. Em relação aos proprietários, no caso de algum deles opor-se à instalação de latrinas, não cumprindo o prazo preestabelecido, a intendência intervinha mandando fazer a instalação e repassando a conta para o proprietário ou inquilino do imóvel.

Mas, os excrementos depositados nas latrinas deveriam ter algum destino, pois não seria conveniente o acúmulo de *immundicies* em locais próximos as residências e, por via de regra a vertentes de água e poços, construídos para viabilizar o abastecimento de água. Como em mais de 98% da cidade de Rio Branco não havia instalação de esgotos, foi permitido então a construção de fossas fixas que, no entanto, para poderem ser instaladas, deveria se seguir rígidas normas, no momento de suas construções, e o responsável pela obra comprometer-se a realizar rotineiramente o esgotamento.

Cumpridas todas as metas para a construção ou reforma do imóvel, o proprietário só poderia ocupá-lo ou locá-lo após inspeção do médico da municipalidade, que atestaria se este estava, ou não, dentro das normas sanitárias exigidas.

No caso de ter ocorrido no imóvel algum caso de moléstia contagiosa, ficaria a cargo da Diretoria de Higiene os trabalhos de desinfecção. Nesse caso, o médico analisaria a necessidade de promover adequações no local para que este apresentasse as condições higiênicas necessárias. É o que se compreende da regulamentação contida no artigo 85: *“Si houver ocorrido no predio algum caso de molestia infectuosa ou contagiosa, a autoridade inmediatamente providenciará para que se façam, pela repartição competente as desinfecções necessarias, conforme a natureza da moléstia”*.⁶⁶

⁶⁵ Idem, art. 22.

⁶⁶ Idem, art. 85.

O direito a propriedade, não se constituía em empecilho para as autoridades sanitárias no Acre. Todas as vezes que o médico da Diretoria de Higiene julgasse necessário, poderia fazer visitas em todas as habitações particulares ou coletivas, podendo ter acesso livre a todos os cômodos da casa. Os proprietários, locatários ou responsáveis pelo imóvel visitado, não poderiam colocar nenhum obstáculo à autoridade sanitária durante sua visita. Em caso de alguma irregularidade ser detectada e o imóvel necessitasse passar por ajustes, o Código de Posturas, em seu art. 89, regulamentava a maneira que deveriam ser realizadas e o prazo limite para a execução:

*“Durante as visitas sanitarias, as providencias de caracter urgente serão executadas imediatamente pela intendencia e para as que se poderem fazer em um prazo maior de 12 horas, o responsavel sera intimado por escripto em documento visado pelo medico da municipalidade”.*⁶⁷

Em algumas visitas, as autoridades sanitárias poderiam concluir que a casa era insaneável. Nesse caso, o imóvel deveria ser imediatamente demolido e se o proprietário oferecesse qualquer tipo de resistência, seria retirado pela polícia e punido conforme a lei. Se o prazo estabelecido para a demolição não fosse cumprido pelo proprietário, o serviço ficaria a cargo da intendência que, após a demolição, enviaria as custas para ser paga pelo proprietário do imóvel.

A preocupação demonstrada por Hugo Carneiro, em transformar o Território do Acre em um “espaço salubre”, configurava-se como um discurso bastante semelhante ao discurso dos especialistas do espaço da cidade, na França do século XVIII. Nesse período o poder público francês passou a conviver com a necessidade de unificação do poder urbano, devido razões de caráter econômico, já que as cidades se transformaram em importantes centros de mercado, constituindo-se não apenas em um lugar de comercialização, mas essencialmente de produção. Unificar o poder urbano significava, então, unificar a

⁶⁷ Idem, art.89.

multiplicidade de jurisdições existentes pressupostos fundamental para países industrializados e para a consolidação da nação.

Mas, se as cidades industriais tornaram-se espaços importantes no desenvolvimento das novas relações econômicas passaram a conviver, também, com novas relações sociais. O aglomerado de operários pobres evidencia as diferenças sociais e torna explícito o confronto entre ricos e pobres.

O novo cenário urbano termina por provocar o que Foucault vai denominar de *“uma atividade de medo e angústia diante da cidade”*.⁶⁸ Medo das fábricas que são construídas, da aglomeração populacional, dos esgotos, das epidemias, dos cemitérios onde cadáveres amontoavam-se e assustavam a população que temia pelo risco de proliferação de doenças.

Tendo como referências esses novos problemas, desenvolve-se na França o que Foucault vai chamar de uma *medicina urbana*. Essencialmente, essa medicina urbana atuava em três campos: analisava os espaços de acúmulo e amontoamento de tudo que pudesse difundir epidemias; atuava no controle da circulação, principalmente do ar e da água e preocupava-se com a distribuição, dentro do espaço urbano, dos elementos necessários a vida comum da cidade. Em síntese, o principal objeto de saber da medicina urbana desenvolvida na França era, basicamente, uma intervenção no meio, pois isso se constituiria em pressuposto vital para possibilitar a saúde da população. Estabelece-se então, uma relação entre organismo e meio.

É importante ressaltar que uma das características da medicina urbana francesa é o fato *“da habitação privada não ser tocada e o pobre, a plebe, o povo, não ser claramente considerado um elemento perigoso para a população. O pobre, o operário, não é analisado como os cemitérios, os ossuários, os matadouros”*.⁶⁹

Somente no século XIX o pobre aparece como perigo. As razões para este fato são várias merecendo algumas, no entanto, uma maior atenção. Inicialmente, podemos destacar fatores de ordem política, caracterizados pela participação dos pobres em levantes sociais, ocasionados pela criação de sistemas como o postal e de entrega de cargas, que retirou o ganha pão de boa parte da população. Merece ser também ressaltado, a propagação da cólera na

⁶⁸ Foucault (1978), p. 87.

⁶⁹ Foucault (1978), p.94.

Europa a partir de 1832, que serviu para que a população proletária passasse a ser o principal referencial de expansão da doença. A caracterização do pobre como representação de perigo propicia ao poder público a perspectiva de criação de espaços diferenciados nas cidades.

Seria artificial a afirmativa de que a proposta de saneamento do Território do Acre desenvolvida por Hugo Carneiro é uma simples transposição das políticas médicas e higiênicas desenvolvidas pela medicina urbana francesa do século XVIII e das concepções desenvolvidas na Inglaterra do século XIX, que transformam os pobres em uma representação do perigo. No entanto, penso ser possível enxergarmos a utilização de alguns pressupostos que, no Acre, se tornariam, a partir das duas primeiras décadas do século XX, em importantes referenciais para a constituição de um discurso higienista que serviria como principal agente de legitimação das ações intervencionistas desenvolvidas pelo poder público.

Para o governador, médicos da Diretoria de Higiene e, principalmente as elites, sanear o Território passa a ser sinônimo de transformá-lo em um ambiente propício para um saudável desenvolvimento físico e moral da população. Tal perspectiva parece-me aparecer nas falas de Hugo Carneiro ao explicar quais seriam, no Acre, suas principais obrigações administrativas: *“Sempre entendi constituir principal dever do administrador no Brasil, e muito especialmente no Acre, devido seu clima tropical, dispensar a maior atenção aos problemas da atinentes ao saneamento do solo, e, de certo modo, á eugenia da raça”*.⁷⁰

É importante ressaltar que salubridade não é a mesma coisa que saúde. Foucault define salubridade como: *“O estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível aos indivíduos”*.⁷¹

A proposta de governo que prevaleceu no Acre de 1927 a 1930, aproxima-se das preocupações de médicos e engenheiros que, desde o século XVIII na Europa, traçavam normas para a medicalização do espaço da cidade e legitimavam, através de seus saberes técnicos/científicos, as ações

⁷⁰ Governo do Território do Acre, p. 52.

⁷¹ Foucault (1978) p. 93.

intervencionistas dos governantes. O princípio do poder público intervindo no espaço da cidade com o objetivo de mudar o meio pode ser caracterizado como alternativa para a constituição de “(...) *um meio ideal para formar homens saudáveis, moralizados e trabalhadores*”.⁷²

As intervenções do poder público no Acre objetivaram normatizar a cidade através de instrumentos jurídicos e políticos, impregnar a população com as características do novo espaço que se pretendia constituir e construir importantes representações do discurso da modernidade, que me parecem objetivarem-se em ações como a de isolamento dos enfermos acometidos por doenças contagiosas, o rígido controle desenvolvido nos meretrícios e sobre as meretrizes, no desenvolvimento de ações filantrópicas e, principalmente, com a construção de novos prédios públicos, com destaque para novo mercado municipal e o quartel da força policial construídos em 1928 e o Palácio do Governo, obra iniciada em 1929.

1.5 – Representações da “modernidade”: Mercado municipal, Quartel da Polícia e Palácio do Governo.

Penso ser importante, antes de tratar especificamente sobre os novos prédios públicos construídos, pensá-los como a materialização do discurso da modernidade. Efetivamente, com as novas construções, a população poderia enxergar a concretização do “novo” projeto. O olhar para os novos espaços transmitiria ao espírito, a conformação da nova cidade. Importante referencial para estabelecermos esse diálogo encontramos em Marilena Chauí:

“O olhar na e da intuição não é simples vídeo, nem simplesmente specio-sepcto. Sua referência é a visão em uma outra família, a de perspectio: conhecimento cabal, pleno, completo, cujo ato se diz perspecto, olhar por e para todas as partes e em todas as direções com atenção.”

⁷² Bresciane (1991), p. 11.

E seu resultado se diz perspicio: ver e conhecer perfeitamente, aperceber-se, ver através, atravessar com a vista, perscrutar. Esse olhar que se apercebe, atento, penetrante, atravessador e reflexivo é o olho perspicax (perspicaz, engenhoso) que vê perspicue (claramente, manifestamente, evidentemente) porque dotado de uma qualidade fundamental que reencontra no visível e que, dali, por mutação transmite ao espírito e ao intelecto: a perspicuitas: clareza e distinção do transparente”.⁷³

Os imponentes prédios públicos construídos durante a administração de Hugo Carneiro deveriam ser, com urgência, expostos para a população para que esta pudesse, ao enxergá-los, ver materializado os novos conceitos de higiene, espaço salubre e poder. Os olhos, como “espelhos da alma”, seriam responsáveis por ajudar na naturalização do discurso da modernidade.

O Primeiro dos três espaços a ficar pronto, foi o prédio do mercado Municipal de Rio Branco. A obra, a pesar de estar sob a responsabilidade da Intendência Municipal, foi garantida através de articulações do governador junto ao Governo Federal e foi muito mais capitalizada por Hugo Carneiro do que por Humberto Martim.

A construção do prédio teve início no dia 24 de maio de 1928, em uma ação conjunta do governo do Território e da prefeitura de Rio Branco. A obra avaliada em 300:000\$000 (trezentos contos de reis) chamava atenção pelo seu estilo moderno e as inovações arquitetônicas existentes, tanto na sua parte interna quanto externa. Ao justificar a construção do novo mercado, Hugo Carneiro fez questão de ressaltar: *“Não era razoável a existência de uma cidade, capital de um Território, e, portanto. Presumidamente a mais adiantada e progressista, sem um estabelecimento dessa natureza”*.⁷⁴

O mercado municipal constitui-se no marco inicial das transformações que Hugo Carneiro planejava implementar no Território. Nas suas falas carregadas de ufanismo o governador, ao comentar a importância para a

⁷³ Chauí, Marilena. Janela da Alma, espelho do mundo. In: O Olhar Adauto Novaes [et al] – São Paulo: Companhia das Letras. 1988, p.

⁷⁴ Governo do Território do Acre, p.69.

cidade do novo prédio em alvenaria, apontava para a perspectiva do Acre do futuro, livre das construções em madeira e de tradições tidas como “primitivas”: *“(...) estamos a construir um Acre definitivo, um Acre em alvenaria, sem o caráter transitório das fundações adventícias, um Acre que ficará, que resistirá a acção destruidora do tempo e á poeira da ruína de seu passado”*.⁷⁵

A necessidade que estava posta, de acordo com o governador, era de virar as costas para os “velhos costumes acreanos” e olhar para o horizonte. Não existiria desse modo, espaço para o “velho” conviver com o “moderno”. A Modernidade que estava sendo construída deveria anular todas as experiências anteriores.

É possível enfatizar que a ruptura com valores, costumes e tradições das populações que tradicionalmente ocupavam o espaço da floresta, em particular, índios e seringueiros, estava vinculada a um olhar etnocêntrico característico do ocidente, que recusa o convívio com outros territórios culturais. As “populações tradicionais”, ou qualquer representação de suas culturas são vistas como irracionais, supersticiosas, desprovidas do saber técnico/científico o que, portanto, torna seus saberes/fazer, desprezíveis.

Outra possibilidade seria de pensar as “populações tradicionais” em uma perspectiva romântica e nostálgica, com seus territórios se constituindo em representações do exótico. Em qualquer dessas lógicas, os modernistas não enxergavam seus modos de vida com bons olhos. A construção do novo mercado adquire importante simbologia exatamente por constituir-se, no olhar do governador, em um marco de ruptura entre o passado e o futuro.

Totalmente construído em alvenaria, o prédio tinha paredes de tijolos revestidas em argamassa de cimento inglês. Media 24 metros de comprimento com 15,60 metros de largura e altura de 5 metros. Ao todo, eram 374 metros de área construída. Toda a fachada do mercado era guarnecida por platibandas⁷⁶ e cornijas⁷⁷ e o acesso dava-se por portas de 2,8 metros de largura. A imponente construção destacava-se entre as casas de madeira, a maioria coberta de palha,

⁷⁵ Idem, p. 75.

⁷⁶ Grade de ferro ou muro que limita um terraço e caracterizou-se como importante referencial arquitetônico no Acre no final da década de 20, tendo como objetivo diferenciar “as novas e modernas construções” dos antigos prédios em madeira que predominavam na região.

⁷⁷ Molduras sobrepostas formando saliências na parte superior da parede.

que predominavam no cenário da região central da cidade de Rio Branco no ano de 1928.

Mas, as maiores inovações presentes no novo mercado, estavam na sua parte interna. Nos espaços reservados para o funcionamento dos açougues, as paredes foram revestidas com azulejo branco alemão. Cada Box era provido de pia com torneira de bronze e toda a encanação era feita com cano zincado. O abastecimento de água dava-se através de uma caixa de cimento armado, com capacidade para armazenar 21. 780 litros. Antes de ser utilizada pelos freqüentadores e comerciantes do mercado, a água passava por um filtro Saturnino de Brito, para tornar-se própria ao consumo. O prédio era dotado de rede de esgoto, com um sistema de coleta construído em uma extensão de 110 metros, com dois poços de visita, de 15 metros de diâmetro, cada, por 5 metros de profundidade.

Dialogando com as falas do governador, parece evidenciar-se a perspectiva de justificar a construção do mercado:

*“Devendo produzir apreciável renda para a municipalidade da capital, além de sanar uma falta grave, a construção do novo mercado se punha urgentemente não só pela soma de benefícios que vinha prestar á população, senão também, economicamente, por se tratar de uma despesa de caráter reprodutivo (...) efectivamente, depois de inaugurado e de entrar em ranço funcionamento, o mercado trouxe grande desenvolvimento para á pequena lavoura de verduras, frutas e cereais, estimulando a criação nas proximidades dessa capital, que, contando com uma população de cerca de oito mil pessoas constitui já um regular centro consumidor”.*⁷⁸

No entanto, ao ressaltar a “soma de benefícios que vinha prestar a população”, Hugo Carneiro refere-se à possibilidade de regulamentar a venda de alimentos em um local asséptico, proposição que tenta normatizar através do

⁷⁸ Governo do Território do Acre, p. 70.

Código de Posturas de 1928, quando estabelece normas rígidas para esse tipo de atividade comercial:

*“É expressamente proibido aos vendedores, carregadores, conductores de gêneros alimentícios, doces ou similares, conduzirem as caixas ou outros vasilhames do gênero de seu comercio, descalços, maltrapilhos ou sujos, contra a regra da decência, das exigências do asseio e preceitos de higyene”.*⁷⁹

A perspectiva de “higienizar” os vendedores, se complementaria com a construção de um espaço asséptico, para que os gêneros alimentícios fossem comercializados. Dessa forma, o espaço do novo mercado constituía-se, não apenas como um local para a comercialização de alimentos, mas, fundamentalmente, como representação do espaço da assepsia.

Essa possibilidade evidencia-se ao observarmos a riqueza de detalhes com que Hugo Carneiro descreve o novo mercado, dando ênfase, em particular, aos azulejos colocados nos açougues, à água encanada e tratada que jorrava das torneiras e o sistema de esgotos para onde eram destinados os excrementos e as águas servidas. Tão minuciosa descrição, parece concorrer com a perspectiva de demonstrar como em seu governo, as novas construções estavam adequadas aos preceitos arquitetônicos e higiênicos estabelecidos pela modernidade.

A construção do novo quartel da força policial ocorreu de forma simultânea com o início da construção do novo mercado. O governador escolheu simbolicamente o “Dia do Soldado”, para o início de outra “importante obra” de seu governo.

Com o objetivo de dar ênfase ao novo prédio público em construção, descreveu detalhadamente as condições em que se encontrava o antigo Quartel:

“De construção muito antiga, com paredes ora de taipa, ora de bloco de cimento, ora de taboas, vae cahindo aos

⁷⁹ Código de Posturas Municipaes, art. 99.

*pedaços e já expõe á vista seus alicerces originaes, tendo apenas uma única dependência em bom estado, a cozinha que foi construída a poucos annos com tijolos e cobertura de cimento (...) a ala direita do edifício, está em condições taes que so um milagre de equilíbrio o mantem de pé”.*⁸⁰

É importante ressaltar o papel que a força policial desenvolveu no governo de Hugo Carneiro. As ações intervencionistas do poder público no espaço da cidade e no cotidiano dos moradores eram realizadas com o apoio policial, caracterizando assim sua política repressiva. Um exemplo disso pode ser detectado no momento em que o governador e a Diretoria de Higiene decidiram pelo isolamento dos hansenianos em suas residências.

A presença da polícia, como uma forma de garantia para as ações desenvolvidas pelo poder público, demonstrava que a utopia modernista de, aspecto que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação. Assim, podemos pensar a força policial como parte constituinte da estrutura de poder institucional. Dessa forma, seria paradoxal que uma instituição que se constituía no principal símbolo do poder de repressão do novo governo estivesse alojada em um espaço, definido pelo próprio governador, como sendo *“um velho pardieiro sem esthetica, que não mais abriga o pessoal e o material das chuvas e dos ventos e ameaça desabar a cada momento”*.⁸¹

A construção de um novo prédio para servir como sede da força policial, deveria constituir-se em uma ação capaz de causar impacto na população. Parece-me que a perspectiva era estabelecer uma relação entre os moradores de Rio Branco e a instituição policial, marcada pelo respeito e o temor. Um detalhe importante: o novo prédio da força policial foi orçado em mil contos e ocupava uma área de 600 metros quadrados, medindo quarenta metros de frente e quinze metros de fundo. O edifício era sustentado sobre alicerces de concreto, areia, cimento e tijolo. Todo o prédio recebia luz e ar por quarenta e cinco janelas e todos os quartos eram servidos de latrinas e água encanada, ou seja, fora construído um espaço “moderno” para abrigar a instituição que auxiliaria o novo governador na construção da “cidade do futuro”.

⁸⁰ Governo do Território do Acre, p. 71.

⁸¹ Idem, p. 71.

Em 15 de junho de 1929, no segundo aniversário da posse de Hugo Carneiro, foi lançada a pedra fundamental do Palácio Rio Branco, espaço que serviria como sede da administração geral do Acre. No discurso que pronunciou durante a solenidade, o governador fez questão de ressaltar o nascimento de um “novo Acre”:

*“Decorridos dois annos de governo, já posso revidar orgulhoso, cheio desse humano sentimento de vaidade, que não é inferior quando é legítimo, que a minha ideologia, os meus devaneios, ahí estão corporificados aos olhos dos mais exigentes, e que meus sonhos se vão transformando em realizações palpáveis”.*⁸²

Nas falas de Hugo Carneiro, é possível percebermos que o discurso da modernidade começava a objetivar-se e que representações desse discurso foram se constituindo, provocando algumas transformações no cenário da cidade de Rio Branco.

Buscava-se adequar a cidade ao padrão estabelecido pela elite local, o que terminava por impor, a setores da população que representavam ameaça a “ordem” e ao “progresso”, uma forte política de exclusão. Com os prédios públicos construídos em madeira sendo demolidos e construções em alvenaria surgindo no lugar, pelo menos a região central da cidade de Rio Branco, adquire nova conformação:

“Estendei a vista em torno e vereis á entrada de nossa capital o elegante mercado publico, solida construção em alvenaria (...) alli, na planície soberana dominando toda Rio Branco, como que a velar pela sua guarda, lobrigaeis o majestoso quartel da força policial, obra que não teme o confronto com as casernas das principais capitães dos diferentes Estados da Federação, em solidez e architettura (...) acolá, vereis alter-se o pavilhão dos tuberculosos (...)

⁸² Relatório de governo, p. 74.

*alem do perímetro urbano, na purificação da floresta verdejante, está o leprosário”.*⁸³

A complementação desse novo cenário urbano ocorreria com a construção do novo Palácio do Governo, que substituiria: *“O pardieiro em ruínas remendado a sopapos, sem a nobreza architectonica que o decoro da administração exige”.*⁸⁴

O novo Palácio foi construído sobre uma elevação que domina a praça principal da cidade de Rio Branco. O prédio que *“fora inspirado na architectura grega, buscando principalmente seguir o estylo grave e majestoso da ordem jônica”*,⁸⁵ destacava-se das demais construções em madeira existentes na região central da cidade e exalava poder de suas altas colunas e da sua arrogante arquitetura.

A nova sede de governo constituiu-se em uma importante representação do poder autoritário que caracterizou a administração de Hugo Carneiro. Desde sua posse, o governador buscou alternativas junto ao Governo Federal para possibilitar uma maior concentração de poder no Território que iria administrar. Sua primeira investida foi contra o Judiciário, alegando para isso a existência de uma provável desarmonia entre esses dois poderes. A relação conflituosa foi narrada em seus relatórios de governo datados de 1928/1929:

*“Nomeados pelo governo federal, como sempre foram, todos os membros da Justiça do Território, e regidas suas funções e estabilidade exclusivamente por leis e regulamentos da união, sem nenhuma interferencia da administração local nesse ramo do serviço público, ainda mesmo no que concerne a suas despesas e contabilidade, é bem de ver que desse departamento dos públicos poderes com o administrativo local sempre houve a mais completa independência”.*⁸⁶

⁸³ Idem, p. 74.

⁸⁴ Idem, p. 74.

⁸⁵ Idem, p. 76.

⁸⁶ Idem, p. 18.

As queixas de Hugo Carneiro para com a independência e autonomia que os membros do judiciário desfrutavam no Território, intensificavam-se a partir do pressuposto de que da mesma autonomia e independência não desfrutava o chefe do Executivo, sempre sujeito a fiscalizações, processos e julgamentos, seja por crimes administrativos ou crimes comuns. Hugo Carneiro tentou demonstrar em seu relatório de governo, a necessidade de restringir o poder do Judiciário e constituir o que classificou como *“independência e harmonia entre a administração e a justiça do Território”*. De acordo com o governador:

*“(...) essa independência não era recíproca. Si bem que de livre nomeação também do governo federal, os chefes da administração do Território eram, todavia, sujeitos a processos e julgamentos, não so nos crimes communs, mas também nos funcioaes conexos (...) O desequilíbrio do poder era manifesto e vinha entibiando a acção administrativa, pela posição de evidente inferioridade e sujeição em que deixava os antigos prefeitos e ainda o governador do território, perante os membros da justiça local”.*⁸⁷

A restrição do poder dos membros do judiciário constituiu-se em uma importante vitória para Hugo Carneiro. O Decreto presidencial de cinco de dezembro de 1927 declarou ser de competência do juiz federal da seção do Amazonas o processo e julgamento do governador do Território do Acre. Essa medida proporcionou ao governador uma independência com relação aos magistrados que atuavam no Acre que, efetivamente, terminavam por tornarem-se submissos ao poder do chefe do Executivo.

Vitorioso no confronto com o Judiciário, Hugo Carneiro passou a ter como segunda meta, o controle das verbas enviadas ao Território pelo Governo Federal. Até o final do exercício de 1927, As receitas enviadas ao Acre eram controladas e distribuídas pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Amazonas e sua aplicação controlada pelo Tribunal de Contas de Manaus. A

⁸⁷ Idem, p. 18.

perspectiva do governador, era de conseguir que os repasses fossem feitos diretamente para as contas do governo do Território, evitando assim o que o classificava como *“uma tutela enervante e incontestavelmente prejudicial aos interesses do Acre”*.⁸⁸ Esta, na concepção do governador, seria a melhor alternativa para que acabasse com os constantes atrasos de pagamento do funcionalismo público e dos fornecedores e colocasse fim as *“gordas comissões de cobrança e a pratica de gorjetas a empregados da repartição pagadora”*.⁸⁹

Para viabilizar o intento de ter o controle sobre as verbas destinadas ao Território, sem ter que se submeter à tutela do Estado do Amazonas, colocava-se como extremamente necessário à criação de uma instituição financeira para onde os recursos deveriam ser remetidos, problema resolvido com a criação de uma agência do Banco do Brasil em 24 de janeiro de 1928: *“Para facilitar a remessa, duas outras providências se faziam mister: a criação e instalação imediata de uma agência do Banco do Brasil na capital do Território e a montagem de uma estação radio-telegraphica de potencia superior”*.⁹⁰

Os reclames de Hugo Carneiro foram ouvidos pelo Governo Federal que, através do ministro do Tribunal de Contas, Tavares de Lira estabeleceu uma emenda ao projeto de orçamento para o exercício de 1928, onde os recursos destinados ao Acre passavam a ser enviados diretamente para o governo do Território. Para viabilizar a medida foi criado, além da a agência do Banco do Brasil, um novo sistema de “radio-telegraphia”.

Em tom de agradecimento pelas medidas adotadas, Hugo Carneiro enviou correspondência ao presidente da República no dia 2 de setembro de 1927:

“Creia, Exmo. Sr. Presidente, que com esta providencia V. EX. terá dado um passo decisivo para decifrar o enigma burocrático da administração do Acre, libertando, por outro lado, o seu governo dos estorvos da humilhante espécie da tutela de funcionários subalternos da Delegacia do

⁸⁸ Idem, p. 20.

⁸⁹ Idem, p. 21.

⁹⁰ Idem, p. 22.

Tribunal de Contas do Amazonas e da Delegacia Fiscal de Manaus”.⁹¹

Livre da fiscalização do Tribunal de Contas de Manaus, estabelecendo uma política de controle sobre o Judiciário acreano e controlando os recursos enviados ao Território, Hugo Carneiro passa a atuar com poderes quase que ilimitados no Território.

A perspectiva de um Executivo centralizador parece-me representar-se na construção de uma nova sede para o exercício do poder. O palácio Rio Branco deveria não apenas substituir a antiga sede do Executivo, mas constituir-se em importante símbolo de poder do novo governo. Nas suas paredes e colunas, a população deveria enxergar o Acre do “futuro” e perceber o quanto deveria render-se ao as ações de seu principal ocupante. Vale ressaltar, que o antigo prédio de madeira que era chamado de sede do Executivo, fora transformado em Palácio Rio Branco. Dado os devidos descontos, penso que Hugo Carneiro tinha mesmo muito de um “imperador de barranco”.

⁹¹ Idem, p. 27.

Capítulo II - Assepsia da cidade de Rio Branco: O discurso higienista e a eugenia da raça

2.1 - Higiene e Progresso

Para Hugo Carneiro o “problema da higiene” trazia para o Acre uma imensurável quantidade de prejuízos pois provocava a carência de braços sadios para o trabalho e impedia o “desenvolvimento” e o “progresso” da região. Como agravante, devemos considerar que durante o período em que governou o Acre a economia do Território encontrava-se em crise. Atônitos, seringalistas e comerciantes assistiam a queda vertiginosa do preço da borracha em decorrência da perda de mercado para os asiáticos que, em seringais de cultivo, obtinham índices de produtividade bem superiores aos conseguidos nos seringais nativos da Amazônia.

Na concepção dos administradores do Acre no período, uma importante alternativa para tirar o território da crise, passava pela realização, por parte do poder público, de políticas capazes de propiciar uma sanitização do espaço e mudar os hábitos da população. Essas medidas dariam como retorno à formação de braços “saudáveis” e “Laboriosos”, dispostos as “fainas” do trabalho, como costumava a dizer Hugo Carneiro:

*“O problema principal no Acre é, sem dúvida o higienico.
Além do espírito de humanidade, que impelle todo homem
a socorrer e salvar o seu semelhante, a carência do braço*

*sadio, para as fainas do trabalho productivo, nessa immensa região despovoada e fecunda, que está a desafiar as actividades, é aqui uma triste realidade a impedir o maravilhoso surto progressivo da natureza dadivosa, que, accionada pelo esforço humano, rebenta generosa numa soberba eclosão de frutos optimos”.*⁹²

É possível percebermos a relação feita pelo governador entre a “sanitarização” do Território e a conquista do “progresso”, o que, então, justificaria as ações intervencionistas, tanto no meio, como nas práticas da população. Esta concepção apontava como urgente e necessário a efetivação de medidas capazes de “sanear” o meio, isolar os “indesejáveis” do convívio público e distribuí-los em novos territórios onde não ofendessem os “sentidos reeducados”⁹³ da população ou representassem ameaça de *contágio*. Os mais atingidos com as ações intervencionistas do governo foram os pobres, vistos pelas elites como os principais agentes propagadores de doenças e hábitos contestáveis.

De acordo com Sidney Chalhoub a “*metáfora da doença contagiosa*” havia se constituído, desde o final do século XIX, no principal referencial que transformava os pobres em representação do perigo. Essa perspectiva dava aos médicos, a certeza de que era necessário o desenvolvimento de diagnósticos que propiciassem receitas capazes de curar as cidades de todos os seus males. Os resultados pareciam sempre apontar para os pobres como sujeitos nocivos à sociedade e suas habitações como focos de irradiação de epidemias.

⁹² Governo do Território do Acre, p. 52.

⁹³ Sobre o tema, ver Alan Corbin, Sabores e odores. São Paulo. Cia das Letras.

Os veredictos dos médicos eram sempre taxativos com relação à necessidade de se desenvolver uma política de exclusão, onde os menos aptos ao mundo da modernidade deveriam ser isolados, enclausurados e/ou separados das áreas onde habitavam ou conviviam os mais ricos.

Essa perspectiva aproxima-se do debate desenvolvido por Michel Foucault acerca do “racismo de Estado”, fenômeno característico do século XIX, que marca a assunção da vida pelo poder. Segundo Foucault, nesse momento ocorre *“uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico”*.⁹⁴

Diferentemente das técnicas de poder dos séculos XVII e XVIII, centradas basicamente no corpo individual, essa nova técnica não se dirige ao homem-corpo, mas ao homem ser vivo. Tenta se legitimar o isolamento do convívio social de seres infectados por moléstias, ou que representassem ameaça de contágio, como uma maneira de propiciar o “bem estar” da população. Foucault dialogou com essa nova tecnologia de poder:

“A nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês

⁹⁴ Foucault, Michel (1997, p. 286).

quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie".⁹⁵

Foucault vai denominar de *"biopolítica da espécie humana"* essa nova tecnologia de poder que constitui os processos de natalidade, mortalidade e longevidade, além de problemas econômicos e políticos, em seus primeiros objetos de saber. Para facilitar o controle sobre a população, inicia-se a construção e utilização de dados estatísticos, na perspectiva de que se tenha um controle global sobre os sujeitos como espécie, fato que proporcionaria atacar os problemas da morbidade, agora não mais vinculados apenas aos momentâneos surtos de epidemias, mas as endemias, doenças mais ou menos difíceis de extirpar, que são causadoras mais freqüentes de morte. A presença constante de surtos endêmicos, provocava a constante *"subtração de forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar"*.⁹⁶

É a partir dessa concepção, que se gera um importante campo de atuação do biopoder, o do isolamento dos indivíduos, seja pelo fato de tornarem-se improdutivos para o trabalho devido à idade, enfermidades ou outras *"anomalias"*.

Este debate acerca do biopoder remete-nos a inserção do racismo nos mecanismos de estado. O termo racismo em questão não se constitui em um debate meramente ideológico, não são meras mentiras do poder ou de grupos sociais para criar um estereótipo para o outro, legitimando assim conflitos raciais. O racismo apareceria como uma tecnologia do poder que permite ao estado

⁹⁵ Idem, p. 288.

⁹⁶ Idem, p. 290.

moderno a “purificação da raça”. Este racismo desenvolvido pelo estado constitui-se em um mecanismo que permite ao biopoder exercer-se.

Mas se por um lado, o racismo de estado permite a separação da raça, a subdivisão entre grupos “bons” e “ruins”, por outro, estabelece uma relação guerreira, onde a perspectiva de que eu viva, está vinculada a possibilidade de que eu possa matar, o que gera um enfrentamento caracterizado, não por uma ação militar guerreira, mas biológica. De acordo com Foucault:

“(…) quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mas poderei proliferar”.⁹⁷

Esse discurso cumpre, principalmente para as elites, a função de legitimar a morte da “raça ruim”, tendo que ser levado em consideração, no entanto, que o termo morte em questão, não se refere apenas à eliminação direta dos indivíduos, mas a exposição à morte, a exclusão política, a expulsão, a rejeição.

No Acre, práticas que podem ser caracterizadas como racismo de estado podem ser vistas em ações desenvolvidas conjuntamente pelo poder público e as elites locais. Um Exemplo foi o isolamento dos hansenianos, ocorrido logo após a chegada de Hugo Carneiro ao Território.

A retirada dos infectados das ruas e do convívio com a população “sadia”, se constituiu na primeira medida do novo governador em uma ação que

⁹⁷ Idem, p. 305.

envolveu a Força Policial e a Diretoria de Higiene. Em uma ação rápida, mas de eficácia questionável, Todos os doentes foram devidamente notificados e posteriormente isolados em suas residências, em uma espécie de prisão domiciliar.

O primeiro contato de Hugo Carneiro com alguns dos hansenianos residentes em Rio Branco deu-se logo após seu desembarque no Território, no dia 15 de junho de 1927. Em um breve passeio pela região central da cidade, o novo governante pode ver que os doentes circulavam livremente, mantendo contato direto com pessoas não infectadas. A cena que lhe causou estranheza foi descrita em relatório enviado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto de Vianna de Castello: “(...) espantou-me o fato de leprosos circularem livremente pelas ruas da cidade, na mais perigosa promiscuidade”.⁹⁸

A promiscuidade a que se referia, pode estar relacionada com a perspectiva de que a presença de corpos infectada circulando livremente pelas ruas da cidade colocava a “população saudável” sob risco de “contágio”. Com o argumento de que deveria evitar a propagação da doença, o governador propôs medidas duras e emergenciais por parte do poder público e da sociedade, a quem conclamou para a realização de uma “*santa cruzada do bem*”.

Dois dias após assumir oficialmente o governo do Território, promoveu uma reunião na residência oficial para expor os “perigos que rondavam” a população acreana. Dentre os seus convidados, “personalidades” como o coronel João Cancio Fernandes, o Dr. Francisco de Oliveira Conde, o agrimensor Achyles Peret, o coronel João Coelho de Miranda, o major Djalma Dias Ribeiro, o Dr. Alberto Leão Martin, o Dr. Francisco de Melo, o professor Pedro de Matos e o

⁹⁸ Governo do Território do Acre, p. 53.

Dr. Amaro Teodoro. Os citados foram caracterizados por Hugo Carneiro como sendo os *elementos mais representativos da cidade de Rio Branco*.

Representativos ou não, todos faziam parte da elite financeira e política que detinha o controle do Território tendo se tornado, posteriormente, em importantes aliados políticos do governador, inclusive com participação efetiva na criação da Liga de Defesa sanitária, instituída em março de 1928.

O tema que predominou durante o encontro foi, basicamente, às condições de abandono em que se encontravam os serviços de higiene e a necessidade de que imediatas medidas fossem tomadas no sentido de isolar os hansenianos, o que marcaria o início de uma ação conjunta entre o poder público e a iniciativa particular na busca da “eugenia da raça”. A “proeza” de reunir a elite acreana em torno das propostas políticas e administrativas do novo governo foi narrado às autoridades federais como um importante trunfo da recém iniciada administração:

“Em reunião realizada em minha propria residencia, no dia seguinte ao da minha chegada ao Territorio, convoquei os elementos mais representativos da cidade de Rio Branco e os exhortei a secundar a acção do governo nessa meritória campanha, a qual deveria ser iniciada imediatamente pelo isolamento dos leprosos” .⁹⁹

A medida de isolamento dos hansenianos caracteriza-se como importante símbolo do novo governo e de seu projeto modernista e parece dar asas a imaginação do de Hugo Carneiro. Na sua utopia, o governador acreditava deixar para trás o Acre das “immudicies”. De agora em diante, nada mais de

⁹⁹ Idem, p.52.

doentes circulando pelas ruas, casas de madeira, coberturas de palha e, principalmente, descaso com a saúde pública.

A prioridade do novo governo, pelo menos no campo das intenções, era de intensificar os investimentos na área de saúde pública e os serviços de higiene, setores que consideraria como sua principal obrigação administrativa:

*“Desagradavelmente impressionado com o quase absoluto abandono em que encontrei os serviços de higiene, a principiar por esse injusto esquecimento do Departamento Nacional de Saude Publica, seguido da condenavel indiferença dos poderes locais, dispuz-me, em poucos dias depois de minha investidura no governo, a atacar resolutamente essa principal obrigação administrativa”.*¹⁰⁰

Feito o diagnóstico da crise em que se encontravam os serviços de saúde pública no Acre, surge a perspectiva de que uma ação que simbolizasse os novos preceitos de higienização a serem adotados no Território fosse realizada. A população deveria enxergar a materialização do discurso higienista de Hugo Carneiro, através de medidas que demonstrassem o início da assepsia do espaço urbano de Rio Branco. Nesse sentido, o início da “faxina” deveria causar impacto na população. O símbolo de “sujeira” que primeiro deveria ser colocado fora da cidade, seria os hansenianos.

A relação feita entre a presença dos hansenianos perambulando pelas ruas de Rio Branco e a existência de um espaço “infectado” e “sujo”,

¹⁰⁰ Idem, p. 53

aparece nas falas do Dr. Amaro Damasceno Junior, Diretor de Higiene e Saúde Pública:

“(...) Certos coagidos a deixarem os seringaes, onde no tempo de sua saude desenvolviam suas actividades, os leprosos aglomeraram-se pelas cidades e povoações territoriaes, dando, ao forasteiro, que aqui aportava, uma péssima impressão, pelo elevado número de hansenianos em proporção com o resto da população desses núcleos”.¹⁰¹

A presença de hansenianos causando “má impressão”, constituia-se para as elites, em importante representação do “atraso” da região. O fato de doentes circularem pelas ruas livremente parecia soar como um brado que, insistentemente, demonstrava para todo o resto do país, o quanto estávamos longe do “sonho da civilização”, que o que nos separava do “culto” mundo europeu não era apenas a distância geográfica, mas, fundamentalmente, nossa “ignorância”.

A primeira medida que colocaria o Acre nos trilhos do “progresso” foi a de isolar, em uma ação conjunta da Diretoria de Higiene e a Força Policial, todos os hansenianos notificados em suas residências. A medida demonstra a forma rude como a modernidade chegou ao no Acre. Um a um, os doentes eram detidos pela força policial e trancafiados em suas casas, de onde não tinham permissão para se afastar. O fato foi narrado por Hugo Carneiro às autoridades federais:

¹⁰¹ Idem, p. 216.

*“Repercutiu fundamentalmente no espírito público o brado de alarma então proferido e, acto continuo, por intermédio da Diretoria de Higiene, auxiliada pela acção da policia, mandei isolar provisoriamente, em suas próprias casas, todos os hansenianos oficialmente notificados”.*¹⁰²

O isolamento domiciliar, porém, não deveria findar as ações visando evitar a propagação da doença, o próximo passo, deveria se dar com a construção de um isolamento distante da área urbana de Rio Branco.

Dados estatísticos da Diretoria de Higiene divulgados em 1928 demonstravam que os maiores focos de hanseníase ocorriam nos seringais. De acordo com Amaro Damasceno, ao apresentarem os primeiros sintomas da doença, os infectados tornavam-se espécies de parias sociais, sendo expulsos dos seringais para não contaminarem os demais braços responsáveis pela produção. Expulsos, dirigiam-se então para os núcleos urbanos onde se concentravam, principalmente, em áreas distantes da região central da cidade, no geral, em locais de forte incidência de miséria.

Em relatório sobre o problema da hanseníase, apresentado em 1º de abril de 1928, os médicos Alberto Martins, Diretor de Higiene e Hélio Abreu, Delegado de Higiene de Rio Branco, apresentaram dados estatísticos sobre o número de pessoas contaminadas, fizeram prognósticos sobre a evolução da doença e propuseram medidas para evitar o crescimento do número de casos. Para que a população tivesse conhecimento do que estava acontecendo, o relatório foi tornado Público pelo Jornal Folha do Acre do dia 17 de maio de 1928.

¹⁰² Idem, p. 53.

Os dados apresentados não eram nada animadores e serviram para aumentar o medo do contágio que já existia na população.

Os números não eram exatos, mas, aproximavam-se, de acordo com os autores do relatório, da “realidade” que vivia o Acre com relação à expansão da doença. A perspectiva, era de que existiam cerca de 250 pessoas contaminadas em todo o Território, com maior incidência na região do Alto Purus, onde foram diagnosticados 54 casos. Sobre os prognósticos da evolução da doença, estes eram apresentados através de cálculos matemáticos, fundamentados em conceitos de “especialistas”. De acordo com os higienistas cada hanseniano, no decorrer da sua vida, infectaria seis pessoas sadias. Como no Acre havia aproximadamente 250 casos, esse número deveria ser multiplicado por seis, o que daria uma média de 1.500 casos. Em tom repleto de dramaticidade, os médicos fecham o relatório deixando claro o temor de ambos com a possibilidade do prognóstico vir a concretizar-se:

*“Pelo número citado e segundo a provavel media de contaminação por cada leproso de seis sadios (...) em pouco tempo, tendo em vista a nossa reduzida população, teremos dentro de curto prazo uma população enorme de lazarentos, se podendo desde já avaliar o espantoso desenvolvimento da terrível molestia que faz crer tragará os habitantes da região como sorvedeiro”.*¹⁰³

¹⁰³ Folha do Acre, ano XVI, p.02, 17 de maio de 1928.

A alternativa apresentada pelos médicos para combater tão “sombrio” quadro passava pelo desenvolvimento de medidas de profilaxia da doença. Alberto Martin e Hélio Abreu discorreram o caminho do combate a lepra, estabelecendo todo um ritual a ser seguido para evitar, ou, pelo menos, minimizar o surgimento de novos casos da doença:

“O censo de enfermos é o primeiro passo para a prophylaxia da lepra; o Território do Acre deverá possuir dois isolamentos para leprosos: um no rio Acre, servido para receber doentes deste e do rio Purus e outro em Tarauaca ou no Jurua, para os doentes dessa região; os leprosos devem ser rigorosamente segregados, senão todos, afastados ao menos da promiscuidade com os indivíduos sãos, o maior numero possível.”¹⁰⁴

Na ausência de medidas que propiciassem a cura dos infectados, os médicos viam como única alternativa para conter o contágio, o isolamento dos doentes. Essa “certeza” parece-me ter sido fundamental para a decisão de isolar os hansenianos em suas residências e pela legitimidade que o governador tenta dar a medida. Isolar os corpos doentes constituía-se em uma maneira de evitar prejuízos para a população, portanto, tal medida deveria parecer não apenas justa, mais necessária.

O isolamento dos hansenianos em suas residências teve muito mais efeito simbólico do que prático. Pelo menos fica essa impressão nas falas do

¹⁰⁴ Idem, p. 02.

médico Alberto Martin que deixa claro ser a medida apenas um paliativo: *“Entre nos, o isolamento não pode, ou só muito difficilmente, ser feito em domicilio, levando em consideração que todas, ou quasi todas as casas são de madeira e construidas umas pegadas as outras”*.¹⁰⁵

O problema só seria resolvido com a construção de isolamentos distantes do espaço da cidade, medida para qual o poder público não dispunha de recursos, já que contava com um orçamento anual de oitenta contos de reis para investir na saúde em todo o território.

A alternativa foi buscar boa parte dos recursos necessários junto à iniciativa particular, em recorrer ao exercício da filantropia e foi o que Hugo Carneiro fez:

*“Supprindo a deficiencia dos recursos officiaes, invoquei o concurso particular, que, generoso como sempre, acudiu ao apello que lhe era feito em benefício da coletividade. Com esse preciso auxilio fundei a Liga de Defesa Sanitária do Acre, e, com a ajuda efficiente desta altruistica insituição, pude levar a termo a construcção dos pavilhões que constituem o leprosário de Rio Branco (...) a instalação da maternidade Pro-matre acreana e o pavilhão para o isolamento dos tuberculosos, a mais ampla das construcoes hospitalares do Acre em todos os tempos.”*¹⁰⁶

As contribuições não tardaram a chegar. As ações da Liga de Defesa Sanitária, com suas festas filantrópicas e arrecadação de consideráveis

¹⁰⁵ Idem, p. 02.

¹⁰⁶ Idem, p. 56.

donativos, inseriram a elite acreana nas ações do poder público que objetivavam a eugenia da raça.

As primeiras somas arrecadadas tinham destino certo: auxiliar na construção do isolamento dos leprosos, que foi inaugurado em março de 1928 e permitiu a complementação da medida inicial e sem muito efeito prático na profilaxia da doença, que foi o isolamento dos hansenianos em suas residências.

O jornal Folha do Acre registrou a ação da Liga com matéria veiculada no dia 30 de maio de 1928 com o seguinte título: “*O isolamento dos leprosos: A liga de Defesa Sanitária do Acre está agindo*”. O próprio Hugo Carneiro, ao registrar a medida em seu relatório de governo de 1928, destacou a contribuição da iniciativa particular como essencial para viabilizar a construção do leprosário:

*“Isolados e assistidos em suas residencias, conjurado assim o perigo maior do contagio, facil me foi, meses depois, internal-os no leprozario, que, conjugando os recursos ao meu alcance, com o auxilio prompto e espontaneo da iniciativa particular, fiz construir a distancia e em logar conveniente”.*¹⁰⁷

O leprosário construído por Hugo Carneiro localizava-se no seringal Belo Jardim de propriedade de Irineu Amâncio, que cedeu o terreno gratuitamente. Os pavilhões de isolamento foram construídos à margem esquerda do igarapé Aliança, em local distante da cidade de Rio Branco e de difícil acesso. O percurso até o local dava-se através de um varadouro e podia ser feito em três horas e meia se em uma montaria, ou em cinco horas se a pé, isso no período do

¹⁰⁷ Idem, p.56.

verão. No inverno, quando as chuvas tornavam o acesso ainda mais difícil, o percurso poderia ser concluído em cinco horas se em um animal ou cerca de seis horas e meia se a pé.

A construção de um espaço distante da cidade para isolar os hansenianos, foi saudada entusiasticamente pelos médicos e assessores de Hugo Carneiro, que classificaram a medida como “inovadora”, “audaciosa” e “necessária”. O diretor de Higiene, Amaro Damasceno Junior, por exemplo, não economizou nos elogios ao governador:

“Até o anno passado ninguem cogitara ainda de medida alguma referente ao sério problema que tal estado de cousas apresentava, quer dissesse respeito directamente á moléstia, quer em relação a seus anathemizados (...) felizmente para o Acre, Sr. Governador, V.ex. nesse anno, não obstante a inexistência de qualquer verba para esse fim, resolveu agir, procurando applicar as providencias aconselhadas no caso, e que, felizmente, até hoje se limitam ao internamento dos doentes e do seu tratamento mais ou menos paliativo, uma vez que, embora embora anciosamente procurado pelos especialistas, ainda não foi descoberto o especifico positivamente debellador do terrivel mal.”¹⁰⁸

É importante ressaltar que os hansenianos não foram os únicos a sofrerem com a política intervencionista do poder público. Medida semelhante foi realizada com os tuberculosos, para quem Hugo Carneiro mandou construir um pavilhão de isolamento. Mas não eram apenas os infectados por algum tipo de doença que representavam a ameaça do contágio. Um rigoroso sistema de

¹⁰⁸ Idem, p. 216.

fiscalização passou a ser desenvolvido nos meretrícios, com a finalidade de controlar a vida e os corpos das mulheres que lá residiam ou trabalhavam e foram ainda estabelecidas normas de comportamento da população no Código de Posturas da cidade, reformulado em 1928.

O isolamento e/ou exclusão do convívio social de todos que representavam a ameaça de irradiação de epidemias e propagação de vícios, pode ser caracterizado como o início de uma guerra biológica que começava a ser travada, o que proporcionaria a constituição de uma população, segundo o governador, “saudável e laboriosa”.

Podemos perceber nessas medidas, uma perspectiva evolucionista, uma seleção natural das espécies, onde os menos aptos ao mundo da modernidade deveriam ser eliminados.

Para viabilizar essa ação o Estado age na forma do Estado assassino, o que só pode ocorrer *“desde que o estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”*.¹⁰⁹, passando a utilizar a estratégia de eliminação das raças “inferiores” para exercer seu poder soberano. O pressuposto básico para o exercício dessa nova tecnologia de poder teve como principal referencial, o discurso higienista.

O estabelecimento dos pressupostos de higiene como a única maneira de conduzir à “civilização” implica, segundo Chalhoub: *“Na despolitização da realidade histórica, na legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano”*.¹¹⁰

Esses pressupostos estabeleceriam uma submissão da política pela técnica, criando a utopia de que *“tornava-se possível imaginar que haveria uma*

¹⁰⁹ Idem, p. 306.

¹¹⁰ Chalhoub (1996, p. 35).

*forma científica - isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais existentes nela”.*¹¹¹

2.2 – Exclusão, bolos, doces e cigarros

O isolamento dos doentes, no entanto, não poderia caracterizar-se como uma omissão da sociedade e do poder público para com os infectados, para com *as pobres criaturas*, para usar uma frase do governador. O temor pelo contágio que os doentes provocavam, deveria ser acompanhado por atos de filantropia e caridade.

Os infectados não deveriam se abandonados a própria sorte, prática desenvolvida no ocidente, principalmente na idade média. O isolamento não deveria ter o caráter de punição, mas, sim, caráter de internação. Mesmo que o “mal” não fosse possível de ser curado, o espírito humanitário deveria aparecer de forma latente, seja na perspectiva do governo criar hospitais específicos para o isolamento dos doentes, seja com as contribuições que a parcela da sociedade mais provida de recursos deveria oferecer. O sentimento de medo, nojo e pesar para com os doentes deveriam caminhar juntamente com ações filantrópicas, que demonstrassem o “espírito humanitário” das elites locais.

No dia 14 de junho de 1928 acompanhado do Diretor de Higiene Damasceno júnior, do Diretor de Obras Públicas Achilles Peret e do médico do aprendizado agrícola, o governador partiu às seis horas da manhã em direção ao leprosário. A chegada dos membros da comitiva aconteceu por volta das doze

¹¹¹ Idem, p. 35.

horas, quando foram recebidos pelos doentes, devidamente preparados para a recepção pelo enfermeiro Antonio Alves Araújo, que havia chegado com algumas horas de antecedência ao local. Para receber os visitantes, os doentes tomaram banho, trocaram de roupas e os ambientes e cômodos do isolamento foram limpos, afinal, era preciso causar boa impressão aos membros da comitiva.

A visita teve cobertura da imprensa. O enviado do jornal Folha do Acre narrou detalhes do local onde havia sido construído o isolamento, destacando sua impressão sobre a “beleza do ambiente” e a “salutar distância” que mantinha dos núcleos urbanos:

*“A impressão da chegada e a melhor possível pelo magnífico local escolhido para o retiro dos leprosos. Alto, a margem de um excelente igarapé de água abundante e cristalina, com campo apropriado a agricultura e completamente distante de outras povoações, o primeiro estabelecimento fundado pela Liga de Defesa Sanitária do Acre satisfaz plenamente os quesitos exigidos pela leprogia e pela prophylaxia”.*¹¹²

Após a boa impressão da chegada a comitiva governamental manteve contato com os doentes. Enquanto o governador vistoriava as instalações e admirava-se com o fato de na cozinha já existirem utensílios e louças e dos cômodos estarem limpos o Dr. Damasceno Junior, auxiliado pelo enfermeiro Araújo fazia, pessoalmente, aplicações de injeções e orientava os doentes para o preenchimento do cadastro oficial.

¹¹² Folha do Acre, p. nº 641, p. 01, 19 de julho de 1928.

Terminada a vistoria, Hugo Carneiro demonstrou surpresa com as condições do leprosário, opinião idêntica a do diretor de Higiene Damasceno Junior, que não escondia sua euforia com as condições do local visitado. De acordo com o jornalista da Folha do Acre que acompanhava a comitiva: *“A impressão do Sr. Dr. Damasceno Junior foi boa, não ocultando o mesmo sua surpresa, pois não esperava encontrar nosso retiro de leprosos com a apparencia e o conforto para os isolados que encontrou”*.¹¹³

Passada a primeira impressão, o governador não perdeu a oportunidade de demonstrar aos *“infelizes hansenianos”*, o seu *“espírito caridoso”*. Após reunir todos os isolados na sala que servia de refeitório, entregou a cada um *“persidas lembranças que almas caridosas lhes haviam enviadas por seu intermedio”*.¹¹⁴ Em meio aos presentes: cobertores, lençóis, cigarros, bolos, etc.

Entregue as lembranças, foi à vez de proferir discursos aos doentes. Na sua fala, Hugo Carneiro falou de esperança e resignação, mas não esqueceu de ressaltar a necessidade dos doentes manterem, entre si, uma convivência pautada pela moral e o respeito. Nesse momento, o discurso do governador teve tom ameaçador:

“Dirigindo-lhes então palavras de esperança e resignação, ao mesmo tempo em que fez sentir o imperioso dever em que estavam de guardar uns para os outros, o mais rigoroso respeito, sob pena das autoridades se verem na contingencia dolorosa de se lhes applicar penalidades extremas, uma vez que não era possivel cogitar de prisão pela propria natureza da molestia que os atingia”.¹¹⁵

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

O periódico que divulgou o discurso de Hugo Carneiro não esclareceu em que se constituíam as *penalidades extremas* citadas na fala do governador mas o termo “*guardar uns para com os outros o mais rigoroso respeito*”, tem clara conotação moral. Quando da visita de Hugo Carneiro ao leprosário, haviam treze doentes internados, sendo que destes, nove eram homens, duas moças, uma senhora e um menor. Ao referir-se as moças e ao menor, Hugo Carneiro fez questão de destacar: “(...) *aquellas, como este, são meus afilhados, que alli os deixava entregues aos cuidados dos mais velhos, os quais teriam de responder pelos seus destinos*”.¹¹⁶

É possível perceber nas falas do governador, a intimidação para qualquer conduta “desabonadora”, principalmente por parte dos adultos, o que evitaria, fundamentalmente, o nascimento de crianças filhas de pais infectados, provocando ainda mais dispêndios para o poder público e o aumento do número de casos da doença.

Após as recomendações, comitiva partiu de volta a Rio Branco, na despedida, O enviado do Jornal Folha do Acre, destacou o que classificou como demonstrações de gratidão dos hansenianos que ficavam no isolamento:

“Effectivamente assim que o Sr. governador e seus distintos companheiros de excursão tomaram suas montarias, todos os leprosos, a convite do de nome Francisco de Souza, o desditoso ex-escrivão de casamentos e official do registro civil desta comarca, correram para a principal porta do leprosario e no momento da partida ergueram vivas ao governado, aos

¹¹⁶ Idem.

demais membros da comitiva e a Liga de Defesa sanitária do Acre, batendo expressivas palmas com os fragmentos de mãos que ainda restam a alguns”.¹¹⁷

Mas as medidas repressoras do poder público, a filantropia e a constante vigilância que a sociedade submetia os hansenianos, não eram suficientes para fazê-los aceitar passivamente a exclusão. O isolamento provocava saudades dos familiares e da casa, o que levava os doentes à constantemente tentarem a fuga. De acordo com Alberto Martin:

“Os doentes devem estar sob as vistas de um profissional que cuide de sua moléstia, como de outros intercurrentes, e que os aconselhe e encorage, amenizando desta forma o seu sofrimento moral. O doente isolado tem saudades agudas dos parentes e de sua casa sendo, em via de regra, a sua constante preocupação a fuga. Em via disto, se impõem perfeito policiamento e fiscalização de estabelecimento dessa ordem, tornando-se bem mais difícil daquelles construídos como simples abrigos e afastados da cidade”.¹¹⁸

O local de isolamento dos hansenianos deveria ser um local de visibilidade total, onde uma vigilância individual e coletiva fosse exercida evitando assim, não apenas fugas, mas práticas tidas como nocivas aos padrões morais da modernidade.

2.3 - Olhares que vigiam

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

O fato de Hugo Carneiro convocar uma parte, mesmo que restrita, da população de Rio Branco para secundar o poder público *na meritória campanha de sanitização do Território*, guardadas as devidas proporções, parece-me constituir-se em uma tentativa de estabelecer o início de uma vigilância “panoptica” que possibilitasse o estabelecimento de um poder disciplinar. Isso porque, as medidas de sanitização do Território, não poderiam parecer um ato de extrema violência tomado unilateralmente pelo poder público, mesmo que representasse a “salvação” contra a ameaça do contágio e da proliferação de doenças.

Michel Foucault, ao pensar técnicas diferentes do exercício do poder tendo como referência o *ancien regime* e o mundo industrial, percebe que, a partir do século XVIII, o objetivo não é mais centralizar o poder na pessoa do soberano, ao contrário o panoptismo é destinado a se difundir no corpo social:

“O panóptico, ao contrário tem um poder de ampliação; organiza-se o poder não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais forte as forças sociais - aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar”.¹¹⁹

Foucault tomou conhecimento do princípio do Panopticon de Jeremy Bentham estudando as origens da medicina clínica, sua intenção inicial era perceber como havia ocorrido a institucionalização do olhar médico e como a nova forma hospitalar era o efeito e o suporte desse novo tipo de olhar médico.

¹¹⁹ Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis. Vozes. 1987, p. 172.

Mas foi somente ao desenvolver estudos para entender os problemas da penalidade, que percebeu que eram poucos os textos que não se referiam ao que classificou como o "troço" de Bentham. O princípio do que Foucault chamou de "o troço" de Bentham, na verdade um projeto arquitetônico para o espaço onde deveria funcionar uma prisão, funcionava da seguinte forma:

“Na periferia, uma construção em anel; no centro uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo para o interior, correspondendo à janela da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um operário, um condenado ou um estudante. Devido ao efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra,; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que no fundo protegia”.¹²⁰

O princípio do projeto de Bentham passava então pela visibilidade total dos corpos, o que possibilitaria uma constante vigilância. Nas sociedades modernas, os olhares que vigiam não estão limitados ao vigia da torre, mas o poder circunscreve-se em toda a sociedade, que passa a ser a guardiã da nova moral e dos novos costumes. Dessa forma, recorrendo novamente a Foucault, o poder não seria uma força exercida isoladamente por alguém, mas *“uma máquina*

¹²⁰ Foucault (1978, p. 210).

*que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce”.*¹²¹

É com essa perspectiva que penso ser possível dialogar com as falas de Hugo Carneiro e de médicos da Diretoria de Higiene, que colocam a necessidade de sanear o espaço do território do Acre como uma obrigação não apenas do poder público, mas de toda a população, como o desenvolvimento de uma nova técnica de poder.

Os indivíduos deveriam sentir-se constantemente vigiados, o que se constituiria em preceito fundamental para evitar que “agissem mal”. O discurso higienista, construtor de novas práticas sociais, deveria ser naturalizado pela população, que veria, em seus fundamentos técnicos/científicos, a fórmula para a transformação do meio e dos indivíduos.

Como o que estava em jogo era a saúde e a sobrevivência da espécie humana, caberia a população a responsabilidade de se transformar em propagadora dos “novos” e “modernos” hábitos e de exercer constante vigilância sobre o próximo para impedir que a sobrevivência coletiva fosse colocada em risco. Isso, no entanto, não se constituiria na única técnica de poder. O estado teria papel fundamental, principalmente em estabelecer no, campo jurídico, normas e regras que deveriam servir como referenciais para o comportamento da população, devendo os infratores ser punidos e/ou excluídos.

Em Rio Branco, no final da década de 20, a normatização de novas práticas sociais, ocorre com a reformulação do Código de Posturas da cidade em 1928, durante a gestão do prefeito e médico Humberto Leão Martin, ex-diretor da

¹²¹ Foucault (1987, p. ?).

Diretoria de Higiene e aliado incondicional de Hugo Carneiro, que o havia nomeado para o cargo de chefe do Executivo da capital do Território.

O Código de Posturas regulamentava as medidas intervencionistas que seriam realizadas pelo poder público, provocando profundas transformações no cotidiano da população da capital e contribuindo para aumentar ainda mais uma espécie de histeria higienista.

O Novo Código de Posturas da cidade de Rio Branco estabelecia penalidades para cada infração cometida pela população. As penas variavam de multas de um conto de reis, prisão por um período de quinze dias, cassação de licenças, fechamentos de residências e estabelecimentos comerciais, interdições e demolições.

Com essa perspectiva, o poder público direcionou suas ações, visando à construção de um espaço salubre que viabilizasse a saúde da população e, mais que isso, propiciasse a realização de uma espécie de "*faxina biológica*".

Se a busca do saneamento do Território aparece com freqüência nos projetos e ações governamentais, este não será um debate que ficará restrito ao campo institucional. Reproduzido e naturalizado, o discurso higienista torna-se assunto de conversas informais, tema de debates nas escolas, referência para advogados em questões judiciais, etc. Os que transgrediam as novas regras, viam-se as voltas com as medidas punitivas da Diretoria de Higiene, o nojo, e o desprezo, principalmente das elites acreanas que, no intuito de demonstrarem os sentidos reeducados, não suportavam, pelo menos aparentemente, o convívio com pessoas "anti-higiênicas" e de "comportamento moral questionável".

A perspectiva de transformar as cidades em espaços salubres, ocorre a partir do século XVIII. Para isso, tornava-se necessário deixar de pensá-la de forma fragmentada, passando a vê-la como um organismo social, um todo unificado. Cabia aos especialistas do espaço, a função de examinarem esse organismo, diagnosticarem os males existentes e proporem ao poder público soluções para os problemas. Em síntese, a cidade deveria ser medicalizada. A medicina passa então a constituir-se em um saber/poder que vai agir, não apenas no corpo das pessoas, mas sobre a população. Os médicos serão os primeiros sociólogos das cidades, desenvolvendo saberes sobre os quais se fundamentava a organização econômica, política e social dos espaços urbanos. De acordo com Foucault: *“Nesta época os médicos eram especialistas do espaço. Eles formulavam quatro problemas fundamentais: O das localizações (...) das coexistências (...) das moradias (...) e deslocamentos”*.¹²²

A principal ocupação desses especialistas do espaço dava-se, de acordo com Margareth Rago: *“Com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com a arborização das praças”*.¹²³

Os discursos que tratavam sobre os novos hábitos higiênicos, eram fundamentadas por este novo saber/poder. A simples referência a uma citação de um médico, poderia se constituir em importante fator para legitimar uma proposição.

Vasculhando os arquivos do Tribunal de Justiça, tive acesso a diversos processos judiciais onde o discurso higienista aparece como tema importante da contenda. Chamou-me especialmente a atenção, ação movida em

¹²² Foucault (19).

¹²³ Rago

1929 por Joaquim Maria Leite contra Josephino Pereira Leal. Joaquim locara um imóvel a Josephino e pedia, através de processo judicial de n.º 4098/1929, que o contrato fosse cancelado e o imóvel devolvido.

O principal argumento utilizado pelo advogado do litigante, Alfredo de Freitas, era de que o locatário do imóvel não cumpria as normas sanitárias definidas pela Diretoria de Higiene, expondo assim os freqüentadores do espaço, que funcionava como um café, ao risco de sofrerem danos a saúde devido a deficiências na assepsia. Na exposição de motivos de Alfredo de Freitas, que consta nas folhas dois e três do processo, encontramos a seguinte justificativa para respaldar o pedido de cancelamento do contrato de locação:

“O supplicado vem fazendo mal uso da casa, conservando-a em completo estado de desacceio não mandando, sequer, fazer as communs baldeações no soalho, o que levou o medico encarregado da direção do Serviço Sanitario Municipal a necessidade de determinar medidas reclamadas a bem da hygiene e da saude publica”¹²⁴

A solicitação da Diretoria de Higiene, datada de 05 de junho de 1929, foi incorporada ao processo, como importante prova do “desasseio” em que o espaço encontrava-se. A intimação feita a Josephino, datada de 05 de junho de 1929, tinha o seguinte teor:

“Fica intimado a fazer dentro do prazo de oito dias, na mesma casa, os trabalhos que se descrimina a bem da Hygiene: - Conservar tampados os depositos d'agua;

¹²⁴ Tribunal de Justiça do Território do Acre, processo n.º 4098 de junho de 1929.

remover as caixas e latas existentes na sentina e desinfetar-a diariamente; esquentar as chicanas todas as vezes que tiver de servir o freguez; pintar o balcão e limpeza geral na casa; sob as penas da Lei no caso de desobediencia."¹²⁵

Como contra-argumento, o Dr. Flaviano Flávio Babtista de Melo, advogado de defesa do réu, valeu-se, também, do discurso higienista, partindo de uma análise comparativa entre a forma como se encontrava a casa antes de ser alugada e como estava no momento, após as reformulações feitas pelo locatário.

“Ninguem poderá contestar que o mesmo prédio quando foi alugado ao réu, era um deposito de couros, pelles de borracha e muitas outras immundices. A sentina não tinha fossa, servido as fezes humanas de alimentação as aves domesticas da vizinhança. Hoje porem existem na mesma casa, todos os preceitos de hygiene feitos pelo réu”. ¹²⁶

Mas parece-me, que o grande trunfo da defesa foi o fato de Josephino sublocar uma parte do imóvel ao médico higienista Sebastião de Melo que, além de montar no espaço seu consultório, ainda utilizava-se dos mesmos espaços que os demais freqüentadores para fazer suas necessidades fisiológicas. Nas defesa elaborada pelo advogado Flaviano Flavio, contida nas páginas quatro e cinco do processo, encontra-se a seguinte linha de argumentação: *“No alludido prédio, tem o seu consultório e serve-se dos aparelhos, digo - serve-se dos*

¹²⁵ Idem, pp. 02/03

¹²⁶ Idem, p. 03/04.

*mesmos aparelhos necessários às necessidades fisiológicas o distinto médico higienista Dr. Sebastião de Melo”.*¹²⁷

O argumento da defesa influenciou sobremaneira a decisão tomada pelo juiz, Dr. José Hermano de Vasconcelos, que não tinha como classificar como insalubre um espaço onde funcionava o consultório de um médico higienista. Não sei então se foi por conveniência, mas o processo foi arquivado.

Penso que as reflexões anteriores ajudam a construir uma imagem das alterações que o discurso higienista provoca no cotidiano da população. É possível enxergarmos nestas novas práticas sociais a preocupação com a sanitização da cidade como forma de que, em um novo e salubre espaço, se constituíssem novos sujeitos sociais.

É errôneo, no entanto, acharmos que, ao discurso higienista e ao saber/poder dos médicos, não se oporá nenhum tipo de resistência. Em Rio Branco, a perspectiva de mudar de sobressalto os hábitos, costumes e tradições dos habitantes fará surgir as mais diversificadas formas de oposição à tentativa de normatização e normalização do espaço urbano e da população.

¹²⁷ Idem.

Capítulo III - A resistência à modernidade

3.1 – Atalhos e subversões

Uma das mais importantes metas do projeto modernizador que se tornou no principal referencial dos administradores públicos brasileiros a partir do final do século XIX e que no Acre influenciou diretamente o governo de Hugo Carneiro, é a perspectiva de obtenção da homogeneidade, fato que torna quase impossível o seu diálogo com outros territórios culturais.

Mônica Pimenta Velloso ressalta que essa perspectiva termina por promover a existência de um fosso entre o Estado e a sociedade. De acordo com a autora, a tentativa de se estabelecer uma negação/exclusão de todos os territórios que não estejam enquadrados nos pressupostos da modernidade termina por gerar um importante paradoxo, constituindo:

*“No domínio formal, um Estado europeizado que luta por impor padrões de conduta e valores culturais tidos como universais; no real, uma sociedade extremamente fragmentada que, muitas vezes, cria seus próprios canais de integração, a margem da vida política tradicional”.*¹²⁸

O autoritarismo das medidas disciplinadoras implementadas pelo Estado, na sua utopia de ruptura com a “*barbárie*”, termina por constituir estereótipos que parecem ter como função selecionar os que são e não são bem

¹²⁸ Velloso (1990, p. 208).

vindos à “cidade moderna”, bem como as práticas e representações que deveriam ser excluídas do imaginário urbano.

A velocidade com que as transformações foram implementadas pelo “turbilhão” da modernidade transforma o cotidiano das cidades e seus moradores. Os mais atingidos com as mudanças são os mais pobres, que passam a conviver com a ditadura do “bota-baixo”, “*que demolia residências e disseminava as favelas, cortiços e hotéis baratos*”.¹²⁹

No Rio de Janeiro, por exemplo, as reformas urbanas implementadas no período de Pereira Passos, que havia ido constatar *in loco* as transformações que o prefeito Haussmann realizara em Paris, são caracterizadas pela transformação do aspecto da cidade em uma intensa velocidade. Observador das transformações realizadas na Capital do nascente Estado republicano, Lima Barreto teceu, de forma sarcástica, o seguinte comentário: “*De uma hora para outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por mutação de teatro. Havia mesmo na coisa, muita cenografia*”.¹³⁰

Em meio à mudança cenográfica da cidade e da exclusão real de milhares de pessoas caracterizadas como “elementos indesejáveis”, ocorrem diversas reações ao projeto “modernizador” republicano, seja em ações de contestação a vacina obrigatória, no Rio de Janeiro em 1904, seja através de movimentos messiânicos, caso de Contestado e Canudos, ou ainda através de uma resistência surda, que não aparece na forma de movimentos contestatórios de grandes proporções, mas ocorrem no cotidiano, no dia a dia de atores sociais que, ao contrário da perspectiva trazida pela modernidade, do “isso” ou “aquilo”,

¹²⁹ Costa, Ângela Marques da & Schwarcz, Lilia Moritz. Virando Séculos: 1984-1914; Nos tempos das certezas, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 28.

¹³⁰ As falas de Lima Barreto aqui citadas, encontram-se, nas obras de Sidney Chalhoub, Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da *belle époque*. Brasiliense, São Paulo, 1996 e Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial. Cia. das Letras. São Paulo, 1996.

são ambíguos, convivem com facetas do moderno e de suas tradições, mesmo que isso seja considerado pelo estado como ilegítimo.

Essas formas de resistência podem ser pensadas como uma contraposição à idéia que se constitui no Brasil, principalmente com o advento da instalação da república, que associa espaço a identidade cultural e se torna em pressuposto básico da busca de hegemonia do projeto “modernizador” da sociedade brasileira. Para Mônica Velloso, entretanto:

*“Essa associação entre espaço e identidade cultural, não foi apenas uma elaboração ideológica da ordem dominante, servindo também de referência básica aos grupos marginalizados. Brigando por seu espaço, esses grupos, estão brigando para terem reconhecida a sua própria existência”.*¹³¹

Pensando dessa forma, a manutenção do espaço está vinculada a idéia da manutenção da identidade do grupo que o constitui sendo que, como a sociedade é fragmentada em diversos e imensuráveis territórios sociais, é também constituída por múltiplas identidades, fato que se opõem à busca da hegemonia do projeto modernizador das elites republicanas.

As múltiplas faces das cidades aparecem de forma bastante interessante em Michel de Certeau que acompanha “os procedimentos multiformes, resistentes, audaciosos, e teimosos, que escapam a disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar uma

¹³¹ Velloso (1990, p. 207).

teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade".¹³²

A linguagem utilizada por Certeau para dialogar com essas práticas plurais são os passos dos sujeitos comuns, aqueles que, cotidianamente, perambulam pelas ruas das cidades, reinventando caminhos e rompendo proibições. Aos muros e as distâncias, esses atores sociais empreendem atalhos e subversões, construindo novos caminhos e recriando a cidade a cada dia, independente do que é ou não, institucionalmente legítimo.

Dentre esses passos que destoam do que tenta se estabelecer como "legítimo", é possível enxergarmos a ambigüidade ressaltada por Marilena Chauí onde os mesmos atores sociais que rompem/resistem às regras, não saem dos espaços de suas aplicações.

A princípio, pensava em narrar neste capítulo, experiências que demonstrassem a recusa de parte da população acreana ao projeto modernista de Hugo Carneiro tendo como principal referência, apenas a ruptura com as obrigatoriedades contida no Código de Posturas de 1928 com relação às construções em madeira na região central da cidade de Rio Branco. Para isso, me propus a realizar pesquisas nos acervos do Tribunal de Justiça do Acre, na busca de processos judiciais que incriminassem os que ousaram e romperam com as normas estabelecidas pelo Estado.

Para minha surpresa, à medida que dialogava com os diversos processos judiciais a que tive acesso, percebi que a tentativa do poder público em normatizar a população, era bem mais extensa e complexa do que imaginava. Essa perspectiva parece-me encontrar um importante campo para diálogo nas

¹³² Certeau, Michel. *A invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro. Vozes. 1994. p. 174.

reflexões desenvolvidas por Michelle Perrot, ao tratar sobre a ampliação das restrições e regras da burguesia, principalmente a partir do século XIX, quando os códigos e conseqüentemente os delitos, tornam-se mais abrangentes. De acordo com Perrot:

*“Nesta história, o século XIX ocupa um lugar privilegiado. Tal como uma vaga de roman noir, um duplo movimento o percorre: de início, a ampliação do código e, portanto, do delito. No despontar do século, o código napoleônico estabelece ‘a regra do jogo na paz burguesa’, mas ele se complica sem cessar. As sociedades industriais, intensificando as relações entre os grupos, multiplicam normas e interdições: sob muitos aspectos constrangedoras e repressivas, elas codificam tudo e, ao mesmo tempo, fabricam delinqüentes”.*¹³³

No Brasil, Sidney Chalhoub demonstra-nos como esse projeto teve caráter artificial já que, importado da Europa, não se propunha a estabelecer qualquer diálogo com outros territórios culturais, passando a ser concebido como *“um processo linear, natural e inevitável por seus protagonistas. Tratava-se, afinal, de fazer o país inserir-se na civilização”.*¹³⁴

A essa forma intransigente de romper com o “velho” e estabelecer o “novo” foram registrados diversos tipos de resistências que, com a ampliação dos códigos, sejam de posturas das cidades ou de conduta moral de seus habitantes, passam a ser caracterizadas como “atos ilegítimos” e passíveis de punição. De acordo com Chalhoub: *“Se é verdade que a burguesia sonhava em criar um*

¹³³ Perrot, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros, Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988, p. 236.

¹³⁴ Chalhoub, p. ?

*mundo a sua própria imagem, também é verdade, que acabou tendo de se contentar com uma imagem, no mínimo, bastante imperfeita”.*¹³⁵

Uma importante forma de o Estado tentar disciplinar a população, seria através dos serviços demográficos e estatísticos. As informações advindas de censos demográficos, registros civis, certidões de casamentos, nascimentos e mortes, proporcionavam ao poder público um “diagnóstico” do território e de seus habitantes, o que se constituía em importante referencial para a elaboração das políticas que planejava colocar em prática.

De acordo com Michel Foucault, vai ser a partir do século XVIII, quando os processo de natalidade, morbidade e longevidade tornam-se importantes objetos de preocupação no mundo industrial, que os serviços demográficos começam a ser utilizados como instrumentos de controle e disciplinarização da população. Nesse momento:

*“Se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias. É a observação dos procedimentos mais ou menos espontâneo, mais ou menos combinados, que eram efetivamente postos em execução na população”.*¹³⁶

No Acre, os serviços de estatística eram controlados pela Diretoria de Higiene e Saúde Pública e a Chefatura de Polícia que cadastravam o número de pessoas atendidas pelos serviços médicos, os movimentos dos doentes nos hospitais, as enfermidades que os molestava, os nascimentos e óbitos, prisões e os movimentos nos meretrícios. Essa prática nos aponta para o fato de que a

¹³⁵ Chalhoub (2001, p, 253).

¹³⁶ Foucault (1997, p. 290).

tentativa de controle que o poder público tentava desenvolver, não era sobre o indivíduo isoladamente, mas sobre o conjunto da população.

Os responsáveis pelos serviços demográficos/sanitários conviviam, porem, com constantes problemas para a efetivação de suas responsabilidades. Além de um quadro de pessoal reduzido e os poucos recursos disponíveis, a recusa da população em realizar, principalmente, o registro civil, dificultava o controle sobre o número de óbitos e nascimentos. Em relatório apresentado ao governador Hugo Carneiro no final do ano de 1928, o Dr. Amaro Damasceno Junior queixa-se ao chefe do executivo do “descaso” da população acreana, principalmente da que habitava na área rural, em render-se a este serviço “oferecido” pelo Estado:

*“O Cartorio Civil desta capital forneceu dados que permitem a esta Directoria organizar os anexos 8, 9 e 10, respectivamente sobre números relativos ao casamento, nascimento, e obitos registrados por aquele cartório. Aqueles números, entretanto, pesa-me dizel-o, não positivam a verdade sobre os factos a que se referem, porque a nossa população, maximé a rural, continúa indifferente ao registro civil, prescindindo delle em casos que não deveria fazel-o. Dahi, lamentaveis omissões nos dados obtidos” .*¹³⁷

A recusa dos setores mais pobres da população em não realizar o registro civil, pode ser pensada como uma recusa em deixar-se normatizar pelo Estado. Esconder-se desse controle do Estado através de mecanismos que os colocassem no anonimato, constituia-se em importante recusa a incorporar-se ao

¹³⁷ Governo do Território do Acre, p. 215.

mundo da modernidade. Essas práticas passam a ser vistas pelo poder público como um gesto que caracteriza “ignorância” e “atraso” da população “pouco culta” do Território, conforme afirmara Amaro Damasceno:

“Emquanto não for removida aquella causa e perdurar o temor ao registro civil ou pelo menos a indiferença da população por este Instituto, não tanto os casamentos, mas principalmente os nascimentos e os obitos, continuarão a ocorrer sem o devido registro civil, maximé em relação a gente pouco culta do Território”.¹³⁸

Outro fato importante de ser ressaltado é que, apesar do Poder Público ter tentado padronizar as formas de atendimento médico à população, isso não acabou com o recurso a formas alternativas e tradicionais de tratamentos médicos, sepultamentos e até nascimentos. Recorrer aos serviços das parteiras, pessoas que acompanhavam nascimentos de crianças sem a devida “especialização”, por exemplo, era uma constante, o que tornava o movimento no “pro-matre bastante reduzido. Para justificar esse fato, mais uma vez Amaro Damasceno transfere a culpa para a “ignorância” da população: *“Pequeno foi o movimento da pro-matre, isso certamente por ser uma novidade entra a classe ignorante local, que mais necessita dos serviços dessa secção”.¹³⁹*

Ao responsabilizar a “parte inculta” da população pelo fraco movimento na *Pro-mattre*, Amaro Damasceno faz uma vinculação entre esse fato e a manutenção de práticas tidas como “atrasadas”. Essas falas parecem reforçar a “necessidade” do poder público em intensificar políticas que possibilitasse, aos “ignorantes”, compreenderem a necessidade de mergulharem no “turbilhão” da

¹³⁸ Idem, p. 215.

¹³⁹ Idem, p. 213.

modernidade, rompendo assim com um passado visto pelas elites como “nada promissor”.

3.2 - Feiticeiros, curandeiros e médicos

Muitas foram às formas de repressão impostas aos que rompiam com as normas e regras, mas isso não foi o suficiente para evitar que as contestações e rupturas aflorassem das mais variadas formas.

No Acre, o discurso higienista, sempre teve forte conotação biológica e moral. A perspectiva de realizar a assepsia do Território não esteve presente apenas na intenção de intervir no meio visando saneá-lo e em estabelecer novos hábitos higiênicos para a população. Pensava-se que a assepsia deveria ser realizada, também, na alma, no aspecto moral.

Essa concepção levou o estado a tentar normatizar a população definido, através de instrumentos jurídicos, regras e normas de comportamento moral. No capítulo IX do Código de Posturas da cidade de Rio Branco de 1928, figuravam algumas proibições:

“Ficam proibidos, sob pena de multa de 20\$000 a 50\$000: proferir ou escrever em locais públicos, palavras de obscenas, ou traçar figuras immorales pelas paredes, passeios, portas, muros, vehiculos, etc.; chegar as portas ou janellas ou andar pelas ruas ou logares públicos em trajes indecentes, ou em estado de nudez; fazer rifa sob qualquer pretexto; vender ou distribuir manuscriptos ou

impressos ofensivos a moral publica; urinar ou defecar em logares públicos".¹⁴⁰

A nova moral que se pretendia estabelecer, renegava os antigos "vícios" dos acreanos e tentava impregnar novos hábitos, sem levar em consideração a forma autoritária que era implementada. A essa situação, passam a ocorrer diversos tipos de resistências. Algumas ocorrendo de forma tão sutil, que passavam quase que despercebida pelo estado, vindo à tona somente quando, por um motivo ou outro, chegavam até a alguma esfera do poder institucional.

Para exemplificar melhor essa situação, vou trabalhar com um personagem real: Zenon Loureiro, mecânico e morador da cidade de Rio Branco em 1929.

Nossa narrativa começa a partir do dia 27 de fevereiro de 1929, quando José Nobre de Lima, esposo de Antônia Nobre de Lima, falecida no dia anterior, prestou queixa na Delegacia de Polícia de Rio Branco contra o médico higienista Sebastião de Melo, que se recusava, veementemente, a emitir o atestado de óbito da falecida, impedindo com isso, que o sepultamento fosse realizado, já que o documento era exigido pelo Código de Posturas em seu artigo 207: *"Nenhum enterramento se fará sem a exibição da certidão de óbito, salvo nos casos anormaes em que se poderá fazer o enterramento com a simples autorização da autoridade policial, passado a vista do atestado do falecimento"*.¹⁴¹

Sebastião de Melo era figura respeitada na sociedade acreana, o que causou estranheza na delegacia a queixa que estava sendo registrada. Ao ser convidado para explicar o "incidente", o médico ressaltou que a sua recusa em emitir o atestado de óbito dava-se devido a sua suspeita de que Antônia Nobre,

¹⁴⁰ Código de Posturas Municipaes, capítulo IX, incisos, a,b,c,d.

¹⁴¹ Idem, art. 207.

que era sua paciente, tivesse recebido tratamento de um curandeiro e isso a tivesse a levado a morte.

A prática do “curandeirismo” era expressamente proibida pelo Código de Posturas de 1928. No artigo 188 estavam explícitos os impedimentos, bem como as penalidades impostas a quem desrespeitasse a Lei: *“Todo aquelle que exercer o officio de curandeiro, propondo-se a curar enfermidade de qualquer natureza, empregando para isso substâncias conhecidas ou não, será passível de pena de multa de 100\$000 a 500\$000”*.¹⁴²

Os que além de ministrarem ervas também soubessem os ofícios das rezas, eram considerados feiticeiros:

“Todo aquelle que exercer a feitiçaria, ou que a pretexto de fazer ou tirar feitiços se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua própria alguma para simular cura por meio supersticioso, fazer adivinhações ou empregar outros embustes, incorrerá na pena de multa de 200\$000 a 500\$000”.¹⁴³

Essas proibições, caracterizadas como “prática ilegal da medicina”, proibindo que a população fizesse uso do recurso à cura através de ervas medicinais ou sessões realizadas por rezadores e benzedeiros, caracteriza-se como uma recusa da modernidade em conviver com práticas sociais que fazem parte das tradições das populações amazônicas que vivem ou convivem com o espaço da floresta. O discurso médico, de acordo com Marilena Chauí, tenta

¹⁴² Idem, art.188.

¹⁴³ Idem, art. 189

transformar essas práticas em ilegítimas e juridicamente ilegais caracterizando-as como perigosas e, portanto, sujeitas a repressão policial.¹⁴⁴

Um fato curioso e digno de registro, é que existia uma certa permissividade do Estado para com alguns tipos de “embusteiros”. Nas páginas do Jornal Folha do Acre, um incondicional aliado de Hugo Carneiro, foi concedido vasto espaço para que um “ocultista” denominado “professor Faquir” expusesse suas previsões para o ano de 1928. Nas “proféticas” palavras do adivinho, as seguintes previsões:

*“Haverá durante o ano no Território do Acre quatro revoltas, sendo necessário à intervenção do Governo federal que as extinguirá; haverá naufrágios de pequenos vapores; uma tribo de índios invadirá uma cidade cometendo as maiores depredações e conduzindo, na sua retirada, uma menor de 12 para 13 anos e um menor de 11 anos; os rios transbordarão havendo muito prejuízo”.*¹⁴⁵

É provável que as catastróficas profecias do “professor Faquir” não tenham se concretizado, mas isso não vem ao caso. O importante é percebermos que as regulamentações estabelecidas no Código de Posturas tinham um objetivo muito bem delimitado, proibir as práticas que representassem a manutenção das tradições existentes no Acre. A perspectiva central era excluir essas representações do imaginário urbano.

No caso do “ocultista” que ocupava mais de uma página em um veículo de comunicação tradicionalmente ligado as elites e um dos maiores

¹⁴⁴ Sobre o tema, ver de Marilena Chauí, *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. Brasiliense. São Paulo. 19??*, discute a partir de trabalhos de Patrícia Birman e Zélia Seibilitz, aspectos da discriminação e estigmatização das religiões afros, principalmente no tocante as práticas de cura, rejeitadas pela igreja católica, médicos e sociólogos.

¹⁴⁵ Folha do Acre, nº 615, p. 05, 29 de fevereiro de 1928.

propagandeadores do projeto modernista de Hugo Carneiro, a legitimação das elites para com esse tipo de prática parece-me estar presente já no tratamento que recebe o “adivinho”. Ao invés de ser estereotipado como “feiticeiro” ou “embusteiro”, era tratado como “professor Faquir”, o que o caracterizava como um sujeito dotado de saberes, um “estudioso” do mundo oculto.

A mesma permissividade, no entanto, não foi dada aos acusados de feitiçaria no caso da morte de Antônia Nobre. A partir dos primeiros esclarecimentos prestados por Sebastião de Melo, o queixoso é que passou a ter que se explicar. José Nobre teve que esclarecer se havia, ou não, recorrido aos ofícios de um “curandeiro” e se assim estivesse feito, qual o nome deste curandeiro.

De acordo com dados, que constam no processo judicial n.º 2122/1929, do Tribunal de Justiça do Acre, José Nobre Lima alegou dificuldades financeiras para tratar a esposa, que sofria de uma moléstia na garganta e que, a pedido da enferma, solicitou a presença de Zenon de Melo em sua residência. Com esse depoimento, tornou-se réu confesso e ainda envolveu Zenon Loureiro no processo.

A medida em que José Lima se pronunciava crescia o número de envolvidos no caso. O problema agora deixara de ser o atestado de óbito não emitido e transformara-se em um caso de prática ilegal de medicina por um curandeiro. Durante todo o dia 27 de fevereiro, O Sr, José Nobre, que queria apenas sepultar a esposa morta, teve de dar explicações na Delegacia, enquanto terceiros velavam o corpo da falecida.

Tendo sido entregue o nome do suspeito de ter praticado a sessão de curandeirismo a força policial, imediatamente, deslocou-se até a residência de

Zenon e o trouxe até a Delegacia para depor. Em seu depoimento, o mecânico esclareceu que fora chamado a casa da enferma a pedido da mesma e que lhe deu um copo de água com quatro gotas de belladona. No entanto, Zenon negou ser curandeiro e, de forma enfática, fez questão de ressaltar que sobrevivia de seu trabalho:

“Eu passava em frente a casa da D. Antonia Nobre e esta me chamou dizendo se era verdade que eu fazia uso proprio da homeopathia, ao que eu confirmei que sim. Foi quando ela perguntou se eu podia ceder um pouco de homeopathia para a garganta. Eu me prontifiquei a ceder quatro gotas de belladona num copo de água, informando como deveria usar. Foi o Sr. José Nobre quem foi buscar o remédio na minha casa. O que posso afirmar e que, além do remédio não fazer mal, soube ainda que não foi usado pela doente. Afirmo também, que não faço profissão de cura de profissão de cura de quem quer que seja, , pois vivo da minha profissão de mecânico.”¹⁴⁶

É interessante ressaltar que, nas falas de Zenon, percebemos enunciados presentes tanto em Marilena Chauí como em Michel de Certeau. Mesmo estando praticando um ato de “indisciplina”, o nosso personagem real não escapa ao campo onde o poder disciplinador se exerce e, quando necessário, insere-se no campo do poder disciplinador, para justificar seu ato de resistência. Nas falas de Zenon, percebemos como este tenta descaracterizar a acusação de curandeirismo a partir do pressuposto de que usa a homeopatia em causa própria

¹⁴⁶ Tribunal de Justiça do Território do Acre, processo nº 2122/1929, p. 03.

e de que não faz profissão de fé de quem quer que seja, pois vive de sua profissão de mecânico.

Ao justificar que tem uma profissão e que, portanto, trabalha, Zenon tenta caracterizar-se como um cidadão que está dentro das normas de convivência social, não sendo responsável por qualquer distúrbio ou práticas ilegais. O ato de receitar a belladona pode ser entendido mais como um gesto de caridade, fundamentado no fato de que havia feito isso a pedido da enferma e que, só o fez, por ter certeza de que o remédio não faria mal.

Mas as afirmativas de Zenon terminaram por legitimar o confronto claro que o médico Sebastião de Melo Lima desejava realizar entre os saberes técnicos, dos quais julgava-se portador, e os saberes tradicionais, tidos como atrasados e supersticiosos.

Gradativamente, o debate vai ganhando nova conotação. O que começara com uma queixa, devido um atestado de óbito não emitido e posteriormente transformara-se em suspeita de prática de curandeirismo, aparecia agora como assassinato, já que a belladona oferecida por Zenon, poderia ser a responsável pela morte de Antônia Nobre. Cada vez mais, o médico tenta estabelecer uma relação entre a morte e a visita de Zenon a falecida.

Segundo Sebastião de Melo, as suspeitas de que Antônia fora vítima de um curandeiro, começaram quando da visita que realizou a casa da paciente e percebeu a frieza com que estava sendo tratado pela família. Mediante o desprezo que recebia, questionou o que estava ocorrendo, quando fora comunicado da visita de Zenon. Suas suspeitas foram confirmadas. Ciente do que ocorrera, procurou então o Sr. José Nobre para pedir explicações sendo, mais uma vez, tratado friamente. Sentindo-se desprestigiado o médico afirmou que, a partir daí,

não mais trataria de Antonia Nobre e caso ocorresse qualquer problema com a paciente, culparia o “curandeiro”.

É importante ressaltar, que o tratamento realizado por Sebastião de Melo, demonstrava-se extremamente ineficaz. A não melhora de Antônia Nobre começou a causar desconfianças nos amigos e familiares da enferma que terminaram por, durante seus depoimentos, explicarem o descaso com que o médico vinha tratando sua paciente. Nas falas de Jovina Teles, ela afirma: *“Falei para o doutor Sebastião de Melo que sua cliente estava muito doente e ele me respondeu que ignorava isso”*.¹⁴⁷

Ao explicar que o médico não dava a devida atenção para a paciente Jovina Teles terminou por demonstrar o descrédito que o médico passava a ter entre amigos e familiares de Antônia, pelo fato de não conseguir curar a paciente. A alternativa encontrada foi a de romper com a “legitimidade” do saber técnico de Sebastião de Melo e apelar a práticas tradicionalmente desenvolvidas na região: a de tratar enfermidades com ervas medicinais, selecionadas a partir das múltiplas experiências vividas por populações que se constituíram em um espaço de profunda predominância da floresta, onde a “modernidade” e suas “verdades” demoraram a chegar.

Mas Sebastião de Melo não deixou por menos, afirmou categoricamente que sabia muito bem de qual enfermidade sofria sua paciente. De acordo com o médico: *“(...)a paciente sofria de laringite diphtherica, que após ter aplicado a medicação adequada durante as visitas para tratar o caso percebeu melhoras na casa da doente prescrevi a medicação recomendada”*¹⁴⁸

¹⁴⁷ Idem, p. 02.

¹⁴⁸ Idem , p. 04.

Mas as explicações do médico parecem não ter convencido as pessoas próximas a Antônia. Nenhum dos parentes ou amigos da falecida, durante seus depoimentos, responsabilizaram Zenon Loureiro pelo fato. Quanto à eficiência do tratamento prescrito por Leão Martin, no entanto, surgiram suspeições como a de Jovina Teles aqui já citadas. Estava criado um impasse.

Para tentar resolver a pendência, foi solicitada à Diretoria de Higiene a realização de uma necropsia no cadáver de Antônia. De acordo com o médico, essa seria a única forma de detectar a causa da morte e o livraria de tão “*infame acusação*”.¹⁴⁹ O pedido foi feito pelo Delegado que comandava o inquérito, mas, não pode ser levado adiante. Em resposta a solicitação feita, a Diretoria de Higiene respondeu, através de documento expedido em 28 de fevereiro de 1929: “*O relatório não foi feito porque a Diretoria não se acha aparelhada para exames de necropsia, por falta de material e instrumentos apropriados*”.¹⁵⁰

A Diretoria de Higiene desaparelhada retrata os devaneios de Hugo Carneiro nos relatórios que enviava ao Governo Federal. Os serviços de saúde pública continuavam sem grandes investimentos. Em 1929 o quadro da Diretoria de Higiene era composto por apenas seis médicos, responsáveis por atender a todo o Território. Como a população estimada era de aproximadamente 120 mil habitantes, tinha-se uma média de um médico para cada 20 mil habitantes. Recorrendo novamente a uma frase de Lima Barreto citada anteriormente, “*tudo tinha mesmo muito de cenografia*”.

Por não se achar com condições para realizar o exame, a própria Diretoria de Higiene terminou por emitir o atestado de óbito e a autorização para o sepultamento. A falta de provas, no entanto, não foi suficiente para que Zenon de

¹⁴⁹ Idem

¹⁵⁰ Idem, p. 06.

Oliveira não pagasse multa por “feitiçaria”. Quanto a Sebastião de Melo, este foi devidamente inocentado.

3.3 – Defloramentos e processo judiciais

A transformação dos espaços urbanos em importantes símbolos da modernidade, dando mais visibilidade as práticas desenvolvidas pela população, foi fator importante para a invenção de uma nova moral. No Acre, isso é possível de se enxergar, através dos inúmeros processos judiciais que tinham como causa o “defloramento” de moças solteiras, “falta” considerada grave, tanto para os “defloradores” como para as que sucumbiam mediante aos galanteios dos *dons Juans* de plantão. O desvirginamento de uma moça poderia resultar em cadeia e casamento forçado, principalmente se a “deflorada” fosse menor de idade.

Penso que importante referencial para dialogarmos com a constituição da moral que definia a postura da mulher mediante as “tentações” carnis, encontramos em Keith Robbins que escreve sobre fragmentos do mundo das prostitutas na cidade de Londres em plena era Vitoriana¹⁵¹. De acordo com Robbins:

“Na ideologia vitoriana, dominavam duas imagens de mulher. A da mulher doméstica, o ‘anjo do lar’ ou da

¹⁵¹ Período em que a rainha Vitória foi a soberana da Inglaterra (1851-1901), marcado pela ambigüidade de um país que, ao mesmo tempo em que vivia a eclosão da indústria e de novas descobertas científicas, convivia com o rótulo de ser a “Babilônia do Norte”. A perspectiva de estabelecer um equilíbrio entre situações tão “opostas”, aparece na figura de Vitória, que gradativamente assume a representação de “mãe da pátria”, estabelecendo padrões de comportamento e de moral que passam a se tornar em referenciais de comportamento para o mundo da burguesia.

*mulher perdida. Acton, em seu estudo Fisiologia e patologia dos órgãos reprodutores, concluiu que numerosas mães devotadas, esposas, donas-de-casa exemplares, nunca experimentaram a menor excitação sexual. Suas únicas paixões eram o amor ao lar, às crianças ou às tarefas domésticas. Outro autor, afirmava que o desejo sexual era inato e espontâneo ao homem, ao passo que na mulher ele era ‘quiescente’.*¹⁵²

Margareth Rago traça o perfil do novo modelo normativo de mulher elaborado no século XIX demonstrando como a castidade, a laboriosidade e o esforço individual eram exaltados. De acordo com a autora:

*“Por caminhos sofisticados e sinuosos se forma uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada”.*¹⁵³

A prática do sexo pelas mulheres era vista com certa repugnância, se o objetivo não fosse para fins de reprocriar. Essa perspectiva o tornava aceito apenas no casamento, sendo aceito fora somente para *homens para os quais os tormentos sexuais se tornavam intoleráveis porque não podiam gozar das vantagens do casamento*.¹⁵⁴ Para suprir essas “necessidades”, no entanto, haviam as prostitutas que, mesmo sendo constantemente vigiadas e punidas por seus atos, gozavam de certa permissividade.

Era inaceitável, porém, qualquer possibilidade de moças que não vivessem no mundo da prostituição se entregarem a seus amados fora da vida

¹⁵² Robbins, Keith. A hierarquia das prostitutas. *In* Londres, 1851 – 1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades, Organizado por Mônica Charlot e Roland Marx, Rio de Janeiro, Zahar, 1993, p. 119.

¹⁵³ Luzia, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985. p. 62.

¹⁵⁴ Idem, p. 119.

conjugal. Tal prática era condenada pelas normas da sociedade burguesa e constituía-se em um pressuposto que gerava a exclusão e a discriminação das que ousavam desafiar essas normas de comportamento.

É por demais curioso o processo que trata sobre o defloramento de Maria Carvalho de Oliveira de 15 anos de idade, residente na colônia Pium, próximo à cidade de Rio Branco. A menor que sempre viveu em companhia do pai, sendo este separado de sua mãe, foi seduzida por Francisco Barroso, conhecido pela alcunha de Francisco Quinto. O fato virou caso de polícia e deu origem ao processo judicial de nº 2.006/1928. Em seu depoimento, Maria Carvalho declarou que:

“Sempre viveu em companhia do seu pai, deixando de morar com elle, desde o ano próximo passado; que seu pai sempre procurou colocar a declarante em uma casa de família, tendo morado com o coronel João Cância e a família do escrivão Gondim; que a declarante abandonou a casa do coronel João Cância porque não se deu bem, isto mesmo aconteceu com a casa do escrivão Gondim; que tudo isso fazia, porque a declarante queria que seu pai consentisse em ela ir morar com sua mãe”.¹⁵⁵

É possível percebermos nas falas de Maria, a preocupação de seu pai em coloca-la em “casas de família”, hábito muito corriqueiro no período, para com isso tentar dar a moça “bons costumes” e “boa moral”. Ao levar Maria para a conviver com a família de um “coronel” e de um “escrivão”, seu pai via a possibilidade de desviar a filha do caminho que ele afirma ter seguido a mãe da moça de quem era separado: o caminho da “prevaricação”.

¹⁵⁵ Tribunal de Justiça do Acre, processo judicial nº 2006/1928, p. 03.

Maria, ao contrário, não se adaptava a essas condições de vida e tentava, a todo custo, obter permissão do pai para morar com sua mãe. A casa da mãe, para Maria, parece-me constituir-se em um espaço onde esta terá mais liberdade, coisa que pouco conheceria nos rígidos padrões que norteavam, pelo menos aparentemente, as residências das elites locais.

Para Cyriaco Jovino de Oliveira, no entanto, qualquer possibilidade de Maria vir a morar com sua mãe era descartada. Para Cyrino, o comportamento de Raimunda Carvalho da Silva, sua ex-esposa, era condenável e estava longe de se tornar um bom modelo para Maria. O comportamento “contestável” de Raimunda aparece nas falas de Cyriaco quando este explica os motivos de sua separação: *“Que está separado de sua mulher há uns sete anos, mais ou menos; que della se separou por ser a elle infiel; que quando a deixou, já ela prevaricava com o seu atual companheiro, Joaquim Motta”*.¹⁵⁶

As atitudes de Raimunda apontadas por Cyriaco agridem a moral das elites locais, que definiam muito claramente o papel da mulher fora do espaço público. O espaço da mulher era o espaço do “lar”, onde exercia a “nobre” função de “rainha”. A fidelidade e submissão da esposa a seu marido deveriam ser encaradas como natural e inquestionável não cabendo, portanto, a prática da infidelidade.

Em seu depoimento Cyriaco tenta, a todo o momento, responsabilizar Raimunda como a culpada pelo “desvio” de sua filha. Para reforçar seu argumento, apresenta o fato de que Maria fora deflorada, exatamente, no período em que se mudou para a casa da mãe.

¹⁵⁶ Idem, p. 05.

O fato que Cyriaco não tinha conhecimento, no entanto, era de que Maria já “não era mais moça” desde quando saiu de sua casa. Tal afirmação consta em seu depoimento: *“Que quando saiu da casa de seu pai não era mais moça e a elle nada dissera; que encobria de seu pai tal falta, com medo de ser castigada”*.¹⁵⁷

O medo em contar para o pai a sua situação de não ser “mais moça” assustava Maria. Ela sabia exatamente o que isso significava no Acre de 1928. A reação provável de seu pai, se lhe contasse sua “falta”, seria de culpa-la pela perda da “honra” de toda a família, a exclusão e a imposição de algum castigo físico. O ato de romper com padrões de comportamentos naturalizados como “verdadeiros” transformariam Maria em uma espécie de paria, sendo excluída do convívio com as “pessoas de boa índole”. Maria, então, pode ter escondido do Pai, na perspectiva de esconder do restante da sociedade. Na verdade, o único local onde ela encontrou refúgio foi na casa de sua mãe, de quem agora se aproximava nas atitudes. Uma foi “infidel” ao marido e outra foi “deflorada” antes do casamento.

Interessante é perceber que a mesma elite que propagandeava a nova moral via-se, vez ou outra, como protagonista de atos que rompiam o que pregavam com tanta ênfase. Essa constatação parece-me colocar em contradição a certeza do pai de Maria que para educar uma boa moça, só mesmo em “casa de família”.

O processo judicial de nº 182 de 25 de março de 1927 tem na sua primeira folha uma carta denúncia com o seguinte teor:

*“Novo caso si deu aqui nas colônias onde os veio estão
butando as manga de fora.O caso é que fizeram mal a*

¹⁵⁷ Idem, p. 03.

Paxiuba fia de criação do veio José Rodrigues Machado, morador aqui nas colônia grande e a pobrezinha ta mais é barriguda e anda o povo dizendo que é o cujo veio Rodrigue. Os vizinho delle mais de perto são o parahybano José e o Batista, augusto Xavier, Joaquim Ferreira, seu José Farias, Antonio de Paula e dis ate que o Pedro Julio e o Francisco sabe do causo mas tem medo de dizer as autoridades porque Zé rodrige era protegido do Dr. Cunha Vasconcelos¹⁵⁸ e quase chefe dos colono, embora não tenha valia de nada”.¹⁵⁹

A proteção de Cunha Vasconcelos parece dar a José Rodrigues a possibilidade de engravidar a enteada menor, sem perigo de ser molestado. Essa era, por sinal, uma prática corrente entre as elites, muitos de seus membros envolviam-se e até engravidavam moças menores mas sempre conseguiam formas de abafar o caso. José Rodrigues, apesar do “padrinho” poderoso é que não levou muita sorte.

A carta denuncia que o delatou não teve um único autor, foi assinada por “alguns colonos”. Assim, os denunciantes mantinham sua identidade em sigilo como forma de proteção e delatavam o “libertino”. Esta me parece se constituir em uma demonstração de que a moral do mundo burguês estava impregnada na população que de forma ambígua, lembrando outra vez Marilena Chauí, “passeava” pelo mundo do “legítimo” e “ilegítimo”, rompendo e resistindo a um “projeto modernizador” que tenta se impor de cima para baixo, de dentro para fora, quebrando para isso regras e normas, mas ao mesmo tempo inserindo-se neste

¹⁵⁸Cunha Vasconcelos Foi Governador do Território do Acre no período de 1922 a 1926. Conhecido pela sua truculência, foi citado como autor intelectual de assassinato, no processo judicial nº 2086 de 28/01/1928

¹⁵⁹ Tribunal de Justiça do Território do Acre, Processo Judicial nº 183 de 25/03/27, p. 02.

mundo normatizado, quando julga necessário e, principalmente, quando se sente ameaçado por ele.

No caso da denúncia feita pelos colonos, que deu conta do ato “ilegítimo” de José Rodrigues, percebemos uma demonstração de como o poder circunscreve todo mundo. O ato de vigiar através de um “olhar panoptico” evitando com isso que as regras sejam quebradas, foi exercido por atores comuns, o que demonstra que a nova moral não era apenas uma mera imposição institucional”.

Mas vamos aos fatos: denunciado, José Rodrigues passou a se defender. Em seu depoimento afirmou que ignorava a informação de que a filha estava deflorada, mas, que, tão logo soube, procurou de imediato saber quem tinha sido o autor, o que Paxiuba confirmou ter sido um rapaz de nome Benedito, filho de um “tal” Tiburcio que era vizinho do depoente.

A mesma afirmativa apareceu no depoimento de Maria Rodrigues Machado, a “Paxiuba”, que inocentou o padrasto pelo seu defloramento:

“Que não é verdade ter sido deflorada por seu pai José Rodrigues Machado; que sim foi o autor de seu defloramento um rapaz chamado Benedito filho de Tiburcio de tal seu vizinho; que não se lembra de quando foi deflorada; que tem tido continuamente relações sexuais com Benedito com quem deseja casar-se, estando grávida já de muito tempo”.¹⁶⁰

A revelação feita por “Paxiuba” de que o responsável pelo seu defloramento era Benedito e não seu padrasto, poderia ter encerrado o caso por aí, mas essas declarações terminariam por gerar uma reação em cadeia com

¹⁶⁰ Idem, p. 04.

outros nomes sendo envolvido na trama que cada vez mais caminhava para incriminar o “afilhado” de Cunha Vasconcelos. Em seu depoimento, Benedito Francisco da Silva, dezenove anos de idade, solteiro, natural do Pará, afirmou;

“Que não é o autor do defloramento de Maria Rodrigues Machado; que sendo vizinho da mesma, tendo sido por ela convidado a copular quando passava pela porta della e não tinha ninguém em casa; que teve algumas relações sexuais com ella, isto no mês de janeiro deste anno; que só atendeu o pedido de Maria foi por ter ouvido dizer que ela não era mais moça, como de facto não a encontrou virgem a primeira vez que copulou”.¹⁶¹

Percebemos nas falas de Benedito que a forma encontrada para se livrar da acusação de que “fizera mal” a Maria deu-se com a afirmação de que a moça já não era mais “moça” o que, portanto, livrava-o de ter cometido qualquer ato “imoral” que desqualificasse sua conduta. À medida que os depoimentos vão ocorrendo passa a existir uma clara tentativa de transformar Maria na principal responsável pelos fatos.

Para tentar tirar toda a situação a limpo, foi então proposta uma acareação entre Maria e Benedito. Os dois deveriam ser colocados frente a frente para que os depoimentos contraditórios fossem tirados a limpo. Durante a acareação, a surpresa: Maria mudou seu depoimento, negou que fosse Benedito quem a deflorara afirmando, no entanto, que era dele o filho que trazia no ventre. O autor do defloramento, segundo a menor, havia sido um rapaz conhecido como “Vigário”. Mediante o depoimento de Maria, Benedito resolveu contar detalhes do primeiro encontro do casal:

¹⁶¹ Idem, p. 06.

“Elle, depoente, estava sentado em uma mesa, pelas três horas da tarde, não havia ninguém em casa senão Maria que lhe pegou pelo membro viril puxando o depoente da mesa e elle a vista do convite acompanhou-a para a cama, nessa ocasião tropeçando e cahindo elle”.¹⁶²

Benedito passa toda a responsabilidade pela “sedução” para Maria, este apenas aceitou o convite. O fato de a mulher ter “tentado” o homem a deitar-se com ela constituiu-se em outro importante ponto para Benedito demonstrar inocência. Ele, na verdade, teria sido a “vítima” da sedução e se alguém havia cometido qualquer ato que rompia com a moral, teria sido Maria.

Foi a vez então do Vigário ser envolvido no “rolo”. Quem depôs em nome de “vigário foi sua mãe Josepha Plácido de Mello, conhecida pela alcunha de “Tem-Tem”. De acordo com a mãe do acusado seu filho não havia sido o autor do defloramento de Maria. Em seu depoimento “Tem-Tem” afirmou:

“Que a declarante e seu filho sahiram do seringal Nova Empreza no anno de mil novecentos e vinte e quatro e foram residir na colônia, já se sabendo naquele tempo na mesma colônia que Maria Rodrigues não era mais virgem, que Ovidio tem agora dezessete anos e está na colocação “Pium” de propriedade do Doutor José de Mello, daqui a quatorze horas; que todo mundo na colônia sabe que Maria Rodrigues tinha relação com o Francisco e o Julio de tal; que também é freguês de Maria o vizinho della de nome Luis Antonio, rapaz de seus vinte e três annos”.¹⁶³

¹⁶² Idem, p. 07.

¹⁶³ Idem, p. 09.

O depoimento da mãe de “Vigário” está repleto de acusações contra Maria e tem conotação clara de que a moça tinha sido a responsável pelo “desvio” de seu filho, isso porque, já era prática corriqueira na vida de Maria manter relações sexuais com seus vizinhos de colônia. Mas, se o depoimento carregou ainda mais Maria de “culpa”, este terminou por não esclarecer quem, afinal, havia “ofendido” a virgindade da moça, fato que me parece constituir-se na peça principal do processo.

Gradativamente todos os citados foram sendo chamados a depor, mas a pergunta continuava sem resposta, um a um, Antonio Paula de Oliveira, José Antonio de Faria e outros, muitos outros, respondiam sempre que ouviam, por conversa, que Maria havia “dado luz” a uma criança, mas, não sabiam dizer exatamente que era o pai e nem mesmo o autor de seu defloramento. A dúvida permanecia.

Para tentar resolver a situação de vez, foi então marcada uma acareação entre Maria e Ovídio, o “Vigário”. Já no início da acareação, nova surpresa, Maria afirmou que havia se enganado e inocentou Vigário de ter sido o autor de seu defloramento:

“Pela alludida Maria Rodrigues Machado foi dito que se enganou em seu depoimento quanto a ter dito que o seu offensor, digo, o offensor de sua virgindade foi o acusado presente Ovídio de Melo Bezerra, porem o verdadeiro offensor foi João dos Passos, no anno passado, digo, a dois annos, no matto, junto a casa da declarante, que só depois do referido João Passos teve relações continuadas com o acusado presente; que também teve relações

*sexuais com Benedito Francisco da Silva, o qual julga ser o pai da criança a qual ella deu a luz no hospital”.*¹⁶⁴

Os constantes “equivocos” de Maria demonstram a pressão a que estava submetida. Tornara-se uma referencia de uma forma “errada” de se comportar e sabia as dificuldades que passaria para conviver na comunidade onde residia. O sonho de casar-se e constituir família no padrão que as elites apontavam como “adequados”, ficava cada vez mais distante. Sua única alternativa seria a de “incriminar” uma pessoa a quem tivesse afeto, o que poderia levar a um casamento “arranjado” pela justiça.

José Passos, citado por Maria como responsável pelo seu defloramento era, na verdade, José Bezerra da Paschoa. Chamado para depor, o acusado tentou imprimir em suas falas um tom moralista e chegou a afirmar que havia repreendido Maria devido a algumas atitudes da moça que não gostara e de que havia avisado a José Rodrigues, ressaltando que, pelo fato do padrasto não ter lhe dado a devida atenção, via-se agora as voltas com a filha “desonrada”. Abaixo, um fragmento do depoimento:

“Que elle, o depoente, nunca teve relações sexuais com a menor Maria Rodrigues Machado, nunca lhe fez pergunta nesse sentido nem ella também ao depoente; que extranhou uma vez ella dizer-lhe que desejava ser rapariga e já tinha tido relações sexuais com um rapaz, o qual é morphetico e ainda vive em casa de Jose Rodrigues desde aquelle tempo, que censurou a devida Maria por aquelas palavras; que elle, depoente, pensa que Jose Rodrigues devia botar a mocinha Diva em uma

¹⁶⁴ Idem, p. 11.

*casa de família e não deixa-la naquele meio, pois tem ouvido até dizer que Maria não tem escrúpulo pegando até nos membros viris dos homens”.*¹⁶⁵

José Bezerra ressaltou em seu depoimento a “urgência” em afastar do convívio de Maria a “mocinha Diva”, que deveria ser, imediatamente, colocada em uma casa de família para que os hábitos de Maria não a contagiassem. Era necessário tirar a moça, ainda “pura”, do convívio dos que já haviam sido infectados pelo “vírus do desejo”. Dessa forma, da mesma maneira que eram excluídos do convívio social os portadores de doenças do corpo, deveriam ser também isolados os que portavam as “doenças da alma”.

Mas José Bezerra da Paschoa na terminaria seu depoimento por aí. Ressaltou ainda que José Rodrigues fazia questão de exibir um rifle, avisando sempre que mataria qualquer um que deflorasse Maria e não casasse com a moça. No entanto, o ponto mais polêmico do depoimento, deu-se quando foi novamente levantada a suspeita de que o autor do defloramento teria sido o próprio José Rodrigues.

Mediante nova contradição, uma nova acareação foi marcada. Maria, que por duas vezes já havia mudado seu depoimento quando se encontrava frente a frente com quem acusara de ser o responsável pelo seu defloramento, dessa vez, mudou o discurso:

“Pella ofendida, foi dito que sustentava o seu depoimento em todos os pontos, quanto a haver sido deflorada, pelo acusado presente João Bezerra da Paschoa, quando o mesmo trabalhava em casa do pai da declarante, sendo

¹⁶⁵ Idem, p. 12.

ella ainda muito moça digo, sendo ella muito menina, continuando as relações com o acusado desde varias vezes”.¹⁶⁶

Maria foi taxativa: havia mesmo sido deflorada por José Bezerra. A forma incisiva com que acusou, pode ser uma forma de livrar José Rodrigues, citado por Bezerra como autor do defloramento, mas isso não pode soar como uma afirmativa. O processo parecia agora caminhar para o seu desfecho. Finalmente teria aparecido o autor do defloramento. Sentindo-se acuado Bezerra tratou de se defender:

“Que aconteceu de várias vezes o declarante ter ficado sozinho em casa com a referida Maria, que sempre tratou Maria com o maior respeito, nunca a convidando para ter relações sexuais, apesar de saber do relaxamento de costumes da referida menor; que protesta por falso as declarações da menor, acusando-o como seu deflorador”.¹⁶⁷

Com tantas contradições, o juiz que presidia o processo, Dr. Giovanni P. da Costa, terminou optando pelo seu arquivamento. O que é importante ressaltar são as constantes rupturas com a moral constituída. O discurso que definia o papel da mulher e as normas de conduta moral, via-se as voltas com a resistência da população em seguir, metodicamente, as novas normas e regras.

Vale ressaltar que, no Acre, ocorreu algo bastante curioso. Na maioria dos processos de defloramento, as moças, no geral, menores de idade,

¹⁶⁶ Idem, p. 14.

¹⁶⁷ Idem, p. 15.

apontam como principal motivo da sedução, a promessa de casamento, o que pode ser pensado como uma maneira de fugir da tutela do pai, figura extremamente opressora e de enquadrar-se às normas exigidas pela sociedade, ou seja conseguir um marido para quem deveria fidelidade e submissão.

As práticas cotidianas, no entanto, burlam essas normas, tanto nos locais mais distantes como nas áreas mais centrais da cidade. Defloramentos, traições conjugais e um sem número de outros dramas e tramas ocorriam, como se a população pretendesse deixar claro que não se deixaria normatizar facilmente.

Considerações finais

“Gente é pra brilhar e não pra morrer de fome”.

Caetano Veloso

Volto a destacar nas considerações finais sobre o trabalho minha intenção de priorizar uma discussão, a partir da documentação coletada, das evidências que me permitiram perceber os significados reais das dimensões presentes no instituir/constituir da cidade de Rio Branco, desconstruindo a perspectiva do estabelecimento de uma idéia de progresso linear, a partir da constituição de um discurso da modernidade intensificado no Acre a partir do final da década de 1920.

Pensando as diversas formas como ocorreram as rupturas a esse projeto, pude perceber que estas se apresentavam como resultantes da diversidade de representações, memórias, projetos, desilusões/ilusões, do trabalho e das formas de apropriação do espaço/território pelo conjunto de atores sociais que habitavam na cidade.

Em síntese, as problemáticas colocadas no presente momento, me possibilitaram pensar que projetos estão presentes na constituição do espaço e imaginário urbano na capital do Acre, destacando as tensões estabelecidas/experimentadas por mulheres e homens nas suas relações com o poder institucional e as outras pessoas, a partir de suas diferentes trajetórias e pontos de vista.

Assim, a proposta básica desta modesta dissertação é de tentar perceber como pessoas comuns encaram o viver, as transformações e os acontecimentos da cidade e de que forma nelas se inserem ou são inseridas.

Devo ressaltar que, em seu projeto de governo, Hugo Ribeiro Carneiro intencionava transformar o Acre em um espaço “moderno”, tendo como referencial as transformações que ocorriam na Europa a partir do século XIX e, no Brasil, principalmente, após o advento da proclamação da República. Para o governador do Território, o grande desafio que se colocava, era de estabelecer rupturas com as práticas e costumes aqui existentes e que eram tidos como representações do “atraso” e “ignorância” que permeava na região.

Essa perspectiva, no entanto, encontra resistência na população, que se contrapõe ao projeto modernista que aqui se tenta implementar e resiste, através de inúmeras práticas, as imposições de um modelo de cidade europeizante.

Abstract

We looked for in this entitled “Fables of modernity in Acre: Hugo Carneiro’s modernist utopia” in the 20’s to dialogue with the innumerable attempts of the public power, during the administration of governor Hugo Carneiro (1927 – 1930) in transforming the state of Acre, specially the city of Rio Branco, its capital, in “modern” spaces as well as the various forms of resistance developed by the population against the truculent, imposing actions, aiming at changing habits, values and ways of life. The main references of the new government were, basically, the rules developed by European urbanists from century. XIX, which had in view “to rationalize” the spaces of the cities establishing a “logic” in its form of organization. The environments would duly be distributed in accordance with the developed activities and the established social-economic relations. Thus, trade centers and industries should not have to join housing places and the living together amongst rich and poor people in one same space were discarded. The fundamentals for the development of these new looks at the city were based upon the technical/scientific knowledge of medical doctors and engineers who become “specialists” of the urban spaces, dictating, based upon their “scientific knowledge”, how the city ought to be organized and how the population ought to be behaved. These rules would have to be naturalized and turned into unquestioned “truths”, being duly punished or excluded from the social contact all the performers and practices that were not adjusted to this new conception of “urban”. These conceptions had been important references for Hugo Carneiro, that had as main objective, to make blow over Acre the “winds of modernity”. To the modernist utopia of the governor, however, took place innumerable forms of resistance. Some of them occurred in the form of manifestation or protests of great range, others, in the form of a “deaf ’ resistance, and it was so subtle that it could only be detected when they reached the institutional level, like complaints in police stations, internments in hospital and lawsuits.

KEY-WORD: Urbanism, Rio Branco, Medical doctors, Engineers, Technical/scientific Knowledge, Hugo Carneiro, Resistance.

Bibliografia

a) Gerais

- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Vls. I/II/III. São Paulo. Brasiliense. 1986
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987
- BRESCIANE, Stella. *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/FAPESP, 1994.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo. Cia das Letras. 1989.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo. Brasiliense. 1986.
- _____, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo. Cia. das Letras. 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difel. 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo. Moderna. 1981.
- _____, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1993.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo. Perspectiva. 1998.
- DARTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo. Cia. das Letras. 1987.
- _____, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo. Cia. das Letras. 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990.

- FENELON, Déa Ribeiro. "Cultura e História Social: historiografia e pesquisa", *In* Projeto História (10), Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, dez/1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2000.
- _____, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis. Vozes. 1989.
- _____, Michel. *Microfísica do Poder*. organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Graal. 1979.
- _____, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Edições Loyola. 1996.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo. Cia. das Letras. 1987.
- _____, Carlo. *A Micro História e Outros Ensaio*s. Lisboa. Difel. 1989.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições*. São Paulo. Martins Fontes. 2000.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo. Edições Loyola. 2000.
- HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo. Martins Fontes. 1992.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. EdUnicamp, 1992.
- _____, Jacques. *Por Amor às Cidade: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo. ed. UNESP, 1998.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa. Edições 70. 1989.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo. Contexto. 1992.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1989.
- REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife. FUNDARPE. 1997.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

SAMUEL, Raphael. "História Local e História Oral", *In Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 6, n. 11, set/85 a fev/86.

SILVA, Marcos A. da. "O Trabalho da Linguagem", *In Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 6, n.11, set/85 a fev/86.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As Tradições Populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro. Funarte. 1988.

_____, Mônica Pimenta. "As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco: Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro", *In Estudos Históricos* (6), Revista da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. Cia. das Letras, 1990.

b) Regional

ALBUQUERQUE, Gérson Rodrigues. "De bêbados e putas a escola faltou ao encontro". *In SOUZA, Carlos Alberto. 15 textos sobre a história da Amazônia*. Rio Branco. S ed. 1998.

D'INCÃO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi. 1994.

HAERDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma e Modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1986.

REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura. 1953.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental*. São Paulo: Cortez, 1992.

c) Relatórios/Jornais

GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE. *Relatório apresentado a Augusto Vianna do Castello (Ministro da Justiça e Negócios Interiores) por Hugo Ribeiro Carneiro. Período de 01/1928 – 10/1930.* Rio Branco. Mimeo

- O Acre (1927/1929).

d) Processos Judiciais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE. Processos Judiciais nº 183/1927, 2986/1928, 2006/1928 e 2122/1929.